



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias

**A ADOÇÃO DE CRIANÇAS MAIORES E A CONSTRUÇÃO
DO VÍNCULO FAMILIAR**

**UBERLÂNDIA
2017**

Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias

**A ADOÇÃO DE CRIANÇAS MAIORES E A CONSTRUÇÃO
DO VÍNCULO FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada
Linha de Pesquisa: Psicanálise e Cultura.

Orientadora: Prof.^a Dra. Anamaria Silva Neves

UBERLÂNDIA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

D541a Dias, Fabiana Carolina de Souza Carvalho, 1984
2017 A adoção de crianças maiores e a construção do vínculo familiar /
Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias. - 2017.
140 p. : il.

Orientadora: Anamaria Silva Neves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.7>
Inclui bibliografia.

1. Psicologia - Teses. 2. Adoção - Teses. 3. Psicanálise - Teses. 4.
Família - Aspectos psicológicos - Teses. I. Neves, Anamaria Silva, . II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9

Angela Aparecida Vicentini Tzi Tziboy – CRB-6/947

Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias

A ADOÇÃO DE CRIANÇAS MAIORES E A CONSTRUÇÃO DO VÍNCULO FAMILIAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada
Orientadora: Prof.^a Dr^a Anamaria Silva Neves

Banca Examinadora

Uberlândia, _____ de _____ de 2017.

Prof^a. Dr^a. Anamaria Silva Neves (Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof^a. Dr^a. Juçara Clemens
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof^a. Dr^a. Martha Franco Diniz Hueb
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Uberaba, MG.

Prof^a. Dr^a. Maria José Ribeiro (Suplente)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG.

Prof. Dr. Tales Vilela Santeiro (suplente externo)
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Uberaba, MG.

UBERLÂNDIA

2017

Dedico este trabalho à minha família, em especial às minhas filhas, Sonia e Sandrielle, por me ensinarem sobre adoção e maternidade, experiência mais intensa e desafiadora que já vivi

A GRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado a vida e por estar sempre presente em meus caminhos. Por ter moldado meu ser colocando em meu coração o desejo de ser amor no mundo, dando sentido à minha existência.

Ao meu esposo, Cristino, por me apoiar e me amar, suportando minha falta no decorrer da elaboração deste trabalho.

Às minhas filhas, Sonia e Sandrielle, por serem minha inspiração e entender que “a mãe tá estudando”, respeitando meu tempo e meu momento.

Aos meus pais, Rosangela e Paulo, por serem meu suporte e auxílio tão seguro onde posso me apoiar nos desafios da vida.

Aos meus demais familiares, irmãos e avó, por sempre torcerem por mim e se alegrarem com minhas conquistas.

Aos meus amigos, por trazerem motivação, alegria e força quando senti que não podia mais prosseguir e pela cumplicidade em meio às minhas angústias.

À minha orientadora, Anamaria, por ser sempre meu exemplo de profissional, por entender minhas possibilidades e por extrair de mim o melhor.

Aos meus colegas de mestrado, por estarem junto comigo nessa trajetória dando sua contribuição na construção dessa dissertação.

Às famílias participantes da pesquisa, por compartilharem suas vidas e serem as protagonistas deste trabalho.

Às professoras Martha e Juçara, pelos apontamentos tão importantes à essa dissertação.

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFU e seus docentes por me oferecerem formação profissional de qualidade.

O Laço e o Abraço

*Meu Deus!... Como é engraçado... Eu nunca tinha reparado como é curioso um laço... Uma fita dando voltas, se enrosca, mas não se embola; vira, revira, circula e pronto: está dado o abraço. É assim que é o abraço: coração com coração, tudo isso cercado de braço. É assim que é o laço: um abraço no presente, no cabelo, no vestido, em qualquer coisa onde o faço. E quando puxo uma ponta, o que é que acontece? Vai escorregando devagarinho, desmancha, desfaz o abraço. Solta o presente, o cabelo, fica solto no vestido. E na fita, que curioso, não faltou nem um pedaço... Ah! Então é assim o amor, a amizade, tudo que é sentimento? Como um pedaço de fita? Enrosca, segura um pouquinho, mas pode se desfazer a qualquer hora, deixando livres as duas bandas do laço? Por isso é que se diz: laço afetivo, laço de amizade E quando alguém briga, então se diz: — Romperam-se os laços! E saem as duas partes, que nem meu pedaço de fita — sem perder nem um pedaço. Então o Amor é isso... Não prende, não escraviza, não aperta, não sufoca. Porque quando vira nó, já deixou de ser um laço (**Maria Beatriz Marinho dos Anjos**).*

RESUMO

Este trabalho buscou compreender a construção dos vínculos familiares na adoção de crianças maiores segundo a perspectiva das famílias adotantes. Os vínculos familiares fundam a base da constituição psíquica do sujeito e compõem o processo de subjetivação. O desenvolvimento da relação pais e filhos não se restringe à concepção biológica do vínculo, a filiação percorre uma via simbólica que torna possível inscrever uma criança no desejo dos pais e permite que uma família não constituída biologicamente possa desenvolver relações de parentalidade e filiação. Apesar de ser permeada por mitos e preconceitos, a adoção é um dispositivo importantíssimo para que crianças de mais idade e adolescentes possam desfrutar do direito de se desenvolverem em uma família. Possíveis dificuldades são identificadas no estabelecimento do vínculo por adoção. As experiências de ruptura familiar e vivências traumáticas deixam marcas na constituição psíquica da criança. Além disso, ocorrem percalços na constituição da parentalidade relativos às fantasias dos pais adotantes, aos sentimentos decorrentes da condição de infertilidade e à dificuldade em conviver com diferenças. A pesquisa esteve ancorada nos preceitos teóricos e metodológicos da Psicanálise. Foi utilizada a construção de caso como estratégia de estudo. As análises partiram da escuta de entrevistas e atendimentos clínicos realizados junto a duas famílias que adotaram crianças maiores. A família que compõe o caso 1 inclui um casal com impossibilidade de gerar filhos consanguíneos e que adotou quatro irmãos, todos com idade superior a 2 anos. Destacam-se a fragilidade dos vínculos em construção, a inserção impactante de quatro filhos na dinâmica familiar, as mudanças nas relações entre irmãos, as questões relativas à família de origem e a inter-relação de aspectos inconscientes imbricados no desejo de adotar, que estão além do que pode ser pensado e compreendido pela família. O caso 2 apresenta a análise de uma família constituída por um casal, dois filhos consanguíneos adultos e duas irmãs que foram acolhidas pela família em uma adoção irregular. A construção do segundo caso inclui questões como a insegurança vivenciada pela família ante a especificidade da adoção, a relação com a família de origem, o lugar simbólico das irmãs nas famílias, as relações fraternas e a repetição de padrões no funcionamento familiar. Por fim, com as análises realizadas, emerge a importância de que sejam explorados os aspectos inconscientes imbricados nos vínculos da adoção de crianças maiores, e ainda, que discussão ampla desta temática favoreça transformações progressivas no imaginário social permitindo arejar os campos do preconceito.

Palavras-chave: Adoção de criança maiores; Vínculo; Família; Psicanálise.

ABSTRACT

This work sought to understand the constitution of familial bonds in the adoption of older children by taking into account foster families' perspective. Family bonds lay the foundations of the individual's psychic constitution and comprise the subjective process. However, as the development of the relationship between parents and children is not restricted to the biological conception of the family bond, filiation follows a symbolic dimension that makes it possible to parents to desire a child as well as to allow a non-biological family to develop parenting and filiation relationships. Though myths and prejudices permeate adoption, still it is a very important device for older children and teenagers to enjoy the right of being part of a family. There are difficulties in establishing familial bonds by adoption. Not only experiences of family rupture and traumatic experience leave traces in child psychic making up but also mishaps in parenthood making, which relates to fantasies of foster parents and to feelings arising from the condition of infertility and difficulty in living with differences. The research followed psychoanalysis theoretical and methodological procedures. The study strategy adopted was the case building. The analysis of data followed methodological procedures related to psychoanalysis. One family gave an interview, answering questions related to the research subject; the other family participated in five familial psychological care sessions and gave an interview answering questions related to the research interests. It stands out the fragility of bonds construction, the impacting insertion of four children in the family dynamics, changes in relationships between siblings, issues relating to the family of origin and the interrelationship of unconscious aspects interwoven in the desire to adopt, which are beyond of what the family is able to think of and understand. Case 2 brings the analysis of a family consisting of a couple with two adult-blooded children and two sisters who were welcomed by the family in an irregular adoption process. The making up of the second case includes issues such as the insecurity experienced by the family before the specificity of the adoption, the relationship with the family of origin, the symbolic place of the sisters in families, fraternal relationships, and the repetition of patterns in the familial functioning. Our analysis point out the importance of exploring unconscious aspects interwoven in the adoption bonds of older children process and discussing it largely, so that to favor gradual changes in the social imaginary and in prejudice matters.

Keywords: Older children adoption; Bonds; Family; Psychoanalysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9	
1	INTERSUBJETIVIDADE, SUBJETIVAÇÃO E VÍNCULOS	16
1.1	O Eu no interior de um Nós: o processo de subjetivação	16
1.2	Intersubjetividade: espaço psíquico próprio a cada configuração de vínculo	21
1.3	Descontinuidades no processo de maturação egóica	23
2	FAMÍLIA: VÍNCULO ESTRUTURANTE DO SUJEITO	26
2.1	Constituição da parentalidade, da filiação e a ordenação familiar na adoção	28
2.2	Transmissão psíquica geracional	35
2.3	Pertencer a duas famílias: a transmissão geracional na adoção	39
3	ADOÇÃO	44
3.1	Adoção e literatura	44
3.2	Preâmbulos gerais: história, leis e estatutos	46
3.3	Preparação para a adoção e a construção do vínculo	52
3.4	Adoção de crianças maiores	58
4	PERCURSO METODOLÓGICO	64
4.1	Sobre o método	64
5	ANÁLISE DO CASO	72
5.1	Aspectos transferenciais	72
5.2	Caso 1: enfim... uma grande família	74
5.2.1	“Precisava de loucura para fazer o que nós fizemos”	75
5.2.2	De repente seis: do casal sem filhos à família numerosa	79
5.2.3	“Eu não gostaria que ele fosse embora, ia ser muito difícil para mim, mas se ele quisesse ir, eu não ia impedir” — vínculos atados e vínculos ameaçados	85
5.2.4	Família de origem e família por adoção	91
5.3	Caso 2: por um tempo família	95
5.3.1	Família consanguínea e por adoção: duas famílias, pertencimento algum?	98
5.3.2	A Renascida e a Forasteira: o lugar simbólico das irmãs nos vínculos familiares	103
5.3.3	“Família hospedeira”: a compulsão à repetição nos vínculos familiares	107
5.3.4	Algumas questões éticas	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS		119
REFERÊNCIAS		123
APÊNDICES		138

INTRODUÇÃO

Há quatro anos adotei duas meninas, gêmeas, de 7 anos de idade. A adoção despertou sentimentos intensos. Os afetos imbricados na construção do vínculo com minhas filhas alcançaram instâncias psíquicas primitivas e, com certa “desordem”, provocaram mudanças na minha vida. Os desafios, as descobertas e as dificuldades do cotidiano da adoção não encontravam ancoragem suficiente nos órgãos instituídos para acompanhá-la, no apoio dos familiares nem na maioria dos textos técnicos e científicos dedicados ao tema. Eu observava que situações relacionadas com a construção da parentalidade, dos vínculos e da identidade familiar geravam angústias que me conduziam do céu ao inferno e que coexistiam esses dois estados concomitantemente; os laços de amor e confiança atados, por vezes, ameaçavam se desfazer ou se transformar em nós.

A vivência da adoção colocou-me à prova na condição de pesquisadora. Além do nascimento das minhas filhas por adoção na família, percebia ser necessário nascerem os pais, o casal com filhos e encontrar o ponto de equilíbrio nas mudanças inevitáveis que ocorriam para todos nós. Foi preciso mergulhar teórica e intelectualmente no tema na tentativa de sincronizar o que, no nível das emoções, já estava reconhecido como intenso. Com o meu nascimento como mãe por adoção, nasceu o desejo de escrever sobre esse assunto. Não era possível pensar em outro. Outro tema se colocaria como secundário porque a adoção recorrentemente emergia como tema principal. Foi empreitada árdua. Foi enriquecedora.

Minha experiência materna e minha vontade de pesquisar questões que envolvem os vínculos familiares redundaram, então, neste trabalho. Foi desafiadora a jornada de mergulhar em tema atado a mim; poderia tornar o processo de escrita oneroso. Buscar a estabilização emocional para desenvolver a escrita e lidar com as demandas do cotidiano foi um exercício constante no

percurso. Para isso, o acompanhamento psicológico e o respaldo do grupo de pesquisa e da orientadora foram essenciais. Um olhar a fundo em outras histórias de adoção foi pretensão porque exigiria de mim escuta aberta e pensamento interessado em todos os aspectos sem obscurecer minha capacidade de análise — tendência frequente em processos de identificação maciça. De fato, foi um mergulho e tanto... Então, aos desdobramentos e alcances da pesquisa!

Tão antiga quanto a história da humanidade, a adoção continua apresentando-se como um desafio ao pesquisador. Uma das razões para isso são os valores culturais e o imaginário social relativo a essa temática. O preconceito é um aspecto cultural que a permeia. Segundo Weber (2010), a sociedade exclui o diferente e o estigmatiza como forma de garantir seus próprios limites de normalidade.

As primeiras tentativas para legalizar a adoção no Brasil eram constituídas de leis que deixavam claro o valor superior atribuído aos laços biológicos e aos privilégios dos filhos consanguíneos em detrimento daqueles que foram adotados. Somente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, essa discriminação entre filhos por adoção e consanguíneos foi atenuada no âmbito legal, com a equiparação de direitos. No presente, ainda é comum identificar atitudes preconceituosas relativas à adoção, embora tenha havido avanços. A mídia é um vetor potente de tais ideias, expostas de maneira velada em notícias de tragédias familiares e na dramaturgia. Em alguns momentos, as telenovelas — tão populares — retratam o tema sensibilizando a sociedade civil para a questão com um discurso político-militante; em outros, disseminam ideias equivocadas, conforme afirma Ayres (2009).

Além disso, campanhas relativas à adoção são veiculadas na mídia. Segundo Ayres (2009), muitas delas têm o intuito de reduzir a responsabilidade do Estado quanto a crianças e jovens desfiliados socialmente. São uma solução alternativa à pobreza de cidadania e uma possibilidade concreta e real de assistência e proteção à criança em estado de abandono.

No meio acadêmico, pesquisas e sistematizações desse tema em áreas diversas do conhecimento só se iniciaram por volta de 1990, de acordo com Ayres (2009). Os estudos iniciais relacionavam adoção, em especial, com a pobreza e o mito do abandono. Ela afirma que a adoção tem sido estudada na lógica individualista e intimista do sujeito. Os estudos se concentram nos danos consequentes do abandono e da institucionalização. Reduzem a subjetividade a uma dimensão interior, isolada do contexto que envolve transformações históricas, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. Outro tema recorrente nos estudos levantados pela autora é relativo à institucionalização de crianças e adolescentes. Foi verificado que crianças entregues ao cuidado do Estado, com frequência, não são mais visitadas pela família e permanecem na instituição de acolhimento¹, cuja dinâmica desfavorece a vinculação com referenciais afetivos e estáveis.

Outro levantamento da produção científica sobre adoção foi realizado por Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2009). Evidenciam que a produção nacional aumentou substancialmente nos últimos anos, com mais visibilidade ao fenômeno que, até algumas décadas atrás, era considerado questão de foro privado. O estudo desses autores revela que, de modo geral, a produção científica revisada versa sobre: desejo de adotar, configuração da parentalidade nos casais que adotam, adoção de crianças maiores, constituição de vínculos fraternos e contribuição das práticas clínicas à resolução de conflitos possíveis de serem vivenciados pelas famílias por causa da adoção. Esse levantamento aponta que a exposição do assunto na mídia e na literatura científica tem revelado

¹ Com a publicação da Nova Lei de Adoção — lei federal 12.010/2009 —, houve mudança no termo abrigamento, que passou a ser denominado acolhimento institucional. Segundo França (2010), a designação dessa medida de proteção tem sido alterada ao longo dos anos: de orfanato para abrigo, e deste para entidade de acolhimento. Mais que uma simples mudança de nomes, a mudança de abrigo para entidade de acolhimento pode servir como ponto de partida para mudanças concretas na qualidade do atendimento ofertado por essas instituições. O empregar de abrigo dá ênfase à dimensão física desse espaço, enquanto acolhimento sai da dimensão espacial para valorizar a dimensão relacional que se estabelece entre os sujeitos. Segundo tal atualização, uso designação instituição de acolhimento, mas mantenho abrigo na fala de participantes da pesquisa, respeitando a terminologia que usam.

França, D. B. (2010). *Do Abrigo ao Acolhimento: Importância do Vínculo nos Cuidados Institucionais*. Instituto Berço da Cidadania. Brasília. Recuperado de <http://reconstruindovinculos.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Do-abrigo-ao-acolhimento-import%C3%A2ncia-do-v%C3%ADnculo-nos-cuidados-institucionais.pdf> em 03 de novembro de 2016 da Cidadania. Brasília. Recuperado de <http://reconstruindovinculos.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Do-abrigo-ao-acolhimento-import%C3%A2ncia-do-v%C3%ADnculo-nos-cuidados-institucionais.pdf> em 3 de novembro de 2016.

lacunas no conhecimento produzido, em especial em estudos com ênfase na construção de vínculos afetivos.

Com base nas pesquisas desses autores, fica enfatizada a relevância deste estudo, que objetivou compreender a construção de vínculos familiares na adoção de crianças maiores segundo a perspectiva das famílias participantes da pesquisa. Neste estudo, foram analisados atendimentos e entrevistas familiares, buscando o histórico e os aspectos relacionais e interacionais dos membros da família. As informações foram interpretadas à luz do referencial psicanalítico considerando-se que a psicanálise vem contribuir para a análise de questões relativas à adoção porque se abre aos aspectos psíquicos aí imbricados e permite descortinar e transpor a rotulação do imaginário social, contrapondo-se a pesquisas e estudos generalistas.

Para a composição conceitual, alguns termos empregados nos estudos sobre adoção são aqui debatidos. Exemplo disso está em Weber (2015), que apresenta discussão importante sobre as expressões família adotiva, pais e filhos adotivos. Segundo essa autora, tais expressões aludem à rotulação, guardam resquícios de preconceito. Daí que sugere expressões como famílias por adoção, pais e filhos *por*² adoção. Considerando que a pesquisa aqui descrita enfatiza justamente a dinâmica das relações — não se propõe a descrever ou traçar o perfil das famílias, de pais ou crianças — acato a sugestão da autora: opto pela locução *por adoção*.

Como em qualquer família, naquelas constituídas por adoção há, fundamentalmente, a singularidade do encontro entre os sujeitos. Por isso, abordo o tema na lógica das construções vinculares, estabelecendo a família como menor unidade de estudo e de análise.

² De acordo com o dicionário *Michaelis* (2016), a preposição *por* designa relações diversas: de lugar, de causa, de condição, de estado, de meio, de duração, de modo, além de outras 38 possibilidades de emprego: todas com a função de relacionar uma coisa a outra. Portanto, a locução prepositiva por adoção enfatiza o campo da relação e o modo como ela é constituída; em contrapartida, o adjetivo adotivo/a designa uma qualidade, uma categoria.

Michaelis. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Recuperado em 07 de maio de 2016, de <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>

Outra expressão frequente em referência ao tema é adoção tardia, utilizada para designar a adoção de crianças com mais de 2 anos de idade. Mais utilizado, tal termo carrega a ideia de que a adoção acontece fora do tempo adequado. Segundo Silva e Kemmelmeier (2010), a expressão tardia é revestida de preconceito e pressupõe uma idade ideal para que alguém seja adotado. Essa expressão situa a adoção no campo ideológico. Constitui mais uma forma de segregar, delimitar e cristalizar a crença de que só bebês ou crianças muito pequenas podem ser adotados. De acordo com Camargo (2005), esse termo alude a uma “cultura da adoção” que favorece a integração de crianças recém-nascidas e desabona a adoção de crianças com mais idade e adolescentes.

A expressão adoção tardia contém o termo adoção, que alude ao vínculo entre pais e filhos, ou seja, à ideia de que não existe um só sujeito. Mas o adjetivo — tardia — exclui o caráter intersubjetivo e dá ênfase à idade da criança ou adolescente; isto é, contrapõe-se à importância de que todos os sujeitos fazem parte do vínculo — no caso, adotados e adotantes. Eis por que a expressão adoção de crianças maiores foi utilizada em lugar de adoção tardia.

Essas noções se desdobram ao longo da dissertação, que se estrutura em cinco capítulos.

O capítulo 1 é dedicado à compreensão da pluralidade que compõe o sujeito singular, considerando que a constituição do Eu se faz nas relações intersubjetivas e nos vínculos. A exploração desse tema nas relações de adoção se faz necessária porque, à criança e aos pais por adoção, é comum a vivência de situações de ataque ao narcisismo e de desamparo; o que põe em risco a qualidade dos vínculos, além de trazer idiossincrasias ao processo de subjetivação e aos vínculos intersubjetivos. O filho por adoção pode experimentar significativas descontinuidades, decorrentes de rupturas de vínculos anteriores; e a elaboração psíquica dessas perdas tem de ser considerada, pois existe a possibilidade de interferir no estabelecimento de novos vínculos familiares. Os pais por adoção podem viver percalços no desenvolvimento da subjetividade

retomada através da construção da parentalidade, o que também terá ressonância na intersubjetividade e nos vínculos estabelecidos por eles.

O capítulo 2 apresenta a concepção psicanalítica de família e sua função na constituição psíquica do sujeito. Reflete-se sobre a construção das relações de parentalidade e filiação. A transmissão psíquica geracional é outro assunto abordado, sobretudo a transmissão através das alianças inconscientes estabelecidas entre membros do grupo familiar e ressaltando o pacto denegativo. Interroga-se como se organiza essa rede complexa de relações e transmissões inconscientes nos casos de famílias constituídas por adoção em que existem dois núcleos parentais: um biológico e um por adoção, cada qual com alianças e pactos inconscientes.

O capítulo 3 trata da adoção como tema central, inclusive na literatura e sua contribuição para construir o imaginário social da adoção, com trechos da história infantil *Hansel e Gretel* (João e Maria) às reflexões levantadas. Apresenta-se uma retrospectiva histórica breve e pontuam-se leis e estatutos que respaldam os procedimentos legais estabelecidos atualmente. Destaca-se a adoção de crianças maiores — com 2 anos de idade ou mais — em contraposição à maioria das adoções realizadas no Brasil, que ainda são de crianças com menos de 2 anos.

O capítulo 4 refere-se ao percurso metodológico da pesquisa, fundamentado no método psicanalítico, cuja base é a interpretação e a relação transferencial. A pesquisa é construída no percurso e leva em consideração como o pesquisador é afetado por seu objeto de estudo. Ante minha vivência pessoal da adoção, muitos mecanismos inconscientes que me mobilizavam como pesquisadora foram abordados, discutidos e amparados nas orientações e discussões. A experiência contratransferencial norteou a construção dos casos, imprimindo à pesquisa a singularidade do vínculo entre pesquisadora e famílias participantes.

O capítulo 5 expõe a construção de dois casos. Um caso se refere a uma família com um casal e quatro filhos por adoção. Trata-se de adoção de grupo de irmãos, todos com mais de 2 anos de

idade. A adoção foi realizada há quase três anos e seguiu os trâmites legais. O outro caso se refere a uma família composta por casal, dois filhos consanguíneos adultos e duas irmãs que foram acolhidas pela família. A entrada das irmãs na família ocorreu através de acordo direto entre mãe por adoção e genitora e, portanto, não seguiu os trâmites legais.

As considerações finais retomam aspectos centrais evidenciados no estudo e a importância da pesquisa como ferramenta que leva à ampliação do conhecimento e à derrocada de ideários sociais que fomentam a perpetuação do preconceito e da segregação relativos à adoção de crianças maiores.

1 INTERSUBJETIVIDADE, SUBJETIVAÇÃO E VÍNCULOS

1.1 O Eu no interior de um Nós: o processo de subjetivação

A abordagem psicanalítica sempre se interessou pelos aspectos relacionais que permeiam o indivíduo; entende que o sujeito e o inconsciente são construídos e mantidos nos vínculos intersubjetivos, ou seja, nos espaços psíquicos comuns que o Eu partilha com os outros (Kaës, 2010). As questões relacionais aparecem desde o início da psicanálise, com as elaborações teóricas freudianas. Sobre isso, Freud (1921/1996) postulou que

[...] é verdade que a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social (p.91).

Compreende-se, assim, que o sujeito constrói sua singularidade em meio a uma pluralidade social e que existe uma matriz intersubjetiva no processo de subjetivação.

O processo de subjetivação refere-se à formação do sujeito e sua transformação em um Eu capaz de pensar em seu lugar e sua condição de sujeito do inconsciente. Noutros termos, é um processo que possibilita o tornar-se Eu pensando em seu lugar de sujeito no interior de um Nós.

A subjetivação se constitui num duplo processo psíquico: os determinantes internos do sujeito e o espaço psíquico intersubjetivo (Kaës, 2010). Em relação ao trabalho da intersubjetividade no processo de subjetivação, Kaës (2010) aponta que

Cada sujeito é representado e procura se fazer representar nas relações de objeto, nas imagos, identificações e fantasias inconscientes de um outro e de um conjunto de outros. Do mesmo modo, cada sujeito se liga em formações psíquicas desse tipo com os representantes de outros sujeitos, com os objetos de objetos que ele abriga em si. Ele os liga entre si (p. 225).

Desse modo, os psiquismos dos sujeitos funcionam em reciprocidade, vivendo um no outro, modificando-se mutuamente de forma a incluir aspectos do funcionamento do outro e, ao mesmo tempo, mantendo suas singularidades e distinções.

De acordo com Kaës (2010), apesar de Freud não utilizar o conceito de subjetivação, ele já sugeria uma articulação entre o conceito de sujeito, pulsões e vínculo com o outro ao postular o duplo movimento, qual seja: de objeto passivo das pulsões do outro para sujeito que impõe a seu próprio ego uma passividade que o transforma em objeto de suas próprias pulsões. O sujeito do inconsciente está submetido às formações e aos processos do inconsciente; está sob o efeito de uma ordem, instância e lei que o constituem em sujeito.

Com isso, a vida psíquica oscila em movimentos contrários. O Eu se liberta do sujeito alienado nas identificações e nas alianças inconscientes que o mantêm em sujeição. O sujeito em devir no Eu é transformado pelo processo de historicização e se recompõe no transcorrer do processo de subjetivação; portanto, não se faz de uma vez por todas (Kaës, 2010).

Considerando o processo de subjetivação nos casos de adoção, Abrão (2014) diz que alguns aspectos podem afetar a constituição da subjetividade; dentre eles, estão: absorver a

descontinuidade que caracteriza toda a vivência de adoção; lidar com demandas relativas às fantasias de origem e com as questões que envolvem o estranho e o estranhamento (estas duas últimas são exploradas no próximo capítulo). Com relação à descontinuidade vivenciada na adoção, a autora analisa, à luz de teorias freudianas, que as inscrições das primeiríssimas experiências com o objeto — que formam o que é mais arcaico no aparelho psíquico — acontecem de maneira distinta na adoção. Isso porque existe uma passagem em que o objeto materno primário se perde; o que marca a subjetividade do indivíduo que vivencia tal ruptura.

Sobre as rupturas no desenvolvimento psíquico das crianças e adolescentes filiados por adoção, em Maggi (2009, citando Bleichmar, 1994) se lê que,

No psiquismo de crianças adotadas ou que sofreram algum tipo de negligência, há uma interrupção no encadeamento entre o que o sujeito viveu num momento prévio da vida e o momento atual. A fratura é uma representação mal localizada, refere-se a algo que ficou nas margens do sujeito, significando um rompimento. O sujeito ficou aprisionado numa posição imaginária, sem condições de reordenar o desejo na ordem simbólica (p. 142).

Os casos de ruptura familiar em virtude de contextos de violência, negligência e condições de abandono podem embasar um trauma psíquico e comprometer a vinculação afetiva do sujeito ao longo da vida. As vivências traumáticas de crianças que são expostas às experiências de abandono e de desamparo desde o estabelecimento dos primeiros vínculos produzem efeito sobre o narcisismo. As formas de relação do sujeito com o outro e a contenção da angústia e da dor são observadas na sua experiência vivencial, reafirmando a concepção inicial de que algumas marcas podem ser transcritas ou não. Através da análise pode-se acessar o que não foi falado; mas ela leva a uma representação mal localizada — como explana Maggi (2009).

Essa ruptura precisa ser elaborada para que o sujeito consiga estabelecer uma narrativa coerente sobre si. Marin (1999) explica que a questão da subjetivação e do desamparo em crianças precocemente abandonadas está mais relacionada com a impossibilidade de significar a situação, falar da própria história e expressar a dor ligada a isso, do que com a real perda, falta ou separação da família de origem. Permitir que a criança entre em contato com sua história dolorosa para que possa fazer seu luto simbólico e se organizar é fundamental para a construção subjetiva.

Em crianças que foram adotadas maiores, entendo que também podem ter vivenciado falta ou falha ambiental precoce, ainda que tenha havido o convívio inicial com a família de origem. A demanda mais contundente, nos casos de adoção de crianças maiores, é justamente propiciar um espaço, ou continente psíquico, no convívio com a família por adoção para elaboração dessas vivências e memórias. Como explana Costa e Rossetti-Ferreira (2007), é importante que os pais por adoção tenham conhecimento do passado da criança e informações sobre suas rotinas, seus gostos e suas histórias; isso favorece o processo de acolhimento e familiaridade. Mesmo na adoção de crianças maiores — quando sabem que são adotadas —, é importante o diálogo sobre suas vivências, pois provavelmente terá dúvidas sobre sua história. Os pais que favorecerem a conversa com a criança sobre seu passado de modo aberto e não defensivo auxilia o filho a construir narrativas sobre ele, preenchendo lacunas de situações não compreendidas.

Souza et al. (2016) destacam que a psicanálise enfatizou a importância de a criança entrar em contato com sua história para dela ser sujeito, e não sujeitada. Isso não se processa somente através do falar, pois as experiências vividas são “contadas” recorrentemente através da repetição do trauma nos vínculos atuais, em situações em que as palavras não dão conta de expressar a densidade do vivido. O que está silenciado, não dito, não se limita aos fatos em si; antes, revela

sentidos singulares que o sujeito atribui aos acontecimentos. Para as autoras, é fundamental mobilizar o sujeito a ter acesso a essa rede de sentidos para construir narrativas possíveis de ser pensadas, porque o que se repete na transferência é o que não pode ser lembrado. É essencial, porém, respeitar o tolerável e o intolerável no processo de ressignificação do vivido na relação transferencial.

Quando se fala dos primeiros tempos da constituição psíquica, abre-se a possibilidade para pensar nos movimentos e nas falhas no ordenamento do desejo e no processo de subjetivação. A reorganização ou transposição dessas falhas para a criança que foi adotada acontece quando ela transforma os fragmentos mnêmicos dos primeiros tempos de vida em uma construção histórica. Através do pictograma³ e das identificações primárias, um tempo não falado pode ser recapturado pelo simbólico (Maggi, 2009).

Abordar o processo de subjetivação e a relação deste com a intersubjetividade e os vínculos conduz a pensar sobre a constituição da família por adoção. A subjetivação desenvolve-se nas relações primitivas do indivíduo, e essas relações, em geral, são estabelecidas no meio familiar. Se a família é constituída através da adoção, algumas peculiaridades são somadas ao processo de subjetivação e aos vínculos intersubjetivos e familiares. A existência de dois núcleos familiares — um consanguíneo, um por adoção —, a vivência de rupturas de vínculos, a constituição da parentalidade por adoção, dentre outras singularidades, são integradas aos vínculos e ao desenvolvimento dos sujeitos e da família.

³ Pictograma, de acordo com Zimerman (2008), é o pensamento primitivo de natureza pré-verbal relacionado com a construção de imagens visuais sem que ainda haja ligação com as palavras. Como postula Aulagnier (1975), a representação pictográfica é pulsional e inscreve, na psique do bebê, a imagem de uma experiência corporal e sensorial.

Aulagnier, P. (1975). A atividade de representação, seus objetos e sua finalidade. In: *A violência da interpretação — do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago.

1.2 Intersubjetividade: espaço psíquico próprio de cada configuração de vínculos

Kaës (2010) afirma que o psiquismo humano é constituído de três pilares principais: a sexualidade infantil, a fala e os vínculos intersubjetivos. Esses três elementos cooperam, distinta e fundamentalmente, para a formação inconsciente do sujeito e a construção do Eu, assim como para a formação da realidade psíquica inconsciente do vínculo intersubjetivo. Este trabalho enfatiza a questão dos vínculos intersubjetivos; os outros dois elementos não são aqui explorados por se distanciarem do foco estabelecido para o estudo.

A intersubjetividade se constrói na articulação de dois espaços psíquicos parcialmente heterogêneos, formando um espaço psíquico próprio a cada configuração de vínculos. É um campo dinâmico que não se reduz a fenômenos de interação; mas assinala a descontinuidade, a distância e a diferença entre os sujeitos em relação (Kaës, 2010).

O vocábulo vínculo, como aponta Fernandes (2014), não tem significação uniforme entre os teóricos e pode ser elencado para designar o elo entre o sujeito e o mundo externo, como também ligações entre objetos, instâncias psíquicas e funções do ego no mundo interno do indivíduo. Segundo esse autor, o vínculo se situa nos níveis intersubjetivo, intrassubjetivo e transsubjetivo, alocando a ilusão e os desdobramentos do imaginário. A estrutura vincular é uma abstração que só pode ser analisada segundo aspectos comunicacionais.

Keleman (1996) define o vínculo como um *continuum* relacional singular que começa com a dualidade “você” e “eu” separados, porém conectados desde a vinculação do óvulo fecundado com o útero materno, e permeia o processo de desenvolvimento humano. A conexão e o vínculo se relacionam com o modo em que a experiência se torna organizada, em que é transferida a outros e introjetada para se tornar o *self* de alguém, criando, na tentativa vincular, trilhas, túneis e

canais de comunicação. Além disso, o amor e os vínculos seriam forças que facilitam ou dificultam a continuidade do processo formativo do sujeito.

Pichon-Rivièvre (1991) denomina de vínculo a estrutura dinâmica em que ocorre a interação dialética, através de processos de comunicação e aprendizagem entre o sujeito e os objetos internos e externos. O indivíduo é visto como resultante dinâmico nesse interjogo, e não somente como resultante da ação dos instintos e objetos interiorizados. Ao elaborar a teoria do vínculo, o autor a diferencia da teoria das relações de objeto concebida pela psicanálise (que descreve as possíveis relações de um sujeito com o objeto sem levar em conta a volta do objeto sobre o sujeito, isto é, uma relação linear); e então propõe o estudo da relação como uma espiral dialética em que sujeito e objeto se realimentam mutuamente.

O vínculo se expressa em dois campos psicológicos: interno e externo — o primeiro subsidia muitos aspectos externos e visíveis da conduta do sujeito. O processo de aprendizagem da realidade externa é determinado pelos aspectos ou pelas características obtidas da aprendizagem prévia da realidade interna, a qual se dá entre o sujeito e seus objetos internos. Daí a importância da análise do vínculo em termos intersubjetivos e intrassubjetivos (Pichon-Rivièvre, 1991). O plano intrassubjetivo dos vínculos, segundo Zimerman (2008), refere-se ao que se processa no interior do psiquismo do sujeito, considerando aspectos conscientes e inconscientes. O intersubjetivo refere-se às configurações distintas vinculares dos relacionamentos entre indivíduos e grupos.

É importante destacar essa inter-relação do sujeito com o objeto, assim como os campos intersubjetivos e intrassubjetivos dos vínculos. Nos casos em que os vínculos familiares são constituídos por adoção, tanto os pais quanto os filhos apresentam uma realidade interna que vai compor o novo vínculo familiar, agregando os vínculos familiares anteriores, as descontinuidades e as características intrassubjetivas de cada um de seus membros.

1.3 Descontinuidades no processo de maturação egoica

De modo geral, os vínculos intersubjetivos formam a base da constituição subjetiva do sujeito; porém, tal constituição pode transcorrer com rupturas e descontinuidades passíveis de afetar a maneira como o sujeito se vincula ao longo da vida.

Em sua teorização do desenvolvimento emocional primitivo, Winnicott (1962/1979) ressalta a importância de condições ambientais suficientemente boas para a construção psíquica. Através do cuidado suficientemente bom, a criança dá início ao processo de maturação egoica: parte do estágio de dependência absoluta — num estado de fusão entre mãe e bebê — e atravessa a dependência relativa — em que o bebê percebe a si como separado de sua mãe — para chegar ao estágio de independência relativa. Mas, se não houver o cuidado bom o suficiente, então ocorre distorção em certos aspectos importantes do desenvolvimento do ego. Dependendo do estágio ou do tempo em que a criança ficou privada desse cuidado, podem se desenvolver diferentes patologias. A privação de cuidados pode ocorrer tanto na ausência quanto na presença do cuidador, se este está impossibilitado de exercer sua função de modo suficientemente apropriado.

Os quadros psicopatológicos são delimitados por Winnicott (1962/1979), que considera o tipo de fracasso ambiental e o momento maturacional em que ocorre, variando de traços de personalidade para estruturas psicopatológicas. Em síntese, podem se organizar três estruturas com diferentes graus de enfermidade: a dissociação esquizóide, as patologias ligadas ao *falso-self* e a tendência antissocial. As primeiras relacionam-se com a falta (privação) ocorrida no estágio de dependência absoluta; a última, com a fase de dependência relativa, denominada de deprivação.

Na psicopatologia de Winnicott, os fracassos do fator ambiental permitem a intrusão do meio de forma traumática no psiquismo infantil; e isso o obriga a reagir estruturando as deformações

defensivas do Eu. O trauma provocado pela invasão ambiental se deu quando ainda não havia estruturação psíquica capaz de reconhecê-lo, daí que se torna inominável e impensável. A continuidade do ser e a organização psíquica ficam comprometidas (Winnicott, 1962/1979).

Pichon-Rivière (1991) também concebe que o vínculo apresenta características consideradas normais e alterações interpretadas como patológicas. Nenhuma pessoa apresenta apenas um tipo de vínculo porque as relações que o sujeito estabelece com o mundo e as estruturas vinculares são variadas. O vínculo é estrutura dinâmica em movimento contínuo. Segundo o autor, o vínculo normal é aquele que se firma entre o sujeito e o objeto quando ambos têm a possibilidade de fazer uma livre escolha de objeto, resultante de uma diferenciação adequada entre eles; ou seja, sujeito e objeto têm uma livre escolha de objeto. A diferenciação ocorre à medida que a relação simbiótica abrange e se alcança uma instância em que o objeto e o sujeito têm um limite preciso.

A definição sobre o que é “normal” ou “patológico” é controversa. Alude a uma dicotomização com demarcação de caráter flutuante. É difícil estabelecer uma norma sem se tornar reducionista ou simplista. Portanto, essa forma de pensar no vínculo tem de ser aplicada com cautela a fim de não propagar definições rotulativas.

Ponderando isso, descrevo brevemente que o vínculo patológico, conforme aponta Silva (2005), pode ser estimado como aquele que tem a função de tamponar a angústia do desamparo, transformando o outro em objeto narcísico ao qual a identidade do sujeito se liga prioritariamente como objeto idealizado. O sujeito tem uma estrutura narcísica em que não importa o tipo de relação nem o objeto ao qual se vincula. Importa que o objeto continue a ocupar o lugar de algo que vai completá-lo e protegê-lo da possibilidade de viver a angústia do desamparo.

Na relação patológica, o objeto pode ser visto mais como um objeto de necessidade do que de desejo; ou seja, algo impossível de não existir na vida do sujeito. Nesse tipo de vinculação, o sujeito necessita continuar numa posição dependente do outro ou de algo porque vivem em

estado permanente de desamparo. O vínculo patológico também se caracteriza pela necessidade de estabelecer uma relação e, concomitantemente, pela sua impossibilidade. A garantia de segurança só advém de uma relação simbiótica, de completude com o objeto. Desse modo, porém, o sujeito também teme ser abandonado ou aprisionado. Trata-se de um vínculo que não vincula, pois o sujeito sempre vê-se ameaçado de perder e de se perder (Silva, 2005).

Relaciono tais conceitos com as histórias de muitas crianças que são encaminhadas para adoção através da destituição do poder familiar. Com frequência, em algum momento vivenciaram algum tipo e nível de privação ou depravação, decorrentes de falha ambiental relativa ao suporte físico e/ou emocional. Com isso, pode haver descontinuidades na organização psíquica, desenvolvimento de estruturas defensivas do Eu e dificuldades de vinculação possíveis de afetar, de algum modo, a constituição psíquica e as relações com o novo grupo familiar.

2 FAMÍLIA: VÍNCULO ESTRUTURANTE DO SUJEITO

Falar da construção psíquica pressupõe se referir ao outro, ao social, ao que presentifica para o ser humano sua inserção na cultura. Assim, é pertinente abordar o estudo de aspectos relativos à constituição subjetiva relacionada com relações familiares e herança psíquica geracional. Na família, a criação dos vínculos depende de um processamento psíquico cujo dispositivo central é uma economia de investimentos libidinais, dos quais decorrem os lugares e as funções de cada membro, indispensáveis ao processo de subjetivação.

O homem, desde seu nascimento, encontra-se inserido em grupos. O primeiro é a família; depois vêm o círculo de amigos, então escola e a sociedade (Pichon-Rivière, 1991). O vínculo com/na família, sobretudo com as figuras parentais, apresenta-se como primordial para o desenvolvimento da criança. Não por acaso, as teorias desenvolvidas por Sigmund Freud e Donald Winnicott já demonstravam o valor das primeiras etapas da vida na formação dos pilares básicos da formação do psiquismo humano.

No dizer de Santos (2012), em razão da fragilidade do ser humano ao nascer e da dependência radical do outro, surge a possibilidade dos vínculos afetivos e da família. Na relação de dependência, a criança passa a se relacionar afetivamente com quem cumpre a função de cuidador, o que leva à construção de sua vida psíquica e emocional. De acordo com Maggi (2009), a criança vive o caos desintegrador do pós-nascimento e tem necessidade de um ambiente acolhedor. Por outro lado, o adulto, ao iniciar com a criança a formação dos primeiros vínculos, revive sua experiência primitiva das relações de objeto. Criança e adulto encontram-se em situação caótica, embora se suponha que este deva possibilitar àquela a atribuição de sentidos ao que está experimentando, ou seja, funcionar como um objeto contensor.

Com efeito, essa função contensora dos pais é descrita por Winnicott (1958/2005) através do conceito de *holding* (sustentação). Tal noção se originou do comportamento materno de segurar o bebê com segurança, fundando o campo da ilusão e da confiança necessárias à existência psicossomática. A mãe funciona como um ego auxiliar, e o *holding* feito por ela é o fator que decide a passagem do estado de não integração — que caracteriza o recém-nascido — ao de integração posterior.

Segundo Levinzon (2009), a relação da criança com seu ambiente, em especial com as figuras parentais, tem grande preponderância no desenvolvimento de potencialidades e nos distúrbios psíquicos que o indivíduo possa vir a desenvolver na fase adulta. Se tiver havido um comprometimento na relação primária do sujeito, conforme explana Silva (2005), essa relação é introjetada e serve de modelo de vínculo ao longo de sua vida. Além disso, de acordo com Silva e Souza Neto (2012), essa relação introjetada pela criança implicará, também, sua escolha de objeto, que se refere ao ato de eleger uma pessoa ou um tipo de pessoa como objeto de amor.

Assim, no processo de constituição da subjetividade, o infantil permanece no psiquismo do adulto. A infância cronológica não se confunde com o infantil. A infância se refere à realidade histórica, e o infantil é atemporal: se relaciona não com fatos, mas com o modo como estes ficaram grafados no psiquismo, ou seja, a interpretação que o sujeito atribui aos fatos vividos e que compõem as marcas mnêmicas primordiais. Além disso, é relevante não apenas aquilo que pode ser recordado e relatado sobre a infância, mas também a infância que ficou esquecida: o infantil recalado. Entre os períodos diversos da vida, as inscrições psíquicas de períodos precedentes sofrem uma “tradução”. Isso pode ser notado quando da vivência da parentalidade, em que o infantil no adulto, em geral, é despertado em busca de ressignificação (Zavaroni, Viana, Celes, 2007).

2.1 Constituição da parentalidade, da filiação e a ordenação familiar na adoção

A modernidade influenciou a dinâmica da família. Produziu ruptura entre conjugalidade e parentalidade. Esta última deixa de ser o objetivo principal do sistema familiar. Tal período se caracteriza pela derrocada de referenciais simbólicos estáveis e pluralização das leis e possibilidades de subjetivação. Com isso, o exercício da parentalidade passa a depender mais da história individual dos pais e da lógica do desejo do que de um modelo preestabelecido de família, como no passado (Zornig, 2010).

Ainda assim, quando um filho nasce, o espaço público invade o espaço privado da conjugalidade. Organiza as relações de parentesco. Define as responsabilidades dos pais e do Estado em relação às crianças, através das leis e da cultura. Aliada ao declínio da função paterna e à pluralização das referências simbólicas, essa disjunção coloca sobre a família a responsabilidade de transmitir às gerações futuras os elementos fundadores de sua constituição psíquica (Zornig, 2010).

O conceito parentalidade começou a ser empregado na literatura psicanalítica francesa a partir de 1960; ou seja, é relativamente recente. Refere-se à construção da relação dos pais com os filhos, aos processos psíquicos e às mudanças subjetivas produzidas nos pais pelo desejo de ter um filho. A relação de consanguinidade ou de aliança não é suficiente para assegurar o exercício da parentalidade. A construção da parentalidade se inicia antes do nascimento do filho: desde a infância de cada um dos pais; e dá-se a partir da transmissão consciente e inconsciente da história infantil dos pais, de seus conflitos e da relação com seus genitores (Zornig, 2010).

Ao se considerar a parentalidade uma função construída ao longo da vida dos pais, segundo Farias (2005), supõe-se que a chegada de um filho tem caráter desorganizador no arranjo psíquico deles. Quando uma criança nasce, com frequência os pais se sentem vulneráveis, experimentam

labilidade de humor e regressão emocional; também são suscitados esperança, projetos para o futuro e formação de uma nova identidade. A criança se desenvolve permeada pelas histórias infantis de seus pais. “Esse período impõe aos pais uma tarefa considerável de redistribuição dos seus investimentos narcísicos e libidinais, investimentos estes que vão se organizar no espaço interpessoal da relação com a criança real e fantasmática” (Zornig, 2010, p. 7). O filho torna-se depositário de investimentos que antes estavam ligados a objetos internos ou aspectos do *self* dos pais.

Em seu texto sobre o narcisismo, Freud (1914/1996a) postula que o amor parental é o retorno e a reprodução do narcisismo dos pais através da valorização afetiva da criança. Eles resgatam seu narcisismo infantil perdido. Noutros termos, o filho tem função reparadora no psiquismo parental: atua em suas feridas narcísicas. Dessa forma, a concepção do filho movimenta aspectos do narcisismo de cada um dos pais, assim como lembranças e fantasias sobre suas relações objetais primárias.

No texto “A dissolução do complexo de Édipo”, Freud (1924/1976) discorre sobre como a resolução do Complexo de Édipo é introjetada pelo sujeito e como isso influencia suas relações futuras, diferenciando essa dinâmica entre meninos e meninas. Freud aponta que, especificamente na mulher, o filho é simbolicamente o *falo* conquistado que antes, à época do conflito edípico, a menina percebeu não possuir. A resolução do Complexo de Édipo transforma as tendências sexuais diretas em tendências inibidas do tipo afetuosa.

Já a dinâmica edípica no homem tem uma resolução diferente. O menino abandona o conflito edípico pela ameaça de castração, o que o leva a se identificar com o pai, assumindo a posição masculina e identificando-se aos atributos paternos e à possibilidade de ser como o pai no futuro, ao invés de tentar tomar o seu lugar, seu desejo inicial. Assim, a resolução do Édipo permite a

triangulação relacional e possibilita ao homem, no futuro, condescender a paternidade e abrir um espaço para o bebê, funcionando como uma ligação entre este e o mundo.

Nessa perspectiva, de acordo com Zornig (2010),

[...] a maternidade pode ser uma solução para a castração por seu estatuto ilusório de completude narcísica, a função paterna confronta a mulher com seu estatuto de sujeito desejante, ao indicar um espaço que se coloca entre a mãe e o bebê. A função materna e a introdução da função paterna permitem sustentar a dupla inserção do bebê enquanto produto e enquanto alteridade — e é justamente esta tensão entre ausência e presença, entre dentro e fora, que permite ao bebê aceder ao processo de subjetivação (p. 461).

Como se pode deduzir, o nascimento do filho mobiliza questões infantis nos pais em uma relação complexa. Influencia-os em sua subjetividade e individualidade, o que, por sua vez, afeta o grupo familiar num processo mútuo de coconstrução. Essa interação de pais com filhos pode facilitar ou dificultar a instauração de vínculos afetivos seguros e é marcada por afetos ambivalentes. Antes da presença do filho, os cônjuges encontravam-se centrados em expectativas e aspirações mútuas.

O filho rompe a diáde dos cônjuges. Traz uma reorganização que dará forma à tríade, que, em menor ou maior grau, vai gerar conflitos e desajustes na qualidade da relação dos cônjuges, que precisam se adaptar às mudanças e demandas. Na relação entre pais e filhos, os primeiros trazem o modelo pessoal em que a base da educação da criança e de sua formação se funde; mas os pais são profundamente transformados ao termo desse processo (Zornig, 2010).

[...] o nascimento de um filho traz consigo expectativas de que o filho possa reparar falhas da história parental e provoca uma ruptura no equilíbrio do casal, fazendo com que os fantasmas edípicos seja reativados. Assim, é comum que o pai se sinta excluído da diáde mãe-bebê e vivencie o bebê como um rival, reativando sua própria vivência infantil de se sentir excluído da relação dos pais; ou que a mãe se sinta inadequada na função materna por não conseguir abrir mão de um modelo idealizado (p. 458).

Com efeito, esta é uma descrição baseada na teoria freudiana, fundamentada no modelo da neurose em que o Complexo de Édipo e a sexualidade são os eixos básicos. Mas, de acordo com Rosa (2009), na teoria de Winnicott essas premissas deixam de ser a base fundamental da constituição do indivíduo; são substituídas pela teoria do amadurecimento pessoal. Nesse novo quadro teórico, a função paterna se modifica: adquire importância antes mesmo de surgir a questão edípica ao longo do amadurecimento pessoal, por considerar que a qualidade do colo que a mãe oferece ao bebê, também, é afetada pela sustentação que o pai proporciona. O pai faz parte do ambiente na vida do filho como mãe-substituta; mas depois a criança, em amadurecimento crescente, começa a estabelecer uma relação com o pai como terceira pessoa.

O pai é um dos membros mais importantes no que tange ao apoio oferecido à mãe e à família, segundo Dessen e Braz (2000). Pesquisa realizada pelos autores aponta que a maioria das mães considera a atenção, o carinho, o apoio e a compreensão dispensados a elas, bem como a presença física do pai em casa, como aspectos essenciais ao bem-estar da família e dos filhos.

Para pais e mães por adoção, as questões do processo identificatório podem se tornar mais complexas. A busca pela semelhança e extensão de si em seu filho pode gerar a negação das diferenças. A representação do filho no imaginário da mãe por adoção não parte da representação de seu ego corporal nem do registro das necessidades do filho no seu corpo, como é vivenciado

durante a gravidez. Isso pode dificultar à mãe investir o bebê, assim como seu apropriar-se dele; o que é imprescindível para que as necessidades da criança sejam supridas. A mãe por adoção terá de recorrer a referências de sua infância, a sua estrutura de Eu para capturar a estrutura do filho. Se não se apropriar de sua capacidade de entender as necessidades dele, então podem aparecer dificuldades nessa relação; afinal, o bebê investe sua mãe conforme a capacidade de satisfazê-lo que ela mostra ter (Abrão, 2014).

Nos casos de parentalidade por adoção, vários desses aspectos mobilizados nos pais se processam de modo diferente. Os valores culturais e o imaginário social relacionado com a maternidade e paternidade, que apresentam o elo biológico entre pais e filhos como indissolúvel, são rompidos; e o vínculo simbólico entre pais e filhos por adoção precisa incorporar essa ruptura, passagem e mudança de cuidados. Tal peculiaridade não é negativa; mas precisa ser elaborada e integrada ao vínculo. Quando a história de adoção é construída por pais e filhos em uma narrativa com elos de continuidade, cria-se uma versão possível para o sujeito (Abrão, 2014).

Na construção da filiação por adoção, também, ocorrem peculiaridades. A criança que foi adotada tem dois grupos parentais como modelos identificatórios; e isso torna a formação da identidade mais complexa. O processo de formação da identidade e a constituição da noção de Eu evolui num interjogo de referências de igualdade e diferença, de pertinência e não pertinência. As dificuldades no processo de identificação trazem consequências sérias ao desenvolvimento psíquico da criança. Podem ocorrer intercorrências nesse processo em casos de adoção ou filiação consanguínea, assim como pode não advir esse tipo de dificuldade em todos os casos de adoção (Abrão, 2014).

A filiação por adoção, em contrapartida, é potencialmente uma situação em que tais dificuldades acontecem. Quando se pensa no filho por adoção, este pode representar

simbolicamente um sujeito de falta e de excesso. Ele pode delatar a falta para os pais por adoção — a falta do filho, a esterilidade; e pode ocupar o lugar de sobra — foi abandonado, não coube na família consanguínea. Para o filho por adoção, questionar sua origem é atitude ameaçadora, assim como testar sua pertinência ao contexto familiar e buscar diferença em relação aos pais para construir sua identidade. Portanto, a pertinência para criança que foi adotada é mais complexa porque, em realidade, ela pertence a dois grupos (Abrão, 2014).

De acordo com Dolto (1985, 1998, 2006), o filho por adoção pode tentar compensar a ausência das semelhanças hereditárias alienando-se na identificação, subjugando-se a corresponder ao desejo dos pais por adoção, ao amor e à dedicação a ela. Com isso, nega-se a permissão de que possa existir como sujeito, não tem sua subjetividade autorizada.

[...] para encaixar no molde do filho imaginário dos pais, ele é obrigado a se identificar com eles, o que um filho genético não precisa fazer, já que é a continuação deles. O filho adotivo é a continuação deles imaginariamente, antes de o ser simbolicamente. Aliás, ele pode se tornar simbolicamente sua continuação, o que nunca poderá acontecer se for reduzido ao estado de fetiche dos pais, em vez de ser seu descendente (Dolto, 2006, p.93).

Quando o filho ocupa a função de fetiche dos pais, a consolidação de sua identidade como sujeito separado deles fica prejudicada, diferentemente da dinâmica do processo de identificação não alienada. Schettini, Amazonas e Dias (2006) discorrem sobre o tema. Apontam que, no tempo de espera pelo filho, os pais por adoção sonham com ele e o imaginam — como ocorre na gestação. Isso será determinante para constituir a subjetividade do filho e para formar sua identidade. Os pais vão atribuir sentidos às vivências do filho dentro de um contexto sociocultural. Essas autoras retomam a teoria de Dolto ao afirmar que “[...] um ser humano, desde

a sua vida pré-natal, já está marcado pela maneira como é esperado, pelo que representa, em seguida, pela sua existência real diante das projeções inconscientes dos pais" (Dolto, 1981 citada por Schettini, Amazonas, Dias, 2006, p. 289).

Diferentemente do bebê, a criança maior adotada vivencia situações frequentes de perda e rompimentos de vínculos afetivos que podem afetar a constituição de novos vínculos familiares e demandar cuidados específicos que as auxiliem na elaboração dessas experiências. É fundamental analisar a capacidade de adaptação da criança e da família adotante. Podem existir dificuldades de aproximação entre pais e filhos por causa da diferença entre aquilo que foi idealizado e a vivência real da adoção. As dificuldades de adaptação podem provocar desgaste afetivo-emocional em todas as pessoas envolvidas e tornar o estabelecimento do sentimento de confiança mútua um processo doloroso e frágil (Mendes, 2007).

Vargas (2008), porém, observa que, se for possível para a criança estabelecer vínculos precoces positivos, internalizando uma figura de mãe boa, será mais fácil construir novos vínculos significativos e reconstruir o eu pela interiorização de novas figuras parentais. A relação externa com os pais por adoção é o suporte importante para fazer emergir a nova realidade interna. A projeção dos pais sobre o filho atribui características ao processo de adoção, que está estreitamente ligado à possibilidade de expressão e atendimento de suas necessidades emocionais mais primitivas pelos pais por adoção. É importante estabelecer regras simples e claras, assim como catalisar manifestações de agressividade do filho. Na adoção de crianças maiores e nas demais situações, o desenvolvimento satisfatório das relações depende da capacidade de suporte e da vivência de trocas afetivas.

Assim, na adoção é importante que os sujeitos envolvidos elaborem minimamente os lutos das perdas (impossibilidade da gravidez, não continuidade da linhagem através da

hereditariedade, rupturas anteriores e outras) para que o processo de adoção seja incorporado e seja possível com suas vicissitudes.

2.2 Transmissão psíquica geracional

Além das questões relacionadas com a construção da parentalidade e da filiação, pode-se apontar o processo de transmissão psíquica geracional no curso do desenvolvimento psíquico como central no processo de adoção.

Kaës (2010) ressalta que nos conjuntos intersubjetivos primários (díade mãe-filho, casal parental e família) as formações do inconsciente, guiadas por alianças, pactos e contratos inconscientes, são transmitidos através das cadeias de gerações. As alianças conscientes e inconscientes têm como função principal manter e fortalecer os vínculos.

A aliança inconsciente é uma formação psíquica intersubjetiva que reforça em cada um dos sujeitos do vínculo os investimentos narcísicos e objetais de que têm necessidade e que resultam do recalque ou da denegação, da rejeição e da desautorização. As alianças contribuem para a estruturação psíquica em suas modalidades de realização de desejo, assim como em suas formações defensivas ou alienantes (Kaës, 2010).

As alianças inconscientes organizam o vínculo intersubjetivo e o inconsciente dos sujeitos do vínculo, produzindo efeitos além dos sujeitos, das circunstâncias e do momento que as moldaram. Desse modo, constituem o agente e a matéria de transmissão da vida psíquica entre gerações e requerem dos sujeitos obrigações e sujeições, benefícios e satisfações (Kaës, 2010). Dentre as alianças inconscientes, ressalta-se o contrato narcísico (Castoriadis-Aulagnier, 1975 citado por Kaës, 2010), que é o contrato entre sujeito e grupo em que o sujeito assegura a continuidade do conjunto a que pertence. Em contrapartida, o grupo investe narcisicamente o indivíduo. O

investimento narcísico é sustentado à medida que o conjunto investe narcisicamente esse sujeito como portador de uma continuidade do todo.

De acordo com Zanetti e Gomes (2012), através das alianças inconscientes e do contrato narcísico, ocorre a transmissão da vida psíquica, ou seja, aquilo que se herda de uma cadeia de gerações precedentes que pode ser ou não elaborado pelo sujeito ou ao longo das gerações. De acordo com Kaës (2005),

[...] o que se transmite psiquicamente são objetos munidos de seus vínculos com aqueles que precedem cada sujeito. Isto faz da pré-história do sujeito não somente aquilo que o sustenta e garante pelo positivo, as continuidades narcísicas e objetais, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, as formas e os processos de conservação e complexidade da vida, mas também pelo negativo: aquilo que não pôde ser retido, contido, que não é lembrado, o que não encontra inscrição na psique dos pais e vem depositar-se ou enquistar-se na psique da criança: a falta, a doença, o crime, os objetos desaparecidos sem traço nem memória; para os quais um trabalho de luto não pôde ser realizado (p. 128).

Considerando esses dois modos de transmissão psíquica geracional, Kaës (2005) elabora a seguinte classificação: transmissão psíquica transgeracional ou sem transformação, em que ocorre a passagem direta de formações psíquicas de um sujeito para outro; e transmissão psíquica com transformação ou intergeracional, em que a realidade psíquica foi elaborada. Na psíquica transgeracional, o conteúdo psíquico está em um estado em que não há possibilidade de metabolização e integração; não favorece as transformações criativas ao longo do processo de subjetivação geracional. A transmissão é marcada pelo negativo; e o que se transmite é o que não pode ser contido nem inscrito no psiquismo dos pais e acaba por ser depositado no psiquismo da

criança. Exemplo disso são os lutos não realizados, os objetos desaparecidos sem traço nem memória, a vergonha, as doenças e a falta. Já a transmissão psíquica intergeracional é entendida como trabalho de ligações e transformações no qual a passagem de uma geração à outra é acompanhada por uma modificação daquilo que é transmitido, conforme o tempo e a capacidade de cada geração de simbolizar a história de seus antepassados.

Outro tipo de aliança inconsciente apontada por Kaës (2005) é o pacto denegativo. O pacto denegativo e o contrato narcisista fundamentam e originam o grupo e o sujeito; porém, um é oposição do outro. O pacto mantém os vínculos humanos mas é mecanismo defensivo que tem o objetivo de reprimir um conteúdo comum relativo ao grupo. Faz com que não seja possível pensar em um número de coisas. Nessa perspectiva, o vínculo só é possível à medida que algo seja negado em conjunto. O negativo torna-se constitutivo dos processos vinculares. Os pactos denegativos são necessários para a sobrevivência do vínculo no campo interpsíquico, assim como os mecanismos de defesa são necessários intrapsiquicamente.

O pacto denegativo está na origem e no fundamento da família, do grupo social, das leis e do sujeito singular e se apresenta através de duas polaridades: uma organizadora, outra defensiva. Ao mesmo tempo em que assegura a satisfação de necessidades dos envolvidos, impõe limites e expulsa certos elementos da construção vincular. A primeira delas é positiva na medida em que organiza o laço intersubjetivo; a outra é negativa, pois está baseada em um mecanismo defensivo (Kaës, 2005).

A face defensiva do pacto denegativo relaciona-se com apagamentos, rejeições, recalcamientos — com um conjunto de aspectos não significáveis, não transformáveis que mantém o sujeito alheio à sua história. Encontra-se ainda fortemente relacionado com as identificações alienantes e a transmissão psíquica transgeracional através dos efeitos nocivos que as alianças inconscientes provocam na capacidade de pensar (Kaës, 2005).

Ao considerar o pacto denegativo na transmissão transgeracional, marcado pelo negativo, Correa (2003) aponta que essas formações da ordem do segredo ficam como herança para gerações futuras. Os traços traumáticos e as feridas narcisistas são transmitidos como restos do “negativo”, sem modificação e de forma repetitiva, gerando sintomas e sofrimento intra e intersubjetivo. Alguns sintomas e o sofrimento psíquico têm como base falhas na dinâmica pulsional, quando estas interferem na formação dos processos de incorporação de objetos internos seguros envolvendo, em particular, as relações precoces da primeira infância.

A falta de inscrição do sujeito na sucessão das gerações, pelo silêncio da violência ou pela ruptura dos vínculos geracionais, limita ou impede os processos de simbolização que organizam a cadeia de significantes. Na tentativa de minimizar ou eliminar o elemento traumático advindo da fratura dos vínculos geracionais, são criadas defesas específicas do tipo denegação, clivagem e identificação projetiva (Correa, 2003).

Uma patologia transgeracional ligada aos vínculos intra, inter e transsubjetivos originada em situações diversas de violência refere-se ao conceito de traumatismo acumulativo. Nessas situações, o sujeito e o grupo familiar ficam ameaçados pela própria fragilidade e pela ausência de referências de significação. O processo de transmissão entre as gerações permanece, então, comprometido, desafiando uma nova reinscrição no elo geracional. Uma superposição de traumatismos deixa traços nas gerações envolvidas, daí ser necessário um trabalho de metabolização que possibilite a criatividade e a transformação. Isso significa devolver ao sujeito sua capacidade de pensar em si como um “eu-singular”, dentro da trama intersubjetiva da história familiar (Correa, 2003).

A família, portanto, é considerada o campo de representações estruturantes e de constituição da subjetividade pelo qual atravessam conteúdos psíquicos conduzidos ao longo das gerações e em arranjos familiares diferentes. São transmitidos significantes que determinam uma ordem

simbólica que permeia as gerações através de mecanismos de identificação, em um interjogo de projeções-introjeções e incorporações, além de traços traumáticos e feridas narcísicas que podem não encontrar inscrição no psiquismo dos antecessores e ser transmitidas e repetidas sem modificação.

2.3 Pertencer a duas famílias: a transmissão geracional na adoção

Toda família é guiada por alianças inconscientes, contratos narcísicos e pactos denegativos. Vários aspectos são transmitidos — incluindo traços traumáticos e feridas narcísicas que se repetem ao não encontrar inscrição psíquica nos pais; daí que são depositados nos filhos. Como, nos casos de adoção, a criança tem dois núcleos parentais — ou seja, dois grupos familiares distintos —, interroga-se: como a transmissão psíquica e as alianças advindas dos grupos familiares distintos se organizam? Como a criança se inscreve na família de seus pais por adoção e como os pais a integram na cadeia de gerações?

A constituição familiar por adoção tem uma “identidade específica”, uma trajetória singular, por isso as diferenças precisam ser compreendidas, elaboradas, assumidas e integradas a todo o processo. Na adoção — convém reiterar —, existem dois casais parentais: os consanguíneos e os por adoção. O filho traz uma história pré-adotiva que não pode ser negada; ela tem de ser integrada à sua história de vida, assim como existe a negação ligada a questões inconscientes dos adotantes que precisam ser elaboradas e integradas à constituição da identidade parental.

As dificuldades relacionadas à dupla filiação podem ser amenizadas se a família por adoção conseguir fundar uma convivência imaginária com a família consanguínea e não estabelecer uma lógica de oposição e competição ou de evitação e rejeição em relação a ela (Schettini, Amazonas, Dias, 2006). Com efeito, Weber (2010) salienta que, muitas vezes, os pais por adoção, na

tentativa de proteger os filhos e se protegerem, evitam falar do processo de adoção; opõem-se à necessidade que a maioria dos filhos por adoção tem de falar sobre sua história e suas raízes como forma de construir sua identidade. Conversar sobre assuntos que envolvem a adoção promove possibilidades de trocas afetivas e uma relação de confiança, o que facilita estabelecer o vínculo.

As fantasias de origem sempre encontraram destaque na psicanálise como elemento básico de estruturação psíquica. Nos casos de adoção, essas fantasias se produzem de maneira peculiar. A origem é inacessível para todo ser humano, mas nos casos de adoção, dada a ruptura da continuidade, o espaço do não saber e do vazio é mais amplo; porém é teorizável via inconsciente dos pais e história ancestral. A história ancestral tem de ser passada para o sujeito via inconsciente dos pais por adoção, enquanto a referência que os pais por adoção têm para fornecer é de suas próprias fantasias originárias (Abrão, 2014).

Filho da cultura, o filho por adoção terá uma dupla fidelidade: à família consanguínea e à família por adoção. Essa dupla fidelidade, muitas vezes, ameaça a relação familiar; e a tentativa de apagamento da filiação consanguínea pode surgir como garantia para afastar essa ameaça. Essa conduta, porém, amplia ainda mais o campo de não saber. Funciona como um gerador de sintomas. Essa especificidade pode ser responsável por muitas das relações de estranhamento nos vínculos por adoção. O sentimento de estranheza liga-se às fantasias sobre a origem e é parte do sentimento de identificação (Abrão, 2014).

Queiroz (2004) discorre sobre o estranhamento nos vínculos por adoção apontando que os pais, por vezes, não se reconhecem como pais, chegando a desejar devolver a criança, destituindo-o do lugar de filho. O estado de estrangeiro na consanguinidade parece dissolver as garantias de um lugar no vínculo. São comuns dúvidas se serão reconhecidos como pais, por ter

de dividir esse lugar com o fantasma dos genitores; o que reabre a ferida narcísica. Existe também o receio que o incesto possa ser vivido no real.

Assim, a criança é percebida como estranha duplamente: estranha quando abandonada ou recusada pela família de origem e estranhada pelos pais por adoção, por não pertencer ao mundo familiar da consanguinidade. Os sentimentos de estranhamento podem ser projetados, também, na vivência da rejeição social. A maioria dos pais por adoção deseja e assimila seus filhos como pertencentes ao seio familiar; mesmo assim, o estranhamento pode aparecer em demandas diversas, como no desejo de adotar crianças recém-nascidas para educá-las ao seu jeito ou na preferência por crianças fisicamente semelhante a eles (Queiroz, 2004).

A ideia de estranho foi estudada por Freud (1919/1990) em seu texto “O estranho” (*Das Unheimlich*). Em geral, *Unheimlich* refere-se ao conteúdo psíquico recalcado que tem significação ambígua; oscila entre o familiar e o desconhecido — o que causa inquietude no sujeito. O sentimento de estranheza é aquela categoria do assustador que alude ao que é conhecido, velho e estranhamente familiar. Garcia-Roza (1986, p. 24) observa que “[...] só há *Unheimlich* se houver repetição. O estranho é algo que retorna, algo que se repete, mas que, ao mesmo tempo, se apresenta como diferente”. Repetição não significa reprodução; significa um retorno do diferente/novo, o estranho familiar.

De acordo com Abrão (2014), a adoção está intimamente ligada à temática do estranho e da repetição. A criança atua, através da compulsão a repetição, vivências dos vínculos anteriores que foram reprimidas dentro do novo vínculo que se constrói com a família por adoção.

A repetição foi explorada por Freud (1914/1996b) em seu texto “Recordar, repetir e elaborar”. Ele ressalta que algumas lembranças reprimidas e esquecidas são expressas pelo indivíduo através da atuação; manifestam-se como ação, e não como lembrança. Em vez de recordar, o indivíduo repete a experiência vivida e reprimida sem saber que está repetindo. A compulsão à

repetição relaciona-se com a transferência e a resistência. A repetição é a transferência de um passado esquecido para aspectos diversos da situação atual do indivíduo, em cada atividade e cada relacionamento que tiver na ocasião. Quanto maior for a resistência ao conteúdo reprimido, maior serão a atuação e repetição do que foi recalcado. O indivíduo “[...] repete tudo o que já avançou a partir das fontes do reprimido para sua personalidade manifesta — suas inibições, suas atitudes inúteis e seus traços patológicos de caráter. Repete também todos os seus sintomas” (p. 167). Tem-se assim que a repetição não é acontecimento passado; é uma demanda atual do sujeito.

Abrão (2014) postula que o não dito da história pregressa do filho por adoção se expressa nos sintomas e que estes podem vir relacionados com a necessidade inconsciente de repetir o abandono, a ruptura e conviver com o estranho-familiar. Sintomas como dificuldade de aprendizagem, sensação de rejeição, de que está sempre errado, de que é traído ou injustiçado, dificuldades de relacionamentos e de orientação espacial, necessidade de identificação com grupos de baixa valoração, dificuldades psicomotoras, sensação de inadequação, de sentir-se estranho e diferente: tudo é comum em situações de adoção.

Diante da vivência do abandono, o estranho funciona como defesa em relação à morte e ao sentimento de aniquilamento. É desejo e é ameaça. O horror ao abandono é repetido como sintoma; e muitas vezes as crianças que foram adotadas têm necessidade de testar os pais. Para isso, usam formas diversas de verificar se vão abandoná-las ou não. Podem agir de forma delinqüencial, podem buscar identificações negativas, numa dinâmica que, ao se ligar à insegurança dos pais por adoção, amplia e potencializa o estranhamento. Daí podem resultar patologias complexas no vínculo e nos indivíduos (Abrão, 2014).

A flexibilidade com que essas e outras questões são vivenciadas e enfrentadas pela família por adoção permitirão exercitar a construção dos vínculos, seja como elemento de renascimento e vitalidade, seja na forma de pseudo-reparação.

3 ADOÇÃO

3.1 Adoção e literatura

A literatura expressa o que está presente no imaginário social e tem sido muito utilizada nos estudos psicanalíticos, que a tomam como referência e dela se enriquecem. Nessa perspectiva, percorro brevemente algumas histórias infantis que remontam à temática da adoção.

Na história de Mogli, o “menino-lobo”, ele foi abandonado na floresta, cuidado por uma loba e educado por vários animais. Também a história de Tarzan, publicada pela primeira vez em 1912, por Edgar Rice Burroughs, enfatiza uma adoção “interespécie” bem-sucedida. A história de Pinóquio apresenta uma adoção monoparental masculina, na qual o pai inventa e constrói o filho com as próprias mãos. Feito de madeira, pode aluir à idealização do filho pela figura parental. Outro personagem conhecido é o Super-homem (Superman), considerado o símbolo da necessidade de conhecer as origens e histórias vivenciadas antes da adoção. Tornou-se “super” exatamente quando soube de sua origem. A maioria das crianças mitológicas que passou pela angústia do abandono ou da morte dos pais consegue alcançar um destino de heroísmo ou de poder. Esses mitos parecem significar que sobreviver a tal tragédia e ser amado por outro faz com que a pessoa torne-se psologicamente (ou até fisicamente) muito forte (Weber, 2010).

Por outro lado, a desvalorização das relações constituídas pelas vias da adoção também pode ser percebida nas histórias infantis mais comuns na cultura ocidental que utilizam, frequentemente, a figura da madrasta e do padrasto para simbolizar figuras negativas que maltratam, exploram e violentam seus filhos por adoção. Isso é algo que expressa e dissemina a ideia de que as relações estabelecidas por adoção, laços não consanguíneos, são relações que não

dão certo ou são permeadas por conflitos caóticos e insuperáveis. Afinal, a tragédia dos conflitos nas histórias infantis quase sempre resulta na ruptura do vínculo.

Para argumentar sobre essa questão e outros pontos de reflexão, elejo a história infantil *João e Maria* (originalmente *Hänsel und Gretel*), escrita pelos irmãos Grimm, em 1812. Numa interpretação mais livre, destaco que as figuras de cuidado não consanguíneo da história — no caso, a madrasta e a senhora da casa de doces — tinham uma relação de violência, exploração e competição com as crianças. Eram figuras extremamente negativas. Isso pode advir do conceito idealizado de que pais não têm sentimentos hostis pelos seus filhos; daí ser necessário projetar a hostilidade na figura de cuidadores não consanguíneos.

A penúria e escassez de recursos materiais vividas pela família na história levam à decisão de abandonar as crianças na floresta a própria sorte. A sugestão é da madrasta, com consentimento do pai. Ao final, com o retorno das crianças para casa, o conflito entre ela e enteados teve como desfecho a impossibilidade do vínculo. As crianças permaneceram com o pai; mas a madrasta havia morrido. Eis a resolução apresentada. Vê-se aí ideia de distanciamento, hostilidade e impossibilidade de vínculos nas relações entre personagens sem laços consanguíneos.

É possível ilustrar também a repetição. João marca o caminho de volta pra casa com pedras brilhantes e migalhas de pão. Olha repetidas vezes para traz, para sua casa e para o caminho de volta. Isso pode ilustrar a compulsão à repetição possível de ser vivida nos vínculos por adoção. Existe um caminho marcado no psiquismo que leva os filhos para a vivência anterior de família. Mesmo estando na família por adoção, com outra configuração e dinâmica familiar, existe um caminho psicológico marcado que faz a família por adoção ter de retornar com recorrência a experiências anteriormente vividas na família de origem. Daí a necessidade de integrar essas experiências anteriores para que seja possível construir os vínculos.

Outra questão recorrente nos vínculo por adoção, o horror ao abandono pode ser apontado na história de João e Maria quando se encontravam abandonados na floresta. Ouvem o barulho do galho batendo no tronco da árvore como algo que lhes era familiar, pois o pai é lenhador. João acredita ser o barulho do machado do pai cortando madeira nas proximidades, o que ilustra um mecanismo de negação da realidade insuportável: o abandono, que o faz ter uma fantasia alucinatória da presença do pai nas proximidades indicada pelo barulho do machado batendo na madeira.

Essa digressão em torno da literatura para expandir o pensar sugere que a arte faz emergir fantasias e questões subjetivas; ou seja, a literatura como expressão artística fornece elementos preciosos para analisar manifestações inconscientes porque reflete a subjetividade e a pulsão sublimada. Feito esse esclarecimento, convém prosseguir com a exploração teórica com enfoque na temática da adoção, em especial os aspectos históricos.

3.2 Preâmbulos gerais: história, leis e estatutos

A adoção, de acordo com Weber (2010), é uma prática instituída pelos romanos que servia como instrumento de poder familiar, com três objetivos principais: escolher um sucessor, permitir o acesso do indivíduo a um status superior e dar descendentes aos que não tinham. Não existia a discussão sobre direitos e proteção da infância numa sociedade patriarcal; o pai tinha direito sobre a vida e a morte de seus filhos. Esse conceito de adoção persistiu até a Idade Média, quando ocorreu uma involução legal e social da prática de adotar. Para reduzir o infanticídio e a adoção de filhos originários de relações adúlteras e incestuosas, a Igreja, sob a influência do cristianismo, criou as rodas dos enjeitados (expostos), que serviam para o abandono anônimo de bebês. De acordo com Abrão (2014), nessa fase é possível perceber uma ambiguidade entre

“abandono” e “cuidado” no ato de entrega do filho. Ao ser colocada na roda, a criança recebia educação e batismo sob cuidados da Igreja.

Na era moderna, a adoção de crianças foi reintroduzida na legislação e, aos poucos, aceita, em especial por causa do desenvolvimento e da transformação de valores sociais em relação à infância, à ampliação e ao fortalecimento do sentimento de família. Esta se torna a célula social principal. É reconhecida como valor e exaltada nos aspectos emocionais. Esse conjunto de transformações compõe um novo contexto social de valorização da infância. Surgem instituições de assistência filantrópica com bases científicas e equipamentos estruturados para prestar cuidados à criança (Abrão, 2014).

No Brasil dos anos 1920, uma nova infância começa a se configurar: a do menor; e com ela se impõe uma nova legislação: o Código de Menores, de 1927, para regular a conduta da população de 0 a 18 anos de idade em estado de abandono. Também se prescreveu o intervencionismo oficial no âmbito da família, dando poderes aos juízes e aos comissários de menores que previam destituição do poder familiar e encaminhamento de menores às famílias substitutas. Pela adoção, passava-se de menor abandonado a criança. As leis, porém, diferenciavam os direitos de filhos por adoção e consanguíneos: estes tinham mais direitos que aqueles (Ayres, 2009).

O Código de Menores foi reformulado em 1979, sob as bases de um Estado ditatorial e centralizador. A população infanto-juvenil de/em risco passa a ser tutelada pelo Estado. A questão do menor transformou-se em um tema nacional. Milhares de crianças e adolescentes foram privados da construção e/ou fortalecimento de seus vínculos familiares pelo processo de internação. Ao discurso da internação era associado o da educação e correção. Pela educação formal recebida nos internatos, criança e adolescente adquiriam mais condições de inserção social, além de terem seus comportamentos desviantes suprimidos (Ayres, 2009).

Em meados dos anos 1980 houve redução de encaminhamentos para internação. Transformações sociopolíticas e movimentos sociais levaram a questão do “menor” para a mídia. Questionaram-se a ineficácia e as arbitrariedades das políticas de assistência, em especial a internação. Gestavam-se uma nova Constituição (de 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA (de 1990), com uma política para infância fundada na noção de direitos. A adoção, neste contexto, apresenta-se como alternativa interessante ante a atuação de um Estado que reproduzia o quadro de desigualdades sociais (Ayres, 2009).

A adoção provê à criança um lar permanente e uma base social segura que vai ao encontro de suas necessidades básicas. É uma das formas de resguardar e lhe garantir o direito ao bem-estar e ao convívio com a família e a comunidade. Direito este previsto em lei desde 1990, com o ECA. De acordo com este estatuto, a criança e o adolescente são considerados como sujeitos de direito: à vida, à saúde, à dignidade, à liberdade, ao respeito, ao lazer e à convivência familiar e comunitária. Segundo o art. 41 (ECA, 1990, p. 21), “A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais”.

De acordo com Abrão (2014), os avanços legais e sociais relativos à adoção são recentes e não apagam séculos de construção histórica que permanecem no imaginário social que perpetuam fantasias ligadas à infância pobre, ao filho ilegítimo e ao abandono.

A origem histórica da adoção, conforme Weber (2011), compõe sua imagem como processo que visa exclusivamente aos interesses dos adotantes. Esse posicionamento ainda não foi extinto; porém, hoje se priorizam as necessidades da criança. Cabe frisar que, ao ser um sujeito que “sobra” em sua família consanguínea e denunciar a falta e a impossibilidade em sua família por adoção, a criança pode ser negligenciada em seus direitos e suas necessidades, não só familiares, mas também sociais.

Buscando avanços na legislação relativa à adoção, a lei 12.010, denominada Nova Lei da Adoção, de 29 de julho de 2009, faz alterações na lei 8.069 (ECA). Dentre as várias modificações propostas, prioriza (art. 1º § 1º) a orientação, o apoio e a promoção social da família natural, junto à qual a criança ou o adolescente devem permanecer. De diversas formas, a lei 12.010 tenta garantir a prioridade do convívio familiar. De modo contundente, reforça a excepcionalidade e irrevogabilidade da medida de adoção, que apenas deve ocorrer em última instância, quando esgotados todos outros recursos.

Se, por um lado, essa medida visa preservar os laços familiares da criança, por outro pode tardar bastante a destituição do poder familiar e a colocação dela para adoção; ou seja, ela fica mantida por um tempo prolongado em condições precárias de vida ou provisoriamente. Mendes (2007) enfatiza que, apesar de haver muitas crianças institucionalizadas, poucas se encontram em condições jurídicas para a adoção. Muitas vezes a destituição do poder familiar acaba por ocorrer quando a criança encontra-se em idade mais difícil para adoção e após ter passado por relevantes rupturas afetivas. É com essa bagagem que iniciam vínculos com a família por adoção. Levinzon (2009) também considera essa questão da espera pela adoção, dos entraves burocráticos e questões jurídicas afins como situação extremamente penosa para os postulantes à adoção e para a criança/adolescente.

Apesar de apresentar ideia contrária ao que respalda as bases legais da adoção, considero relevante apontar outra perspectiva sobre o processo de adoção: a de Dolto (2006), para quem a adoção pode vir a ser um ato privado e íntimo — com a passagem da criança para a família por adoção através da permissão — e do contato direto com os pais consanguíneos — através de uma conversa e um acordo entre eles. Psicanalista eminente, ela critica a ideia de clandestinidade e ilegalidade atribuída a esse ato, pois é simbolicamente justo e verdadeiro: não permite ocultação das origens nem segredo da adoção.

A ideia defendida por Dolto tem seus contrapontos. Muitas vezes, a retirada da criança da família consanguínea não acontece de maneira consentida, assim como os pretendentes à adoção podem temer conhecê-la. Na entrega direta dos filhos aos cuidados de outra família, também podem ocorrer situações de conflito e controle entre a família consanguínea e a por adoção; situações essas que inviabilizam a passagem direta da criança de uma família para outra. Ghesti-Galvão (2008) ressalta que os processos exigidos na adoção legal visam preservar os direitos da criança e das famílias envolvidas, de forma que as condutas seguidas primem por minimizar os danos e conflitos.

Segundo pesquisas de Weber (2010), embora a via legal seja a única maneira oficial de adotar uma criança/adolescente no Brasil, pais que adotaram de forma legal e os que adotaram na informalidade avaliam negativamente o trabalho realizado pelo sistema judiciário, criticam as burocracias e as dificuldades. Além disso, o número de adoções realizadas formal e informalmente equipararam-se entre os participantes do estudo.

De fato, a questão da legalidade ou informalidade do processo de adoção gera controvérsia; mas o que se pode pensar da reflexão de Dolto (2006) é que os processos envolvidos na adoção têm sempre de ser analisados com respeito à idiossincrasia das histórias e dos sujeitos, com prioridade para decisões menos danosas. Além disso, há de considerar que o acesso à história da criança não precisa, necessariamente, passar pelo contato direto com a família de origem; pode ser alcançado através de outras vias de historicização. Por exemplo, quando se permite que a criança tenha acesso à verdade sobre sua história; quando a família por adoção consegue conviver simbolicamente com a família consanguínea; através do resgate da história — elaboração de diário com história da criança e da família registrando expectativas para a chegada da criança, impressões e sentimentos; continuidade de convivência com amigos da instituição de acolhimento e outros.

Segundo o *Guia de ação para abrigos e colaboradores “Fazendo minha história”* (2007), desenvolvido pelo Instituto Fazendo História, oferecer ferramentas a crianças e adolescentes para que possam se conhecerem, se descobrirem, se apropriarem de suas histórias, seus gostos, seus desejos e construir projetos de vida permite desenvolver a identidade familiar e pessoal de cada criança. Toda criança tem uma história única e que lhe pertence. Conhecer sua história abre possibilidade de atribuir outros significados a ela, o que é fundamental para um desenvolvimento psíquico.

Outro elemento abordado por Dolto (1978/1998) refere-se à diminuição no desejo de adotar que alguns postulantes vivenciam com as numerosas entrevistas avaliativas às quais precisam se submeter ou com o tempo de espera pela adoção. Ela pontua que a lei de adoção deveria favorecer e agilizar todo o processo; mas não é isso que acontece. Conforme menciona Xerfan (2009), ao se analisar o alcance das entrevistas com pais candidatos à adoção, facilmente percebe-se o quanto frágeis são os critérios para considerá-los aptos. Comumente, guiam-se por aspectos materiais necessários ao provimento das necessidades orgânicas e educacionais do filho; mas não consideram as questões subjetivas — e até inconscientes — dos pais — a exemplo da história de sua infância, relevante para o exercício da parentalidade. São suplantadas por uma ou duas entrevistas e vários procedimentos burocráticos.

Uma gravidez biológica se desenvolve em um tempo relativamente previsível e é um tempo de expectativa, espera e preparação para a chegada do filho. Na adoção o tempo de espera é imprevisível; o que pode levar ao descompasso entre o tempo do desejo e o tempo da adoção (Xerfan, 2009). Oliveira (2014) aponta que o Poder Judiciário avalia e decide se um pretendente é apto ou não ao exercício parental. Essa conduta gera sofrimento nos pretendentes à adoção e suscita questões relativas ao medo da confirmação da esterilidade pela possibilidade de ser considerado inapto ao exercício parental através de uma decisão judicial.

A adoção permeou a história da humanidade e se modificou no âmbito legal; mas apresenta pontos nodais em seu processo que ainda precisam ser compreendidos e desenvolvidos plenamente. Considerada nos últimos tempos como recurso para a infância em risco social e solução para crianças e adolescentes desfiliados — que vivem a escassez de recursos materiais, afetivos, familiares e sociais —, a adoção é um processo em que se transfere a responsabilidade social do cuidado com a infância para famílias que desejam adotar; mas se observa que ainda não são oferecidas condições nem suporte nem ações para minimizar as dificuldades dos envolvidos.

3.3 Preparação para adoção e construção do vínculo

A preparação deveria ser primordial para quem pretende ter filho, consanguíneo ou por adoção. Uma reflexão sobre o significado dessa função se faz necessária quando se deseja um filho. A vivência da maternidade e paternidade aflora nos indivíduos questões como perdas, lutos e carências; e a preparação cria possibilidades para que muitos desses aspectos sejam elaborados. Com ela o pretendente pode tomar consciência não só de seus limites e suas possibilidades, mas também dos limites e das possibilidades dos outros. Deve ser contínua, pois a vinculação entre os indivíduos é dinâmica e sujeita a mudanças. Todos participam de um processo dinâmico de construção e reconstrução (Weber, 2010).

Convém reiterar que o filho já existe no desejo dos pais antes mesmo de nascer; tem um lugar na subjetividade familiar; e sua entrada no sistema modifica posições preestabelecidas. A criança será tratada e interpretada segundo uma estrutura subjetiva que a criou antes de sua chegada (Schettini, Amazonas e Dias, 2006; Zornig, 2010).

O desejo relacionado com a adoção é um dos primeiros pontos a serem entendidos nesse processo para que se possa compreender o caminho percorrido pela família após a adoção. Essa

reflexão, segundo Levinzon (2009), é essencial à compreensão da função que a criança tem na família e dos caminhos traçados inconscientemente para ela. Situações variadas fundamentam o desejo de adotar: esterilidade; perda de um filho; desejo de ter filhos após a idade biologicamente possível; ideia de filantropia ou responsabilidade social; contato com criança que desperta o desejo de maternidade ou paternidade; parentesco com pais biológicos da criança quando não têm condições de cuidar dela; pessoas que querem ser pais, mas não têm parceiros amorosos; desejo de ter filhos sem ter de passar pelo processo de gravidez, dentre outros. Algumas dessas condições são vistas *a priori* como “inadequadas”, de acordo com Weber (2011). Muitos realizam adoções porque acham que a criança vai resolver seus problemas e suas angústias existenciais. Igualmente, muitos pais consanguíneos assumem essa mesma postura diante da filiação.

Uma situação frequente entre os postulantes à adoção é a esterilidade. Nesse caso, muitas vezes a criança vem suprir um fracasso, uma frustração: a incapacidade de gerar filhos. Os adotantes podem trazer um histórico de várias tentativas de fertilização, natural ou artificial. Essas vivências são ligadas a perdas e podem vir acompanhadas de sentimentos autodepreciativos dos adotantes; podem ser sentidas como um ataque ao narcisismo. Se assim o for, então o filho viria representar uma compensação para os pais; ou seja, tem a missão de ressarcir-los da perda imaginária relacionada com o narcisismo (Abrão, 2014).

Essa tentativa de tamponar a ferida narcísica através do filho por adoção pode ser frustrada. O filho pode evidenciar a ruptura da transcendência, ou seja, ser um sinalizador da impossibilidade de gerar biologicamente. Torna-se um objeto ambíguo que mobiliza afetos positivos e negativos. Quando isso ocorre, os conflitos relacionais, intrínsecos a qualquer vínculo, podem ser experimentados com frustração imensa; podem gerar rejeição. Duas feridas narcísicas são possíveis de se encontrarem. De um lado, o filho e as fantasias de rejeição e abandono que

compõe a sua história; de outro, os pais narcisicamente feridos pela infertilidade. Isso pode produzir dor intensa e sofrimento, além de uma vivência de solidão, distanciamento e estranheza (Abrão, 2014).

Em contrapartida, a vontade de ajudar e de amar uma criança não basta para se bem realizar uma adoção. É necessário que os pais tenham o desejo de ter um filho. Em todo processo de filiação, seja consanguíneo ou por adoção, tal desejo surge na evolução do processo edipiano, no qual há identificação com o genitor do mesmo sexo e, assim, a possibilidade de exercer uma função similar a dele, escolhendo e investindo o filho como objeto de amor (Levinzon, 2009). Entende-se que o filho, portanto, precisa compor a família pela ordem do desejo, não da necessidade.

Dolto (1989 citada por Schettini, 2007) ressalta a importância de que o filho por adoção pertença simbolicamente ao grupo familiar:

Uma criança adotiva que não é introduzida na tradição da família do pai nem da mãe, ainda não foi adotada. Uma criança não é verdadeiramente adotada, senão por duas famílias adotantes [...]. É a família como um todo que conta, nessas descendências. Uma criança é adotada por uma família e não por duas pessoas [...] A adoção é a família que cada um dos pais dá à criança, um lugar nas duas linhagens, um lugar no simbólico (p. 40).

É importante que o filho sinta que tem um lugar escolhido dentro da família e não represente apenas o quanto seus pais são bondosos por tê-lo adotado, tirado da condição de abandono e falta familiar. Quando isso ocorre, o filho fica impedido de viver e exprimir a sua agressividade,

rivalidade e competição. Sente-se culpabilizado quando esses sentimentos surgem. Isso provoca efeitos nocivos ao psiquismo (Levinzon, 2009).

Um desses efeitos — cabe frisar — refere-se à estruturação do *falso-self*. Conceito apresentado por Winnicott (1990), alude ao mecanismo defensivo no desenvolvimento da personalidade em que se estabelece um conjunto de relacionamentos falsos por submissão e imitação a uma figura dominante através de introjeções, nas quais se busca preencher expectativas e obter amor. Apresenta-se como tentativa de substituição da função materna que falhou. O *falso-self* é organizado em níveis que vai da patologia à normalidade. Em seu nível patológico, causa sensação subjetiva de vazio, futilidade e irrealidade.

O vínculo construído por pais e filhos por adoção pode superar essas e outras dificuldades vinculativas/defensivas se levar em conta o desenvolvimento afetivo entre os envolvidos. Aprofundar-se na mobilização subjetiva para a adoção, consciente e inconsciente, ajuda a prevenir problemas de relacionamento futuros (Weber, 2011). Outro aspecto importante na preparação para a adoção é o momento de escolher o perfil da criança a ser adotada. Como expõe Oliveira (2010),

O momento da escolha da criança a ser adotada é bastante importante, pois emerge para a realidade os ambíguos sentimentos de desejar um filho como objeto de amor. É nesse espaço que as frustrações, as limitações e as idealizações adentram o campo real, convocando os sujeitos, pais, filhos e demais familiares a reconhecerem no filho escolhido uma representação de si mesmos. O sentimento de pertença, criado a partir da vinculação, permite a incorporação de um novo membro no grupo familiar e toda uma rede de relações aí implicadas. Na adoção, as idealizações do filho, do lar e da família emergem como eixo fundamental e situam essa prática antiga enquanto dispositivo social acionado diante do desejo de se ter filhos (p. 20).

Os critérios de escolha são subjetivos e permeados pelos ideais imaginários dos adotantes. Essas expectativas não são facilmente transformadas. É um trabalho no médio e longo prazo que precisa promover reflexão dos adotantes em relação a si e identificar seus limites e possibilidades em relação ao outro (Weber, 2011).

Realizada no processo de adoção legal, a seleção dos adotantes é outro ponto da preparação para adoção permeado de angústia. Os técnicos que trabalham nos serviços de adoção dos juizados da Infância e da Juventude colocam-se em relação aos candidatos à adoção, em geral, como selecionadores. Não têm uma proposta de preparação efetiva e promoção de mudança de atitudes. Funcionam mais como agentes perversos de discriminação e segregação através de avaliações pseudopsicológicas (Weber, 2010).

Algumas iniciativas têm sido feitas para modificar o caráter avaliativo da seleção de postulantes à adoção para propostas direcionadas à preparação maior deles. Hueb (2016) aponta que com a lei 12.010/09 os postulantes se tornam obrigados a participar de curso preparatório que visa esclarecer, informar procedimentos, refletir sobre dificuldades relacionadas com adoção e, assim, minimizar o risco de devolução. De acordo com Hueb et al. (2014), alguns desses cursos estão sendo elaborados em formato participativo. Transpõem o modelo expositivo e motivacional comum com vistas a promover reflexão e conscientização acerca das implicações psicológicas, sociais e legais que envolvem a adoção.

Não se pode negar a importância dos técnicos judiciais no processo de adoção. Mas, além de selecionarem, julgarem e investigarem — como ocorre na maior parte das agências de adoção —, deveriam ter a função de preparar, esclarecer, instruir, educar, conscientizar, desmistificar preconceitos e estereótipos, modificar idealizações; ou seja, promover um espaço de reflexão não

só na etapa de preparação, mas também *a posteriori*, por meio do acompanhamento da adoção (Weber, 2010).

No Brasil, fica a cargo dos grupos de apoio à adoção (GAAs) o acompanhamento das famílias por adoção. Esses grupos são, em geral, organizações não governamentais formadas por pais e pessoas envolvidas com a adoção. A Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção – Angaad (<http://angaad.org.br/>, recuperado em 17 de novembro de 2017) lista mais de cem grupos de apoio à adoção no país, com propostas e métodos bem diferenciados. A possibilidade de a família por adoção ser amparada fora do espaço jurídico também é um aspecto positivo dos GAAs, pois permite o acolhimento e apoio grupal, o que tem efeito terapêutico para seus participantes. De acordo com Sequeira e Stella (2014), a experiência em grupo promove ressignificação de conflitos e afetos, além de possibilitar troca de vivências com pessoas que passam pela mesma situação.

Tão importante quanto o trabalho com os adotantes é a preparação da criança. Ela consiste em: dar informações sobre a futura família; dotá-la de conhecimento que pode capacitá-la emocionalmente para ser inserida na nova família; ajudá-la a construir sua história de vida através de fotografias ou *scrapbook*,⁴ e ampará-la na elaboração do luto da idealização da família (Hueb, 2016). Numa palavra, ajudar a criança em seu processo de historicização e transição entre os seus diferentes contextos — família de origem, instituição de acolhimento e família por adoção — também é fundamental para minimizar dificuldades em todo o percurso.

⁴ O *scrapbook* é palavra da língua inglesa referente à técnica de personalizar álbuns de fotografias ou agendas com recortes de fotos, convites, papel de balas e qualquer outro material que possa ser colado e guardado em seu interior. É uma atividade para a composição de memórias e recordações mediante o uso de fotografias. Scrapbook. (2017, janeiro 28). *Wikipédia, a encyclopédia libre*. Recuperado em 28 janeiro de 2017 de <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Scrapbook&oldid=47858023>.

Fica evidenciado o quanto o processo que antecede o encontro entre pais e filhos por adoção é fundamental e interfere na maneira como a família vai vivenciar a adoção de fato. Com o reconhecimento da importância do acompanhamento e apoio pré e pós-adoção, tem sido crescente o interesse em ações que visam à preparação para a adoção e às atuações junto à família posteriormente.

3.4 Adoção de crianças maiores

Foi explorada até o momento a complexidade de tramas emocionais, psíquicas e familiares envolvidas na adoção. As peculiaridades a adoção de crianças maiores são exploradas neste subitem. De acordo com pesquisa realizada por Silva, Mesquita e Carvalho (2010), conforme Cadastro Nacional de Adoção, grande parte dos candidatos à adoção procura um mesmo perfil de criança: sexo feminino, saudáveis, com até 2 ou 3 anos de idade, cor da pele branca e cabelos lisos.

Com efeito, a adoção de crianças maiores é ainda pouco realizada no Brasil. Daí que crianças com mais de 3 anos de idade e adolescentes acabam permanecendo nas instituições de acolhimento por períodos longos. Mesmo tendo ocorrido transformações consubstanciais nesse contexto desde a citada pesquisa, consulta realizada em junho de 2017 aos dados estatísticos do Cadastro Nacional de Adoção (<http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>) mostrou que ainda predomina a aceitação de crianças com menos de 3 anos de idade. O total é 52,37% dos pretendentes cadastrados. A partir dessa idade, a porcentagem de pretendentes decresce conforme aumenta a idade da criança, ou seja, não atinge 19% dos pretendentes à aceitação de crianças/adolescentes na faixa etária 6–13 anos (18,48%).

Diante desse cenário, Silva (2009) alerta que crianças e adolescentes brasileiros são vitimados pelo processo de estigmatização, marginalização e exclusão quando não conseguem usufruir o direito à família em consequência de uma cultura de adoção que privilegia crianças recém-nascidas em detrimento de crianças maiores e/ou adolescentes. Muitos adotantes tentam disfarçar ou esconder a adoção e imitar a família consanguínea, adotando crianças recém-nascidas e de cor semelhante a sua. Esses entraves que mitos, preconceitos e crenças do imaginário social sustentam conduzem o abandono das crianças em acolhimento institucional.

Além do imaginário social, a própria legislação brasileira, segundo a autora, parece contribuir para o fortalecimento do mito de que os laços consanguíneos são os verdadeiros. A lei valoriza a consanguinidade ao priorizar a reintegração da criança à família de origem, sem investir em políticas públicas e acompanhamento para que essa família se reorganize e ofereça ambiente adequado ao retorno da criança. A demora na destituição do poder familiar pode contribuir para a permanência prolongada da criança na instituição de acolhimento, além dos critérios restritos dos requerentes à adoção em relação ao perfil do filho desejado e à falta de preparação da família adotante, que igualmente pode levar a institucionalização delongada. Isso contribui para que as crianças vivenciem sucessivas rupturas de vínculos afetivos e sejam abandonadas outras vezes pela família de origem ou pela família por adoção, acarretando em vários retornos às instituições de acolhimento e a vivência do sentimento de rejeição, fracasso e frustração (Silva, 2009).

Schettini, Amazonas e Dias (2006) ressaltam que o número reduzido de adoções de crianças maiores se deve ainda ao fato de que os candidatos a pais temem os traumas da criança oriundos de vivências anteriores, sejam em instituições de acolhimento ou no convívio com a família consanguínea. Existe, assim, o receio de que a criança tenha dificuldade de estabelecer vínculos com a nova família.

Do ponto de vista do desenvolvimento, quanto mais precocemente ocorrer a adoção, menor será a vivência de abandono, privação e sofrimento à qual a criança é exposta, conforme discorre Levinzon (2009). Em geral, as crianças maiores percorreram trajetórias diversificadas antes de ser adotadas. Segundo Mendes (2007), algumas se separam de suas famílias consanguíneas recém-nascidas; outras podem ter convivido por um tempo com sua família de origem. Eventualmente passam pelos cuidados da família ampliada. Outras são encaminhadas a instituições de acolhimento temporariamente na esperança de que a situação da família se organize de modo que possam recebê-las de volta ou até que a criança seja considerada disponível para adoção. Nesse percurso, ela pode ter passado por lares ou instituições diversos.

Grande parte das crianças maiores que estão disponíveis para adoção permanece durante algum período em instituição de acolhimento. Silva (2009) explana que essas instituições são marcadas pela circulação de pessoas e por rupturas de laços, com frequência representando um lugar que sinaliza sofrimento e abandono. As crianças institucionalizadas carecem de lidar com processos de luto e separação; mas não se pode afirmar que a criança maior terá mais problemas de adaptação. Isso depende das características pessoais e de como foi vivenciada a descontinuidade de laços afetivos. Algumas crianças são simplesmente mais suscetíveis à separação e perda do que outras. Com efeito, Mendes (2007) explana que a criança que passou por acolhimento institucional precisa elaborar um segundo luto ao se separar de pessoas com quem estabeleceu vínculos na instituição de acolhimento e pode desenvolver defesas ligadas ao medo de um novo abandono.

De acordo com Silva (2009), além do abandono pelos pais consanguíneos inicialmente vivido, a criança poderá ter vivenciado também sucessivas experiências de perdas e frustrações. Neste aspecto, vale destacar a situação dos grupos de irmãos. Frequentemente escolhia-se o irmão mais novo, em casos de adoção, enquanto os demais permaneciam institucionalizados. Esta

separação é um ataque à identidade da criança, que é privada de conservar a sua principal referência de identificação, o seu par.

Atualmente prioriza-se que o grupo de irmãos não seja separado, a fim de que se evite essa nova ruptura. Na nova Lei da Adoção (2009), esse tema aparece pela primeira vez. Embora a legislação incentive a manutenção do grupo de irmãos, seguindo o princípio de melhor interesse das crianças, ainda existem dificuldades de tornar isso efetivo para todos os casos, em especial quando o grupo de irmãos é numeroso.

É importante ponderar que em todas as adoções ocorrem uma passagem, uma mudança de cuidados, mesmo que o adotado seja um recém-nascido. O que pode diferenciar a adoção de crianças maiores da adoção de bebês é que a primeira exigirá da família mais que o manejo comum; ou seja, necessitará que o vínculo familiar seja, também, terapêutico. A família adotante precisa estar ciente dessa especificidade. Mesmo que o amor e a disponibilidade familiar sejam grandes, podem não ser suficientes para reparar danos e traumas sofridos pela criança, o que pode ser extremamente frustrante e desgastante para todos (Levinzon, 2009).

Ainda em referência ao processo de adaptação e construção dos vínculos, alguns pontos recorrentes podem ser descritos na adoção de crianças maiores. Conforme elenca Vargas (2013), o enfrentamento do preconceito social, a necessidade de preparação e acompanhamento, a identificação da criança com as novas figuras parentais, o comportamento regressivo, a agressividade e o ritmo acelerado de desenvolvimento global são alguns desses aspectos. Convém ressaltar que esses pontos não se apresentam de forma rígida na experiência real. Variam conforme a idiossincrasia de cada caso.

Com frequência, as famílias precisam lidar com o preconceito relacionado com a adoção de crianças de mais idade. Essa e outras situações podem demandar acompanhamento profissional, com suporte ao grupo familiar. No período adaptativo, a criança pode regredir psiquicamente ou

manifestar agressividade com atitudes consideradas hostis em relação à família por adoção. Desse modo, os novos vínculos familiares que estão em construção podem estar permeados de sentimento de rejeição inconsciente ou por discrepâncias no que se refere às expectativas criadas (Vargas, 2013).

Em geral, manifestações antissociais (roubo, mentiras, destrutividade e outros) denunciam algum mal-estar e são, de alguma maneira, um pedido de ajuda (Levinzon, 2009). A autora ressalta que os adultos costumam achar que a criança se adapta a qualquer ambiente; mas isso é um equívoco que pode dificultar ainda mais o processo de integração da criança na família adotante. Para Silva (2009), é essencial ocorrer o acompanhamento pré-adoção e pós-adoção, o que pode fornecer sustentação à família e ao filho para elaborar as separações dos vínculos pregressos e estabelecer os novos vínculos familiares.

No transcorrer da adoção de crianças maiores, pode ocorrer a reconstrução do aparelho psíquico. Quando o processo de identificação e construção egoica realiza-se de forma satisfatória, considera-se que ocorreu um renascimento psíquico. Levinzon (2009) ressalta que mesmo crianças adotadas com mais idade apresentam capacidade de se recuperarem das privações físicas, emocionais e sociais quando inseridas em família que lhe ofereça suporte adequado. São capazes de retomar ou até iniciar o desenvolvimento de suas potencialidades, reconstruir suas representações de *self*, restaurarem-se narcisicamente e interiorizar novas figuras parentais; mesmo quando ocorrem dificuldades nas relações entre passado e presente: temor de um novo abandono com presença de hostilidade em relação a nova família e regressões.

Um estudo realizado por Ebrahim (2001) reitera que a adoção de crianças maiores pode ser bem-sucedida. A autora compara grupos de famílias que realizaram adoção de bebês com aqueles que adotaram crianças maiores. Metade das famílias que adotaram crianças com mais idade afirmou não ter tido dificuldades no estabelecimento de vínculos com o filho. Das que indicaram

problemas de adaptação (50%), 34,6% não atribuíram o problema ao fato de a criança ter sido adotada, relacionaram com dificuldade vivenciada em fatores alheios ao processo de adoção. Ambos os grupos definiram como essenciais ao êxito da adoção a atitude dos pais (84,3% e 88,5%), seguido do apoio de amigos e familiares (47,1% e 30,8%). O suporte familiar na adoção antes, durante e depois do processo emerge como elemento fundamental para estruturar e manter o vínculo familiar. Os adotantes necessitam do auxílio de pessoas especializadas, do Poder Judiciário e dos grupos de adoção, assim como daquele que os cercam no convívio diário.

Dias, Silva e Fonseca (2008) realizaram pesquisa com pais que adotaram crianças maiores e concluíram, igualmente, que, apesar dos preconceitos e de algumas dificuldades na adaptação, a adoção pode ser bem-sucedida. A postura afetiva e compreensiva dos pais ante as dificuldades e o desejo das crianças de pertencer a uma família foram fatores destacados, além da ajuda profissional. As autoras enfatizam que se trata de uma adoção que requer cuidados em razão das vivências prévias de abandono e do tempo de institucionalização, em especial ao envolver adotantes sem nenhuma experiência com crianças. Mas isso não impossibilita a superação e adoção mútua.

Estudos, pesquisas e divulgação de resultados favorecem a transposição de barreiras que a adoção de crianças maiores ainda encontra no nosso meio. Exploradas as vertentes teórico-conceituais que enredam o tema adoção, segue a análise dos casos abordados na pesquisa junto às famílias que vivenciam a adoção de crianças maiores.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Sobre o método

A psicanálise surgiu no ambiente da clínica, mas pode fundamentar pesquisas sobre fenômenos sociais, da cultura e da arte, por exemplo. Freud (1926/1996) já havia feito uma diferenciação inicial da psicanálise da clínica em relação à psicanálise em outros campos: a psicanálise aplicada — em sua expressão. Essa diferenciação, porém, não era totalmente demarcada, porque a psicanálise aplicada incluía a prática clínica. Em relação a isso, Ceccarelli (2012) aponta que as descobertas clínicas de Freud eram integradas a uma concepção geral da alma humana. Com tal procedimento, Freud parte da singularidade de cada análise e a universaliza para, em seguida, particularizá-la de novo em cada novo trabalho clínico.

Elia (2000) amplia essa discussão ao considerar que toda pesquisa em psicanálise é uma pesquisa clínica, não por utilizar a clínica como campo, mas por ser a clínica a forma de acesso ao sujeito do inconsciente. O pesquisador-analista empreende sua pesquisa partindo de um lugar no dispositivo analítico, lugar de escuta e, sobretudo, de causa para o sujeito, o que pressupõe o ato analítico e o desejo do analista.

A escuta psicanalítica é possível também em outros contextos, de acordo com Rosa (2004), em virtude de o inconsciente ser determinante de manifestações humanas, culturais e sociais variadas. Eis por que a autora considera ser possível a escuta psicanalítica do diálogo comum, de entrevistas e depoimentos. Safra (2013) a corrobora argumentando que o conceito de intersubjetividade fundamenta epistemologicamente a investigação do fenômeno transferencial e inconsciente em qualquer situação na qual haja presença da linguagem.

Como na pesquisa psicanalítica o pesquisador faz parte da investigação, Ceccarelli (2012) diz que o tema da pesquisa é aquilo que interpela o pesquisador, é o que reativa, via transferência, complexos inconscientes recalcados. É algo que o inquieta, que pode provocar estranheza (*Unheimlich*), pois é vindo de outro lugar e, ao mesmo tempo, é familiar. A pesquisa é uma resposta à angústia suscitada pelo (re)encontro das produções inconscientes do pesquisador com o tema a ser pesquisado: o encontro com o objeto é, na realidade, um reencontro. Assim, o tema escolhido nunca é ao acaso; antes, evoca uma dimensão particular e marca a singularidade da pesquisa através da subjetividade do pesquisador. As perguntas que sustentam a transferência ao tema da pesquisa são atualizações das tentativas infantis de buscar respostas ante questões de origem. Essa dinâmica pulsional não está conscientemente presente no pesquisador; a menos que a pesquisa seja em si um sintoma, e não uma expressão sublimada da pulsão — embora, na prática, a participação dessas duas dimensões seja inseparável.

Quando a pesquisa é uma tentativa de lidar com questões internas, uma maneira de resolver teoricamente conflitos psíquicos não simbolizados, ela corre o risco de não acontecer, ou acontecer às custas de um grande sofrimento no pesquisador, a ponto de, em certos casos, um processo analítico ser recomendável. Tais desdobramentos não devem, em absoluto, ser motivos para um recuo frente a empreitada por vir. Ao contrário, é a reunião de todos estes elementos que marca a originalidade da pesquisa, pois por mais que temas semelhantes sejam pesquisados, cada pesquisador o tratará a partir de seus elementos inconscientes que, sabemos, variam de um indivíduo a outro, posto que dependentes dos movimentos identificatórios constitutivos do Eu (Cecarelli, 2012, p. 142).

O método psicanalítico, como afirma Oliveira e Tafuri (2012), diferencia-se dos métodos qualitativos e quantitativos nas particularidades que o inserem em outra lógica de pesquisa. Isso porque não objetiva à inferência generalizadora em seus resultados; a instrumentalização da transferência é a principal via de investigação do pesquisador, primeiro sujeito da pesquisa. A escrita do estudo é caracterizada pela expressão do afeto, sem impessoalidade ou neutralidade positivista. O orientador, a comunidade acadêmica e a banca de defesa da pesquisa, também, influenciam em seu processo de construção e escrita, sendo alteridades e pontos de transferência.

A transferência é um dos conceitos fundamentais da psicanálise. De início compreendida como obstáculo ao processo analítico, passou a compor o método psicanalítico, ou seja, adquiriu importância. Safra (2013) afirma que esse método está ancorado na leitura do fenômeno transferencial. Rosa (2004) destaca que o método é a escuta e é interpretação do sujeito do desejo, em que o saber está no sujeito; mas o sujeito não sabe que o tem. Revela-se na relação transferencial. Na transferência se opera a escuta do inconsciente: nas associações do sujeito, nos laços que produz e nos sintomas. O pesquisador deve estar a serviço da questão que se apresenta, interseccionando a teoria e os fenômenos observados, produzindo o objeto da pesquisa que não é dado *a priori*, mas que vai sendo reconstruído pelo pesquisador na escuta psicanalítica em suas entrevistas.

O caso clínico é recurso amplamente utilizado na pesquisa psicanalítica. Magtaz e Berlinck (2012) discorrem que o caso clínico não é narrativa do tratamento nem anamnese médica contendo descrição de sinais e sintomas de uma doença mental, tampouco o relato de tratamento bem-sucedido. O caso clínico é o relato que o clínico pesquisador faz do surpreendente enigmático que conduz à formulação do problema de pesquisa, colocando em palavras aquilo que ele viveu na transferência.

O trabalho de interpretação do caso é a superação, pelo clínico pesquisador, de suas resistências à formulação do problema de pesquisa. Essa resistência aparece de formas diversas, mas a via principal é da repetição. O surpreendente enigmático suspende as convicções e a necessidade de comprovação teórica do clínico pesquisador e o coloca em lugar que favorece a entrada do estrangeiro em seu inconsciente. Assim, o caso de pesquisa é objeto investido libidinalmente pelo pesquisador, e “[...] isso possibilita pensar que o caso é do clínico e não do paciente. É do clínico que se trata quando se trata do caso, do clínico e de seu desejo de transformar sua vivência em experiência socialmente compartilhada por meio de um tema de investigação” (Magtaz, Berlinck, 2012, p. 77).

Nessa perspectiva, emerge a construção do caso. Para Val e Lima (2014), no método da construção do caso busca-se uma depuração do discurso do paciente até que se encontre aquilo que é impossível de ser dito, utilizando-se dos pontos fixos do inconsciente revelados à força da repetição. É saber produzido pelo próprio analista e elaborado sobre a singularidade do sujeito, em suas representações, na decifração do sintoma e nas pulsões não inscritas em seu psiquismo e que, portanto, não podem ser rememoradas. A construção do caso se distingue da interpretação por não se referir a uma significação inconsciente, mas acena à dimensão do inconsciente que não se estrutura como linguagem.

A construção é uma metáfora na qual um saber substitui a verdade que não pode ser integralmente revelada; porém, tal metáfora deve ser prenhe de verdade. Quando se constrói um saber sobre um caso, preserva-se o ponto de vazio que impede que a verdade sobre o paciente seja totalizada. A manutenção desse vazio é o que permite que as construções sobre o caso possam ser sempre reconstruídas e que novos saberes possam ser formulados. O saber que foi construído permite certa generalização e serve de baliza para a reflexão sobre outros casos (Val & Lima, 2014).

Compreendo, assim, que os aspectos subjetivos do pesquisador e os componentes libidinais presentes em suas determinações inconscientes não podem ser ignorados. Esta pesquisa — convém frisar — traz questões que me afetam intimamente como pesquisadora. Além do envolvimento com o assunto em nível acadêmico, trago à pesquisa vivências como mãe por adoção. Em relação a isso, além de minha sustentação em acompanhamento psicológico pessoal — a fim de permitir elaborar questões pessoais imbricadas na pesquisa —, foi imprescindível o exame das informações da pesquisa por outros estudiosos da área através de discussão e supervisão do caso em grupo. A intenção foi criar condições para que a afetação que o tema de pesquisa provocava em mim pudesse ser examinada e debatida.

Além de vivências pessoais que mobilizaram questões de pesquisa, era desejado que a história de outras famílias com experiência de adoção de crianças maiores pudesse protagonizar a análise e discussão teórica que comporiam a pesquisa. Para tanto, busquei famílias que compartilhassem suas histórias e trouxessem às reflexões teóricas o surpreendente enigmático revelado da construção dos vínculos em famílias por adoção. Desse modo, neste trabalho os casos construídos e apresentados referem-se a duas famílias que vivenciam a adoção.

Para acessar as famílias a ser pesquisadas, ou seja, que realizaram adoção de crianças maiores, foi feita busca na lista de espera do serviço-escola do curso de Psicologia de uma universidade pública, assim como houve contato direto com outros pesquisadores do tema. O serviço-escola referido é meu local de trabalho na função de psicóloga clínica. Com isso, tive facilidade de acesso às inscrições que aguardavam na fila de espera e pronta liberação, pela coordenação do setor, da utilização das informações dos atendimentos e das entrevistas para a pesquisa.

A primeira família foi encontrada através do contato com uma estudante do curso de Psicologia que, também, pesquisava adoção de crianças maiores. É composta por um casal que

adotou quatro irmãos do sexo masculino, que na época da adoção tinham 6, 10, 12 e 13 anos de idade, seguindo os caminhos e trâmites legais. Com essa família, foi realizada uma entrevista com o casal parental; mas não foi possível prosseguir com os encontros — como fica esclarecido na análise do caso adiante.

A segunda família foi convidada a participar da pesquisa ao procurar por atendimento psicológico no serviço-escola do curso de Psicologia da referida universidade pública. O caso envolve a adoção irregular/clandestina de duas irmãs com idade de 3 e 6 anos à época da adoção. A família buscou o serviço para realizar atendimento psicológico. Em resposta à demanda, foi realizado o *acolhimento*⁵ seguindo os trâmites da entrada de pacientes no serviço-escola. Foram realizados cinco atendimentos familiares com as seguintes configurações: na primeira sessão de atendimento, estavam presentes a mãe por adoção e a mais velha das irmãs; na segunda, só os pais por adoção; na terceira, os pais por adoção, as duas irmãs e a filha consanguínea do casal; na quarta, os pais com a mais velha das irmãs que foram acolhidas pela família; na quinta sessão, os pais, a filha por adoção com mais idade e a filha consanguínea do casal. Além dos atendimentos psicológicos, foi realizada uma entrevista voltada para questões da pesquisa a fim de que

⁵ A prática do acolhimento tem sido um dos pilares da Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (SUS). O acolhimento não é triagem; é uma atitude para tentar responder, pela escuta qualificada, as demandas do usuário de tal sistema com respeito à equidade e integralidade. É uma maneira de expressar as relações que se estabelecem entre usuário e profissionais na atenção à saúde. É um compromisso: o de responder às demandas dos cidadãos que procuram os serviços de saúde ouvindo seus pedidos e assumindo, no serviço, uma atitude capaz de acolher, escutar e dar respostas mais adequadas. O acolhimento precisa prestar um atendimento resolutivo e com responsabilização, bem como orientar, quando for necessário, o paciente e a família em relação a outros serviços de saúde, para a continuidade da assistência, e estabelecer articulações com esses serviços para garantir a eficácia dos encaminhamentos (Motta, Perucchi, & Filgueiras, 2014). O acolhimento no serviço-escola aqui citado caracteriza-se por todos esses direcionamentos acima referidos e pelo atendimento de curto prazo, seguindo a linha de atendimento descrita por Teixeira e Vorcaro (2009); ou seja, aquela em que há o encontro do solicitante com um clínico que, além de fazer o esclarecimento acerca do serviço prestado no setor, opera a retificação subjetiva da queixa trazida pelo usuário, tratando a queixa de modo que possa ser localizada como sintoma e, se necessário, proceder aos encaminhamentos. O acolhimento mostra-se viável nesse contexto. Além do atendimento psicológico mais imediato, constitui uma intervenção de caráter terapêutico. Motta, B. F. B., Perucchi, J., & Filgueiras, M. S. T. (2014). O acolhimento em Saúde no Brasil: uma revisão sistemática de literatura sobre o tema. *Revista da SBPH*, 17(1), 121-139. Recuperado em 22 de setembro de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582014000100008&lng=pt&tlang=pt. Teixeira, D.C. & Vorcaro, A.R. (2009). Acolhimento em clínica-escola: o tratamento da queixa. *Revista Saúde e Pesquisa*, v.2, n.2, p.281-286, mai./ago.2009.

informações relacionadas com o tema estudado fossem abordadas. Na entrevista, estavam presentes a mãe por adoção e a irmã mais velha. Apenas na segunda sessão foi pedido à família que só os pais comparecessem; nas demais sessões, a orientação dada foi que comparecesse toda a família. Nos atendimentos buscou-se investigar, de início, a queixa, a realidade atual, o histórico da família e, com base nessas informações iniciais, delinear o direcionamento da entrevista e o encaminhamento a ser realizado.

Portanto, os relatos foram colhidos por meio de atendimentos psicológicos e de entrevistas abertas relacionadas com o tema da pesquisa que se iniciava com uma sugestão disparadora: “Me conte sobre a adoção que vocês realizaram”. Entrevistas e atendimentos foram realizados por mim, nas salas do serviço-escola de psicologia. O registro dos relatos das sessões e das entrevistas ocorreu logo após seu término, a fim de que o máximo de informações fosse preservado. O primeiro contato com as famílias foi via telefone. Esclareceu-se o objetivo da pesquisa e fez-se o convite para participar. Após a aceitação, houve agendamento da entrevista.

Os relatos das entrevistas e dos atendimentos foram escritos, lidos e compartilhados com a equipe de supervisão, constituída pela orientadora e por outras mestrandas da linha de pesquisa a que se filia este estudo. Na leitura e discussão dos relatos, foi possível identificar pontos que destacavam as especificidades dos casos, as repetições, as questões que instigavam e ampliavam a investigação. Todos esses elementos foram sempre instrumentalizados na análise da transferência. As questões que emergiam na dimensão dos relatos e das supervisões estiveram amparadas na perspectiva teórica psicanalítica. Assim, o caso foi sendo construído, pensado e escrito.

Com relação às questões éticas da pesquisa, foram obtidas assinaturas nos termos de consentimento que garantem o compromisso ético na realização, análise e publicação da pesquisa: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE (Apêndice A), TCLE para o

responsável legal pelo menor sujeito de pesquisa (Apêndice B) e Termo de Assentimento para menor (Apêndice C). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Uberlândia no parecer número 1.382.961.

Em resumo, a pesquisa objetivou compreender a construção dos vínculos familiares na adoção de crianças maiores segundo a perspectiva das famílias participantes. Para isso, valeu-se da construção de casos como estratégia de desenvolvimento ancorada na psicanálise, utilizando como instrumento a entrevista e as intervenções clínicas. Considerando as questões relativas ao método psicanalítico, dou continuidade com a organização e estruturação dos casos explorando o tema através da análise das histórias, dos afetos e dos conflitos identificados nos atendimentos e nas entrevistas realizadas com as famílias participantes.

5 ANÁLISE DOS CASOS

5.1 Aspectos transferenciais

Antes de iniciar a análise pormenorizada dos casos, apresento aspectos gerais dessa construção ligados, sobretudo, às questões transferenciais.

Desde o contato com as primeiras informações sobre a família que compõe o caso 1, atraíram minha atenção a singularidade e a dimensão pouco comum da adoção de quatro irmãos, todos com mais de 2 anos de idade. Foram mobilizadas fantasias, em especial relacionadas com a demanda e o impacto que tal adoção produziria na família. Durante a entrevista, porém, poucos conflitos puderam ser explicitados; e o relato do casal fazia ecoar que as dificuldades surgidas de início haviam sido transpostas, o que reverberou em mim certo desinteresse e (des)afetação.

A história de adoção apresentava-se como descrição de fatos, com cisão dos conteúdos afetivos. Não lhe dava a intensidade emocional ligada a uma situação tão peculiar. Tal movimentação acionou em mim certo distanciamento afetivo, possivelmente resultante de mecanismos defensivos advindos de alguma identificação inconsciente entre o casal e eu — todos pais por adoção. Fez se revelarem na relação transferencial aspectos que apontavam a possibilidade de fracasso desse processo. Essa dinâmica, de alguma forma, afetou a continuidade das entrevistas.

Realizada a primeira entrevista com o casal, muitas foram as dificuldades nas tentativas de agendamento para outros encontros com a família; poucos eram os horários em que a família se encontrava na residência e os números dos telefones celulares constavam como inexistentes. Não consegui agendar outras entrevistas além da primeira. Nos momentos em que consegui contatar a família via telefone, os pais citaram brevemente problemas como a separação do casal e doença

na família; também alegaram impedimento para novos encontros comigo, destacando esses motivos como justificativa para não mais participar da pesquisa. Percebeu-se que, em momento de evidente fragilidade, a família se tornou indisponível, e a dificuldade dos contatos se manifestou contratransferencialmente, por meio da minha indisponibilidade interna de encontrá-los de novo. Embora, racionalmente, eu reconhecesse a necessidade de outras entrevistas, sobretudo com a presença dos quatro filhos, emocionalmente sentia-me “desinteressada”, ou melhor, pouco disponível para o encontro.

Apesar dos percalços no percurso das entrevistas com a família (caso 1), foi possível pensar sobre elementos do processo de adoção de crianças maiores, dentre os quais, os mecanismos inconscientes imbricados na “escolha” pela adoção; o incompreensível e inominável do desejo de adotar; a adoção múltipla como forma de reparação do narcisismo ferido ligado à infertilidade; as transformações necessárias na configuração familiar com a chegada de quatro filhos com dinâmica familiar pregressa e que tiveram que encontrar novas formas de vinculação; a relação com a instituição de acolhimento; os aspectos que facilitaram ou dificultaram a consolidação do vínculo familiar/fragilidades do vínculo; a alteridade do filho e a angústia ligada ao estranho, assim como questões relacionadas com a família consanguínea.

Sobre a segunda família (caso 2), a princípio parecia se tratar de uma adoção de duas irmãs. Após o primeiro contato, a questão da irregularidade/clandestinidade da adoção encontrou destaque nos relatos da família, pois os vínculos geravam demandas relativas às famílias de origem e por adoção, com notório sentimento de insegurança pela falta de respaldo legal. Essa família apresentava fragilidade evidente e suscitou, na relação transferencial, sentimentos intensos de impotência, desamparo, insegurança e medo. As crianças em questão tinham convivência com a família por adoção e com a consanguínea, transitavam entre dois núcleos familiares divergentes. Nos relatos, emergia o dualismo em sua efervescência: a “boa família”,

que acolhe, cuida, alimenta, ensina e busca tratamento, e a “família ruim”, que não cuida adequadamente, manipula, explora, suscita conflitos, rejeita e confunde.

A família por adoção queixou-se da relação com a família consanguínea durante a entrevista e os atendimentos realizados. Dentre as queixas, as idas e vindas das crianças para uma ou outra família, de acordo com a “vontade” da genitora; a distinção acentuada da forma com que a genitora lidava com as duas crianças; a pensão que os pais das crianças davam (as crianças são irmãs por ter a mesma mãe consanguínea, mas seus pais são diferentes) e que a genitora não repassava para o custeio das meninas; a acusação de negligência da genitora que não alimentava as crianças adequadamente, que as deixava sozinhas em casa; foi denunciada, também, a suspeita de exploração sexual.

Os elementos principais da construção do caso 2 referem-se à dimensão da clandestinidade e à mobilização de impasses afetivos decorrentes de tal condição, além do dilema ético que a escuta do caso fez anunciar; o lugar simbólico das irmãs nos vínculos familiares; e a compulsão à repetição na dinâmica da família.

Convém pontuar que os pais estiveram presentes nas entrevistas e atendimentos realizados, porém os relatos maternos foram dominantes durante o percurso da pesquisa, como se lê nas falas dos participantes que ilustram a análise, com predomínio da participação efetiva das mães.

A seguir, a construção dos casos apresentados.

5.2 CASO 1: ENFIM... UMA GRANDE FAMÍLIA

A família é composta pelo casal parental e quatro irmãos, que, na época em que foi realizada a entrevista, tinham 8, 12, 14 e 16 anos de idade. O casal optou pela adoção por causa da infertilidade e impossibilidade de fertilização artificial ante a falta de recursos financeiros para

arcar com procedimentos e a dificuldade de conseguir tal tratamento na rede pública de saúde. O casal buscou os procedimentos legais para realizar a adoção. O período entre a inscrição como pretendentes e o início da convivência com os filhos foi de quase um ano. Os irmãos vieram de uma instituição de acolhimento — onde estavam havia quatro anos — situada em uma cidade vizinha onde residia os pais por adoção. Na data da entrevista, as crianças já conviviam com o casal por dois anos e meio.

5.2.1 *“Precisava de loucura para fazer o que nós fizemos...”*

Ao me deparar com a informação sobre um casal que adotou quatro filhos em um mesmo momento, além da curiosidade inicial causada pela ideia do quanto isso demandaria desses pais, emergiu o interesse em saber como os vínculos foram se construindo na nova configuração familiar. Adotar quatro filhos ecoava como algo heroico ao se pensar na demanda subjetiva que isso evocava e no âmbito dos cuidados, já que as condições estruturais e financeiras da família eram reduzidas na época.

Na literatura, o herói recorrentemente abdica da sua vida e seus interesses em prol de outro, em geral desconhecido. A teoria elaborada por Joseph Campbell (2007) sobre o mito do herói descreve que sua trajetória mítica é marcada por complicações, provações e lições que ele deve empreender para que possa atingir seu desenvolvimento interior. O ato de heroísmo tem um objetivo moral: salvar um povo, ou uma pessoa, ou defender uma ideia. O herói se sacrifica por algo.

Com base nesse conceito, o autor apresenta o herói como figura arquetípica, que reúne os atributos necessários para superar, de forma excepcional, um problema de dimensão épica. O heroísmo está profundamente arraigado ao imaginário e à moralidade popular. A inspiração

heroica surge, muitas vezes, da problemática imposta pelo ambiente ou por uma situação adversa, cuja solução exige um esforço extraordinário (Campbell, 2007). O arquétipo do herói pode ser atribuído ao casal de adotantes por assumir a adoção dos quatro irmãos na tentativa (bastante incomum) de tirá-los da situação em que se encontravam, de forma a sobrepor seu próprio entendimento — o que foi nomeado por eles de ato de loucura.

Na primeira entrevista realizada com Frida (37 anos) e Salvador (41 anos),⁶ a decisão de adotar os quatro irmãos foi descrita por eles assim: “uma loucura” (Frida). O desejo de exercer a parentalidade equipara-se à loucura, como relata Frida: “[...] precisava de loucura para fazer o que nós fizemos, não dava para ser muito racional, precisava de loucura, mas uma loucura boa”. De início, o casal pretendia adotar duas crianças; mas, ao chegarem à instituição de acolhimento, na primeira visita marcada para conhecê-las viram que havia mais dois irmãos, também aguardando adoção. Emocional e socialmente, pesava sobre esses futuros pais uma decisão: adotar dois irmãos e deixar os outros dois; não adotar nenhum deles — embora tenha havido afinidade inicial; ou “enlouquecer” e adotar os quatro. O casal comunicou a intenção de adotar os quatro irmãos aos responsáveis pela instituição de acolhimento, o que gerou comoção: “[...] o pessoal do abrigo até chorou de alegria” (Frida).

De acordo com Ghirardi (2014), os adotantes, ao se depararem com a situação inesperada da existência de irmãos da criança que pretendem adotar, podem sentir-se culpados por adotar um e deixar os outros institucionalizados. A conduta da colocação de irmãos em famílias que não

⁶ Os nomes Frida e Salvador são fictícios para preservar o sigilo das identidades dos participantes da pesquisa. Os nomes foram propositalmente escolhidos em alusão a Frida Khalo e Salvador Dalí, nomes do movimento estético surrealismo. Segundo Gomes (1995), o surrealismo é estreitamente identificado com as ideias da psicanálise e tem como propósito transcender o real a partir do impulso psíquico do imaginário e do irracional. Expressa manifestações do subconsciente e ausência de uma racionalidade humana. Busca deliberadamente o bizarro e o irracional para expressar verdades ocultas, inalcançáveis por meio da lógica. Por ser um movimento artístico que transcende o racional e o real, é recorrentemente equiparado à vivência da loucura — cf. Gomes, Á. C. (1995). *A estética surrealista*. São Paulo: Atlas.

desejam adotar várias crianças ao mesmo tempo pode levar à possibilidade de sentimentos de rejeição e risco de novo abandono.

A sensação de “loucura” vivenciada reflete a impossibilidade do casal de compreender os sentimentos que os mobilizaram, sendo impulso que resulta da fragmentação do ego em partes incomunicáveis. Com relação a isso, Maldonado e Cardoso (2009) discorrem:

Neste caso, estamos aquém do mecanismo de recalcamento, estamos situados *mais além* do prazer, que nos fala de ruptura, de desligamento, de desconexão do que antes estava ligado, provocando fragmentações na integridade do ego. Quando o aparelho psíquico é atingido por quantidades excessivas de energia, são acionadas defesas muito arcaicas, defesas que estariam aquém de qualquer possibilidade de recalcamento, pois se trata, sobretudo, de uma tentativa desesperada de manter a vida. Nesses casos não há o que recordar, só o que repetir (p.54).

A adoção dos quatro irmãos exigiu que Frida e Salvador transcendessem a lógica e a racionalidade e adentrassem o campo dos afetos: “A gente decidiu no impulso, não foi pela razão, foi só pelo coração. A gente não pensou na questão financeira, em nada, a única coisa que a gente pensava era que queria os quatro, que não queria separar eles” (Frida).

Segundo Ballone (2008), a loucura produz grande estranheza social devido ao seu desprezo para com a realidade reconhecida, pois o louco é alguém que rompeu as amarras da concordância cultural, menosprezando a razão, e ao mesmo tempo alguém que perde a liberdade de escapar às suas fantasias. Nem sempre, porém, a loucura é o distanciamento da realidade ou valor cultural. No caso de Frida e Salvador, a chamada loucura seria a aproximação da realidade psíquica inconsciente: “A gente não queria fazer bonito para as pessoas, só sentia que devia fazer isso” (Salvador). O “sentir” descrito por Salvador remete ao processo inconsciente que, com sua lógica

própria, mobilizou o casal a um movimento que não passaria pelo crivo da racionalidade, apresentando-se em forma de impulso primitivo, sem que houvesse possibilidade de o sujeito compreendê-lo conscientemente.

Mannoni (1971) descreve que, para Freud, há uma lógica inconsciente para a loucura e esta não corresponde à oposição da normalidade. A loucura já está de certa maneira no inconsciente em cada um; os loucos simplesmente sucumbiram a ela. Com base nisso, pode-se pensar na “loucura” de Frida e Salvador como forma de compensar o narcisismo ferido decorrente da impossibilidade de gerar filhos. Adotar só os dois irmãos inicialmente pretendidos e deixar os outros dois na instituição ou não adotar nenhum exacerbaria o sentimento de impotência já existente. Adotá-los, portanto, poderia ser uma forma de responder à angústia provocada pela esterilidade e uma tentativa de apaziguamento da ferida narcísica motivada pela incapacidade de gerar filhos.

Em outro ponto da entrevista é possível notar essa mesma dimensão afetiva, quando Frida relata que Salvador não gostava de receber ajuda para conseguir manter os filhos, mesmo ante a necessidade de auxílio naquele momento. Queria “dar conta” de sustentar a família. É possível pensar que conseguir sustentá-los diminuiria a impotência angustiante vivenciada por Salvador, visto que a infertilidade foi diagnosticada nele, fator que poderia intensificar tal sentimento.

Infere-se que os quatro filhos representariam para Frida e Salvador o resgate da potência e a reparação do narcisismo ferido. Conforme exposto em capítulo anterior, para Freud (1914/1996a), o amor parental é o retorno e a reprodução do narcisismo dos pais através da criança. O filho tem função reparadora e de resgate do narcisismo infantil perdido atuando nas feridas narcísicas do psiquismo parental. Retomando alguns pontos relativos à parentalidade explorados anteriormente, Zornig (2010) e Farias (2005) apontam que, com a vivência da parentalidade, o infantil em geral é despertado em busca de ressignificação, e o filho torna-se

depositário de investimentos que antes estavam ligados a objetos internos ou aspectos do *self* dos pais.

Isso possibilita pensar que, diante da mobilização emocional que subtraía a “razão” de Frida e Salvador, adotar os quatro irmãos não seria uma opção, mas a única condição possível naquele momento. Em relação a isso, Peiter (2016) destaca que a adoção baseada no desejo de cuidar do desamparo do outro pode encobrir possíveis identificações dos adotantes com a condição de abandono; o que alude ao próprio sentimento de desamparo, resquício de dolorosas feridas narcísicas que não encontram espaço para elaboração e fica depositado neste outro. São defesas que protegem o indivíduo, negando suas próprias dores através da onipotência.

Assim, além do racionalmente explicável e do heroico, a adoção dessa família pode estar servindo mais à negação de sentimentos penosos, tendo sustentação em fragilidades relacionadas com conflitos narcísicos intensos que impulsionam o sujeito a buscar a resolução ou o apaziguamento da angústia insuportável com idealização de uma meta narcisista salvadora. Trata-se de uma dinâmica pertencente aos afetos, do inominável, muitas vezes não acessada pelo próprio sujeito, pois é da ordem do indizível, de algo que carece de representação e que embasa tanto a constituição de si em relação à alteridade quanto o discurso pouco simbolizável.

5.2.2 De repente seis: do casal sem filhos à família numerosa

A transformação da trama familiar do casal para a família com quatro filhos acarretaria grandes mudanças e demandaria muitos ajustes em busca de um novo equilíbrio familiar. A família de Frida e Salvador teve uma alteração radical com a inserção de quatro filhos de idades diferentes, num mesmo momento. Isso exigiu uma capacidade elevada de adaptação de todos os

seus membros. O casal teria que se habituar a sua nova condição de família numerosa, e as crianças, que já tinham vínculo entre si, teriam de se inserir em uma nova configuração familiar.

Para Ghirardi (2014), o desejo de construir uma família pode levar os pretendentes à adoção a aspirarem a adotar mais de uma criança em um mesmo momento. A autora considera que o fato de o grupo de irmãos ter convivido entre si e estar vinculado afetivamente pode facilitar os vínculos posteriores e a integração familiar. As mudanças poderão ser compartilhadas entre os irmãos, além das vivências e lembranças anteriores, estabelecendo pontes com o passado na reconstrução da própria história.

Em contrapartida, é preciso haver preparação e acompanhamento dos adotantes e do grupo de irmãos, considerando a singularidade de cada situação: encontro do desejo dos adotantes e os filhos que serão adotados; suas idades diferentes e necessidades físicas e emocionais; e as condições emocionais que os adotantes têm em relação à oferta de cuidados (que precisam estar em consonância com as necessidades e o estado emocional das crianças, de modo que promova o desenvolvimento emocional e a subjetivação). Será necessário abarcar as complexidades das experiências que o grupo de irmãos traz. Compreender a dinâmica afetiva entre eles e os significados intrínsecos contidos no laço fraterno, o que pode servir de balizador para a reinserção familiar (Ghirardi, 2014).

O grupo de irmãos terá de se relacionar com vinculações diferentes para encontrar seu lugar no novo grupo familiar. Situações em que o irmão mais velho assumia função parental em relação aos irmãos mais novos pode encontrar, no estabelecimento dos novos vínculos familiares, certa dificuldade em permitir ou transferir tal função aos pais por adoção. Podem ocorrer rivalidade e competição entre os irmãos pela atenção dos pais, assim como o ciúme, o que torna mais complexo o processo de integração e vinculação (Ghirardi, 2014).

Ghirardi (2014) discorre que, em um grupo de irmãos, as crianças de mais idade tendem a ser preferidas pelos postulantes à adoção, o que pode gerar dificuldades na recolocação familiar da fratria. A ideia da separação radical dos irmãos com a ruptura dos laços afetivos construídos antes é um desencadeador de angústia intensa para todos os envolvidos no processo. O grupo de irmãos pode experimentar um vínculo de características fusionais, e a eventual separação traria a possibilidade de revivência da angústia de desamparo e a ameaça de desorganização do Eu.

No caso estudado, a possibilidade inicial da separação dos irmãos (caso dois deles fossem adotados e os outros dois permanecessem institucionalizados) resultaria em ruptura significativa, além dos rompimentos dos demais vínculos estabelecidos na instituição e da mudança de ambiente e cidade. Isso poderia gerar dificuldades na vinculação e adaptação das crianças que estavam sendo adotadas e impor a todos mais uma perda. Frida diz que, ao final da primeira visita, os responsáveis pela instituição de acolhimento perguntaram se iriam mesmo adotar as duas crianças. Responderam afirmativamente. Nesse momento, Frida e Salvador ainda não haviam decidido sobre a adoção dos outros dois irmãos mais velhos. Ela soube depois que Antônio⁷, o mais velho dos irmãos, gritou e chorou bastante ao pensar que iria se separar dos irmãos.

Outro aspecto analisado em relação à dinâmica familiar refere-se ao período entre o momento em que o casal conhece as crianças e o início da convivência em família, que foi de quase um mês — presumivelmente, um período muito curto para aproximação afetiva. Como aponta Ghirardi (2014), processos psíquicos profundos estão envolvidos no desejo por um filho; e representações de maternidade/paternidade ligados às identificações, motivações inconscientes,

⁷ O nome Antônio é fictício a fim de preservar o sigilo da identidade do participante da pesquisa. Esse nome foi escolhido em alusão às características do filho apresentadas no relato dos pais durante a entrevista. Antônio significa “digno de apreço” e refere-se ao filho mais velho do casal, que o descreve como muito sociável, comunicativo e expressivo em suas emoções. (*Dicionário de nomes próprios*. Disponível em <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/>, acesso em 24 de fevereiro de 2017).

valores familiares e pessoais são construídas através de redes imaginárias complexas tecidas desde a infância.

Sobre fatores que influenciam o processo de parentalização, Teixeira (2014) pontua a vinculação pré-natal; ou seja, o vínculo emocional dos futuros pais com o bebê que vai nascer. Esse vínculo se constrói com as fantasias parentais sobre o filho que se espera: medos, sonhos, recordações de experiências relacionais vividas na infância e do modelo formado das relações primevas. Enfatiza-se o papel dos vínculos dos futuros progenitores com as figuras parentais na infância e a sua representação.

O trabalho psíquico imbricado no processo de se tornar pai e mãe começa pela criança imaginária, idealizada muito antes de a gestação ter sido iniciada. Ao passar pela notícia da gravidez, o processo psicológico de identificação começa a entrar em ação. Os pais dotam o feto em desenvolvimento de uma história humanizante; surgem na mente deles características pessoais da futura criança (Weber et al., 2006). Vidigal e Tafuri (2010) enfatizam que, quando o filho nasce, os pais precisam fazer uma passagem psicológica entre a criança real e a imaginária. Quanto mais conflituosa for essa passagem, em função dos traços reais que a criança apresenta, maior será a frustração e decepção por que passarão os pais em relação ao imaginário produzido. A criança real pode provocar a desidealização em relação ao imaginário criado pelos pais, que são portadores de uma história transgeracional, consciente e inconsciente. Esse processo de desidealização do filho real pode provocar sofrimento narcísico intenso, a ponto de trazer dificuldades para a relação.

Essa dinâmica pode ser ampliada para filiação por adoção, em que cabe considerar a existência de vinculação pré-encontro entre pais e filhos. Somado a isso, existe o já citado estranhamento comum às relações por adoção, advindo de diferenças físicas, geracionais e culturais entre eles. Em relação aos pais, é comum a vinculação inicial ser baseada em

idealização e projeções de seu desejo. Segundo Silva (2007), nos casos de adoção de crianças maiores, a criança já traz o seu nome e significantes impressos que marcam a sua existência. Isso terá que ser articulado para abrir espaço à construção de novos significantes e de uma história comum nessa nova relação familiar.

Assim, de acordo com Ghirardi (2014), torna-se necessário equacionar as necessidades da criança com a construção psíquica dos adotantes sobre o filho. O narcisismo parental precisa ser suficientemente flexível para permitir que ocorra o ajuste necessário entre a criança imaginada e a criança encontrada. Também a criança pode construir expectativas extremadas acerca de sua inserção em uma família; as quais necessitam ser reajustadas às dificuldades familiares cotidianas.

De acordo com Alvarenga e Bittencourt (2013), em muitas crianças/adolescentes que aguardam a adoção é possível observar o desejo de ser adotadas. Mas este pode coexistir com alguma idealização da família de origem, como uma forma defensiva de conservar sua imagem positiva. Com isso, pode ocorrer certo nível de resistência ao vínculo com a família por adoção cuja função é preservar laços com sua história de origem. O contrário também pode ocorrer: os filhos podem se aproximar da família por adoção, assumindo precipitadamente uma nova identidade pelo receio de não ser aceitos. Essa vinculação pode ser associada ao já citado conceito de *falso-self* (Winnicott, 1990): o filho assume um conjunto de relacionamentos falsos por introjeção, busca preencher expectativas e obter amor das figuras parentais, dominantes.

Essa forma de vinculação pode ser notada no relato do casal. Frida disse que, no dia seguinte ao primeiro encontro com as crianças, quando ligaram na instituição para falar com elas as menores — que já sabiam da intenção de adoção — começaram a chamá-los de pai e mãe. Dois dias depois ligaram novamente, e as duas crianças de mais idade — também já cientes da intenção do casal de adotar os quatro irmãos — tiveram a mesma atitude. “Eu não ia forçar eles a

nada, ia esperar a vontade deles. Mas foi algo bem natural. Eles começarem a nos chamar de pai e mãe" (Frida).

A aproximação inicial entre eles não foi progressiva. Passou da não convivência para a convivência total em pouco tempo. Isso pode ter colaborado para dificuldades de adaptação, para confrontos bruscos de desejos, idealizações e fantasias ante o objeto de amor. O vínculo com os objetos de amor menos idealizados foi sendo desenvolvido ao longo da convivência e do conhecimento mútuo. Através do relato dos pais pode-se perceber que, de início, existiam fragilidades no vínculo entre pais e filhos. Apareceram manifestações de insegurança. A mãe se angustiava quando os filhos falavam da genitora. Ela disse que, mesmo que não falassem coisas boas da mãe consanguínea, só de estarem se referindo a ela era sinal de que era significativa a eles.

Schettini Filho (2009) pontua que a decisão de adotar não conclui o processo de consolidação do vínculo afetivo entre pais e filhos. Há um tempo pessoal para que essa consolidação aconteça. A decisão de adotar é o movimento inicial de um processo infundável, daí que os vínculos não se consolidam de forma instantânea. Exigem um tempo social e psicológico para que se desenvolva uma segurança afetiva.

As aproximações idealizadas entre pais e filhos nos casos de adoção parecem responder às necessidades narcísicas e podem indicar a tentativa de tamponar a angústia. A falta sentida pelas crianças em relação às figuras parentais pode levá-las a se vincularem adesivamente aos pais que se apresentam, como no caso da família em questão; igualmente, o casal pode se apropriar dessa função ante a angústia pela falta do filho e a possibilidade de aplacar essa falta nos possíveis filhos que se lhe apresentam. Nesse tipo de vinculação, predominam fantasias relacionadas com o medo de ficar só; e o vínculo serve como defesa, pois a separação é sentida como falta,

inexistência. O sujeito fica à mercê do mundo interno. Assim, o vínculo mantém-se pela idealização numa fusão imaginária.

5.2.3 “Eu não gostaria que ele fosse embora, ia ser muito difícil para mim, mas se ele quisesse ir, eu não ia impedir” — vínculos atados e vínculos ameaçados

Neste momento da análise busco enfatizar a construção do vínculo entre os membros da família e destes com a instituição de acolhimento. As crianças já estavam institucionalizadas no mesmo local — cabe frisar — por quase três anos; e, no dizer de Frida e Salvador, tinham bons vínculos e boa adaptação. Segundo Gomes e Levy (2016), os vínculos entre os irmãos, assim como as relações de amizade construídas na instituição, podem atenuar, em parte, a sensação de desamparo. Em referência a isso, Alvarenga e Bittencourt (2013) apontam que, quando a instituição em que a criança está é um local onde referências e vínculos afetivos foram construídos, a perspectiva de adoção demanda trabalho de preparação da criança/adolescente para o novo rompimento e a inserção em outro contexto — agora familiar. Há de considerar que já houve ruptura com a família de origem e que podem existir marcas de apego a intermediários e/ou desconfiança ante o desconhecido. Assim, a preparação deficiente da criança, tanto quanto postulantes mal informados e preparados, dificulta o processo de construção do vínculo, gera sentimentos de fracasso em todos os envolvidos.

Um momento descrito por Frida que pode representar tal dificuldade no processo de desvinculação institucional refere-se à ocasião em que Antônio expressou que gostaria de retornar à instituição de acolhimento. Frida relata que, nos primeiros meses de convivência familiar, ouviu o filho mais velho conversar ao telefone com a equipe da instituição dizendo que queria retornar para lá. Ela disse que, depois que o adolescente encerrou a ligação, o questionou sobre a razão de não querer permanecer na família. Ele respondeu a ela que não tinha gostado da

cidade (a instituição de acolhimento em que permaneceram se localizava em cidade vizinha à cidade onde morava a família por adoção). Ela se contrapôs, apontando que ele nem havia conhecido a cidade para saber se gostava ou não, pois não tinha transcorrido tempo suficiente. Frida diz ao filho para pensar, porque não gostaria que ele fosse embora — iria ser muito difícil para ela; mas também não o iria impedir. O adolescente conversou com a equipe da instituição de novo, que lhe explicou que, apesar de lá ser um local bom, não era igual a estar com uma família e que, lá, as pessoas não permaneciam. Foi então que ele decidiu continuar com a família. “Eu acho que era saudade, porque ele era muito querido lá, até ganhou uma vez uma viagem para a Disney por bom comportamento. Ele é muito falante, e todos gostavam dele lá” (Frida).

A compreensão dessa perspectiva da mãe parece ter sido fundamental para ajudar o filho a lidar com as mudanças e inseguranças decorrentes de seu novo contexto. A atitude do adolescente poderia ter sido interpretada pelos pais como rejeição ou que estavam sendo insuficientes e incompetentes em suas funções. Conseguiram significar a fala do filho como expressão de saudade e dificuldade de adaptação, e não como ataque a eles. Isso facilitou a elaboração do conflito.

Como foi dito, uma família por adoção mobiliza sentimentos e conflitos intensos, conscientes e inconscientes. Por vezes, a família encontra-se em estado de angústia e solidão. Nesses momentos, as redes de apoio podem auxiliar, ou seja, oferecer certo modo de continência à família. A relação de apoio que a instituição de acolhimento manteve com a família mostrou-se significativa em vários momentos de crise. Além de disponibilizar a escuta para pais e filhos sobre as dificuldades por que estavam passando, a equipe auxiliou com doação de alimentos.

Considerando a importância dessas relações de apoio à família, Kaës (1979 citado por Svartman, 2003) inaugurou a ideia de apoio múltiplo do psiquismo dizendo que o psiquismo, também, apoia-se nos grupos e nas instituições. O autor afirma que toda formação psíquica tem

múltiplos apoios e que, quando fracassam, ocorrem rupturas psíquicas que ameaçam a integridade do ego e a continuidade da existência subjetiva. Essa é uma reflexão ampliada que considera o vínculo transsubjetivo, que se refere à pertença do sujeito a uma cultura, ao macrocontexto no qual estão inseridas as instituições.

Svartman (2003) explana que o apoio múltiplo do psiquismo refere-se aos vínculos com os grupos diversos de pertença que são significativos na constituição do sujeito, da identidade e dos valores culturais. A rede de apoio é um macroidentificatório e continente importante. A necessidade de apoio não se restringe ao início da vida, quando o bebê se encontra em vulnerabilidade extrema; em outras situações difíceis somos invadidos por emoções diversas (dores, angústias, medos, anseios e outras) que reeditam o mecanismo precoce de utilizar outros reais externos como continentes para os conteúdos psíquicos. A família é uma instituição complexa e carece de redes de apoio externas constituídas de figuras ou instituições significantes da comunidade. Quando organismos de assistência social, educação e saúde pública têm capacitação e dinamismo suficientes, oferecem continência para que ela se desenvolva com condições de até ser continente para outros (Svartman, 2003).

Outro aspecto importante refere-se à fragilidade dos vínculos familiares em construção. Segundo relato de Frida e Salvador, em determinado momento, pensou-se na devolução de um filho, Bruno⁸ (12 anos), que tinha dez anos à época da adoção. Sobretudo no início da convivência, estavam acontecendo muitos conflitos com ele. A criança falava que os pais não gostavam dela porque era negro, não aceitava ser frustrado nem corrigido, além de manipular os irmãos para brigarem com os pais, segundo relatado na entrevista.

⁸ O nome Bruno é fictício a fim de preservar o sigilo da identidade do participante da pesquisa. Esse nome foi escolhido em alusão às características do filho apresentadas no relato dos pais durante a entrevista. O nome Bruno, que significa “marrom, escuro, pardo, moreno”, foi escolhido para o filho cuja conflitiva girava em torno da cor de sua pele, que o diferenciava dos demais membros da família (*Dicionário de nomes próprios*. Disponível em <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/>, acesso em 24 de fevereiro de 2017).

Frida falou sobre a situação em que se cogitou a devolução. Disse que estavam ocorrendo muitos conflitos com Bruno, daí que ela ligou para a instituição de acolhimento para falar disso. Segundo relatou, os responsáveis pela instituição “[...] falam para fazer as malas e mandar ele de volta, que ele não ia atrapalhar a adoção dos outros irmãos, que se ele não queria, era para ele retornar”. Frida relata que seu filho mais velho ficou de novo desesperado com a possibilidade de se separar do irmão: “[...] ele chorava e gritava ao pensar que ia se separar do irmão, mas ele concordou porque viu que o irmão estava realmente muito difícil e que não dava para continuar daquela forma. Eu chorei muito e não tive coragem de mandar ele embora”.

Frida disse que hoje percebe que o filho “testava” seu amor, para ver se não iam abandoná-lo, como ocorreu com a família consanguínea. Com efeito, Ghirardi (2014) descreve que, nos casos de adoção de crianças maiores, o desejo de ser incluído na família convive com a necessidade de se certificar da disponibilidade, do afeto e dos limites dos adultos que se apresentam como novos pais.

Esse “teste” significaria uma forma da criança conhecer e confiar nesses adultos. É compreensível, uma vez que ela já experimentou anteriores rompimentos em seus vínculos originais. Porém, essa busca por um “amor incondicional”, desafia os limites e as expectativas dos pais, gerando mal-estares iniciais e intensificação de conflitos. É importante que os adotantes possam considerar que essa adaptação inicial é passageira e até necessária para que adultos e crianças estabeleçam entre si as bases dos novos vínculos (p. 6).

Ao não encaminhar o filho de volta para a instituição de acolhimento, mesmo com a sugestão e anuência da equipe, a família demonstra para a criança que é capaz de ser continente em relação às angústias projetadas. Isso alude à noção de *holding* da teoria de Winnicott (1958/2005). O

holding psicológico oferecido pela família possibilitou um ambiente de confiança, estabilidade e acolhimento de manifestações agressivas. A criança pôde, então, sobrepor a resistência e a desconfiança no vínculo, advindas de rupturas sofridas antes. A função parental de *holding* promoveu ambiente suficientemente bom e seguro e, nesta condição, os medos e a instabilidade do vínculo puderam ser apaziguados, o que se mostrou, em momentos de crise, fundamental para que as dificuldades não evoluíssem para a ruptura.

Em contrapartida, os responsáveis pela instituição, que teriam sugerido à família que fizesse a devolução de uma das crianças a fim de não atrapalhar a adoção dos outros irmãos (versão da família), não conseguiram, nessa situação, oferecer continência necessária; abriram a possibilidade de romper o vínculo como forma de resolução dos conflitos. O *holding* para que a família pudesse lidar com essa dificuldade foi edificado pelo atendimento psicológico, citado pela mãe como a intervenção que deu sustentação às mudanças necessárias no vínculo. Alvarenga e Bittencourt (2013) enfatizam que o acompanhamento técnico de profissionais, sobretudo psicológico, pode ser imprescindível na intermediação durante o período de adaptação, pois ajuda os pais a elaborar o que do vínculo se opõe ao desejo e a lidar com os ataques e rejeição da criança relativos à ansiedade de abandono.

De acordo com Frida, o acompanhamento psicológico a ajudou a reconhecer que alguns de seus posicionamentos com relação à criança agravavam as dificuldades; logo, mudanças na maneira como respondia às demandas e aos ataques agressivos poderiam alterar a composição conflitiva: “[...] as brigas eram pingue-pongue: ele falava, eu retrucava, ele falava, eu retrucava. Depois mudei o jeito com ele, passei a não retrucar. Apenas colocava ele de castigo e não ficava discutindo. Ele melhorou bastante depois que eu mudei com ele”. Frida relata que recebeu atendimento psicológico desde a fase inicial da adoção, o que a auxiliou a entender a relação com os filhos.

Brafman (1999) explana que cada membro da família desperta e reage a fatores inconscientes uns dos outros e que os pais só conseguem ajudar seus filhos se não se identificarem com os conflitos inconscientes deles. Se interpretarem, inconscientemente, o conflito da criança segundo suas próprias angústias, os pais perdem a capacidade de ajudá-la. No exemplo dado por Frida, parece que o infantil presente nela — ou seja, os modelos infantis que não tiveram suficiente elaboração — repercutem na relação com seu filho. Quando Frida consegue retomar a função materna, reconhecendo o campo do infantil, o conflito entre ela e o filho é reconhecido e atenuado.

Silva (2007) destaca que a posição em que o adulto adotante se coloca ante a criança, na maioria das vezes, é determinante da maneira como vai transcorrer a adoção. A criança (adolescente) também está envolvida e se posiciona em relação à filiação que lhe é proposta. Ela espera se inserir em um contexto familiar. Na maioria dos casos, as crianças disponíveis para a adoção estão prontas para adotar uma família; salvo casos em que o luto pela separação da família de origem não tenha sido elaborado inicialmente.

Atentando-se para não minimizar a complexidade da situação, essa autora defende que o bom andamento da adoção depende fundamentalmente de como os pais assumem a criança que estão adotando. Isso se contrapõe ao que, em geral, se justifica nos casos de adoções malsucedidas, pois é comum haver uma responsabilização da/o criança/adolescente pelo fracasso da adoção. Os pretendentes a pais por adoção parecem se eximir da sua responsabilização com relação à criança e das funções paternas e maternas como resposta ao insuportável com que se deparam. Parece haver uma inversão dos papéis: candidatos a pais se demitem da responsabilidade na relação e a deslocam para a criança (Silva, 2007).

A construção do vínculo por adoção se dá na resolução de vários conflitos relacionados com o narcisismo, a falta, o diferente, o estranho. Algumas vezes, tais conflitos tornam-se insuportáveis,

pois o vínculo espelha, reflete e denuncia aspectos do psiquismo parental que deveriam permanecer recalados, por estarem ligados às perdas intrínsecas que motivaram a adoção. O filho pode ser aquele que, com sua presença, lembra o ausente, seja quanto à infertilidade ou ao filho consanguíneo imaginário não concebido e à frustração sentida pela impossibilidade de exercer a parentalidade.

Bruno está em acompanhamento psicológico desde o início da convivência. Tal acompanhamento e o apoio profissional recebido pela família participante foram apontados como fundamentais para superar os conflitos e as dificuldades apresentadas e embasar mudanças nos vínculos.

5.2.4 Família de origem e família por adoção

Momentos de vulnerabilidade podem ser experimentados quando se evidenciam fantasias e angústias ligadas às origens do filho, que darão a ele um lugar de estrangeiro no imaginário parental porque, com frequência, suscitam nos pais por adoção fantasias ligadas à devolução. Segundo Ghirardi (2016a), a alteridade do filho por adoção pode ser sentida por seus pais como exigência impossível de ser elaborada devido às diferenças entre eles que dificultam o estabelecimento da parentalidade no nível simbólico.

Questões relativas à origem apareceram em formas diversas durante a entrevista; e os pais parecem se sentir ameaçados e inseguros com a possibilidade de que os filhos tenham contato com a família consanguínea, sobretudo com a genitora. Salvador relata que esta tentou fazer contato com eles via redes sociais virtuais, mas que nem eles nem os filhos quiseram manter contato com ela. Disse que, se os filhos desejassem visitá-la, não saberia o que fazer, pois sente que não consegue lidar com isso. Frida, Salvador e os filhos mantêm contato com uma das irmãs

que ainda reside com a genitora. Esse vínculo é aceito por todos e não são relatadas dificuldades em relação a isso.

Como foi exposto em capítulo anterior, de acordo com Schettini et al. (2006), Weber (2010) e Abrão (2014), mesmo não existindo contato entre os filhos e sua família de origem, a relação com a família consanguínea está sempre presente nos casos de adoção, seja no vínculo real ou no nível da fantasia. No caso de adoção de crianças maiores, isso é algo ainda mais presente, pois houve uma convivência inicial com a família de origem. A criança terá de lidar com a tarefa complexa de pertencer a duas famílias, com suas alianças inconscientes e identificações; e a família por adoção precisa lidar com essa demanda buscando a elaboração.

De acordo com Weber (2010), em geral a relação com a família de origem é permeada por fantasias; e estão presentes aspectos que mobilizam angústias, insegurança e incertezas na família por adoção. Dentre eles, cabe citar a dor dos pais por adoção pela sua incapacidade reprodutiva; o temor da influência da família consanguínea sobre o filho; a possibilidade de perderem o filho para os genitores; a crença de que se os filhos não conhecerem sua história, as influências da família de origem não ocorram; medo de perder o domínio sobre a construção da personalidade do filho; e a ideia de que a história do filho possa começar no encontro com a família por adoção, como se fosse possível apagar uma parte da sua história. Os pais por adoção, muitas vezes, buscam apoio na crença de que podem proteger o filho de suas origens; porém, não se dão conta de que existem dinâmicas inconscientes — portanto, não manejáveis — na relação do filho com sua dupla filiação.

Segundo Reis (2014), as experiências vivenciadas de desproteção e fragilidade ficam inscritas no psiquismo — apesar de a criança não ter recebido informações sobre sua origem. Schettini Filho (2009) argumenta que muitas dificuldades enfrentadas nos casos de adoção são resultantes da ausência da incorporação do filho, de sentir no seu todo uma parte do todo familiar. No

processo de construção vincular na adoção, algumas dificuldades no relacionamento, inesperadas e contrárias ao desejo, podem ser atribuídas a uma hereditariedade patológica. Como aponta Ghirardi (2016a), vários aspectos são atribuíveis ao “sangue ruim” herdado da família de origem e que justificariam o indesejável da criança, aquilo que a distância dos ideais traçados pelos pais. Isso pode gerar a impossibilidade de incluí-la imaginariamente como filho. Sem poder encontrar no filho o familiar, ele é visto como aquele que revela o que deveria ser omitido e recalado, um objeto heterogêneo.

Reis (2014) diz que os mecanismos de identificação e estranhamento interferem na construção dos vínculos familiares por adoção. Os pais podem rejeitar a criança que apresenta comportamentos que os perturbam e associar expressões de agressividade e/ou de sexualidade a problemas advindos da família de origem, buscando na herança biológica justificativas para a angústia provocada por não saber o que ocorre com seu filho; ou podem inferiorizar a imagem dos genitores em uma tentativa de se afirmarem como pais verdadeiros.

Lidar com as questões relativas às origens, ainda que represente um desafio para as famílias por adoção, pode funcionar como refúgio ou defesa, pois possibilita que os pais por adoção projetem, na família de origem, seus sentimentos de incapacidade, culpa, insegurança e frustração; ou seja, que atribuam tais sentimentos a algo externo a eles (Reis, 2014).

Com relação à ideia de herança patológica, destaco o momento em que Frida, em seu relato, utilizou o mesmo termo para se referir à genitora das crianças e ao seu filho Bruno, dizendo, em momentos distintos, que ambos tinham a característica de manipular as pessoas. Ela demonstrou o temor de que ele seguisse os passos da família consanguínea, falando sobre um episódio em que usou uma faca contra seus irmãos em uma briga: “Ele tinha muita dificuldade para perder. Uma vez pegou uma faca para acertar o irmão. Cheguei a pensar: ‘meu Deus, será que ele vai seguir um caminho ruim?’”.

De acordo com Ghirardi (2016b), a origem do filho por adoção suscita uma variedade de temores e fantasias nos adotantes; e isso interfere nos modos como a relação com o filho será experimentada. O romance familiar é uma construção imaginária que oferece referências sobre quem somos. Toda criança imagina ser advinda de outros pais quando ocorrem os conflitos inconscientes decorrentes da sensação de estar sendo negligenciado. A fantasia de ser adotado é parte intrínseca do desenvolvimento infantil. Nas famílias por adoção, o romance familiar tem complexidade maior, uma vez que, de fato, o filho por adoção tem suas origens em outro par parental.

Ghirardi (2016a) esclarece que, desse modo, a criança suscita reações ambíguas, pois, como estrangeira, traz uma alteridade radical. Com frequência, a criança é estrangeira quanto às origens construídas pelas fantasias e pelos desejos dos adotantes; ela traz consigo experiências singulares de tempo e lugares externos à família por adoção. Assim, os pais podem ter dificuldade de acolher e aceitar a alteridade da criança e de se identificarem com ela como filho ou filha.

Para Reis (2014) há necessidade de a família por adoção lidar com sentimentos intensos a fim de evitar a atuação ou projeção de suas fantasias inconscientes e seus sentimentos de raiva sobre o filho. Na base da maioria das adoções, existe uma história de rompimento precoce de vínculos afetivos; e a criança necessita ter um tempo para aprender e se adaptar à nova família e, então, autorizar-se a ser filho deles. Mendes (2007) aponta a necessidade de compreender as angústias presentes relacionadas com a reatualização das perdas vividas antes, assim como das ansiedades ante a inserção no novo ambiente familiar.

Schettini Filho (2009) enfatiza a importância da escolha mútua nos casos de adoção. Para ele, o escolher e o ser escolhido são fatores fundamentais na construção da parentalidade e da filiação. A vinculação afetiva possibilitará a conjunção do escolher com o ser escolhido. Reis (2014) complementa essa questão ao ressaltar que, quando o filho transpõe uma posição passiva

— ser adotado — para uma atitude ativa de filho adotante, na medida em que adota uma nova família, isso contribui para elevar a autoestima e aprimorar o vínculo.

A maneira como a adoção de crianças maiores é vivenciada pode facilitar ou dificultar as possibilidades de elaborar psiquicamente as mudanças significativas. Entender esse processo é fundamental para que o filho por adoção possa integrar a filiação consanguínea e adotiva na configuração de sua identidade e para que os pais venham contribuir na elaboração de traumas decorrentes das rupturas anteriores através de uma base segura na nova família.

5.3 CASO 2: POR UM TEMPO FAMÍLIA

A segunda família participante da pesquisa é constituída por um casal, dois filhos consanguíneos já adultos (filha e filho) e duas irmãs, Renata e Bárbara,⁹ que moram com a família e tem 7 e 5 anos de idade, respectivamente. As irmãs estão em situação irregular e chegaram até a família através da entrega direta de crianças pela genitora. A mãe consanguínea trabalhou no mesmo local onde Gislene⁹ (atual responsável pelas meninas e participante da pesquisa) trabalhava alguns anos atrás. Foi nesse contexto que se conheceram.

A genitora é descrita pela família que acolheu as crianças como alguém que usa as filhas para obter sustento através de pensões e que não considera as necessidades das meninas; antes, interfere no bem-estar emocional, psicológico e familiar delas com atitudes de manipulação, mentira, promessas, negligência no cuidado e ameaças, a ponto de falar que vai retirar as irmãs da

⁹ Os nomes Renata, Bárbara e Gislene são fictícios a fim de preservar o sigilo da identidade dos participantes da pesquisa. Foram escolhidos em alusão a aspectos percebidos durante os atendimentos. Renata significa “renascida” ou “nascida pela segunda vez” e alude ao retorno da criança, pela segunda vez, à convivência da família que a acolheu. Bárbara significa “estrangeira”, “forasteira” ou “a estranha”. Foi escolhido para a outra filha que entrou na família como condição para que Renata pudesse retornar. Não era desejo inicial da família tê-la como filha. Gislene foi atribuído à mãe que acolheu as irmãs e significa “afável”, “acolhedora refém”, que aponta para a repetição em seu histórico de acolher crianças a seu cuidado (*Dicionário de nomes próprios*. Disponível em <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/>, acesso em 24 de fevereiro de 2017).

família em que estão quando são frustradas suas intenções e expectativas dela. Mora em cidade a quase 300 quilômetros de distância de onde moram as crianças e tem contato com elas através de ligações telefônicas esporádicas e quando as leva para sua casa em alguns dias durante o ano, sobretudo no período de férias escolares.

Essa situação afeta os vínculos e traz insegurança e temor para a família, tal é iminência constante de ruptura. A história é complexamente montada nos relatos que eram envolvidos com certa apreensão ante a revelação da condição, proibida e obscura, que a permanência das crianças na família envolve. As falas eram revestidas de medo de que aquilo que fosse narrado pudesse desestabilizar ou interferir na situação delicada em que eles se encontravam.

Com isso, o primeiro movimento da família foi se certificar de que aquilo que seria falado em sessão e na entrevista não resultaria em perda do convívio com as crianças; o que, de certa forma, colocava-me em situação de cumplicidade quanto à adoção clandestina — melindre ético importante. Os discursos traziam a todo tempo o temor da ruptura. Quando se tocavam em questões como legalização ou se apontavam riscos da situação vivenciada, a família defensivamente ressaltava a impossibilidade de mudar o cenário. Apesar dessa atitude defensiva, sinalizou o desejo, mesmo que inconsciente, de compartilhar tal vivência quando buscou atendimento psicológico, o que acena uma possível necessidade de mudança.

A história do encontro da família com as irmãs inicia-se quando Renata, aos 6 meses de idade, foi entregue pela genitora aos cuidados de Gislene para que pudesse trabalhar. Diferentemente do esperado, a genitora deixou a criança e ficou dias sem retornar ou entrar em contato. Muitos dias depois, a genitora voltou à casa da família que acolheu a criança e deu orientações sobre o cuidado com ela — pois a menina estava tendo dificuldades para se alimentar. Mas não a levou de volta.

Renata conviveu com a família por “adoção”¹⁰ dessa maneira dos 6 meses aos 2 anos de idade, quando, de maneira abrupta e sem maiores explicações, a família consanguínea retomou os cuidados da criança. Isso trouxe sofrimento à família por “adoção” e à criança, segundo relatos. Gislene manteve o contato com a menina no período em que esta esteve com a família consanguínea e sempre a buscava para passar o fim de semana e datas comemorativas.

Renata permaneceu com a família consanguínea dos 2 anos aos 6 anos de idade aproximadamente, até que a genitora propôs a Gislene o retorno da menina à família por “adoção”. Sugeriu que Renata voltasse a morar com Gislene e justificou dizendo que sua casa não era um ambiente adequado para crianças; porém, impôs a condição de que sua outra filha — Bárbara, que na época estava com 3 anos — também fosse morar com eles. A princípio, Gislene não queria trazer a irmã de Renata para sua casa; mas acabou aceitando a proposta a fim de ter Renata de volta aos seus cuidados. As duas irmãs já residiam havia quase 1 ano e 10 meses com a família por “adoção” no momento em que os atendimentos foram realizados. A única documentação que a família possui das meninas é uma procuração assinada pela genitora.

Convém retomar Dolto (2006), que defendeu a ideia de que a adoção possa ser um ato privado com a passagem direta da criança para a família por adoção através de acordo entre eles. O caso dessa família aponta os melindres que podem surgir no intercurso dessa situação. Frequentemente, em adoções irregulares prevalece o sentimento de insegurança com relação ao vínculo, além de haver situações difíceis entre as famílias envolvidas, sobretudo relativas aos conflitos de interesses. No caso da família aqui considerada, a regularização da situação de adoção e a legalização dos vínculos são interditadas pela genitora das crianças, que, apesar de não

¹⁰ A palavra adoção pode ser questionada nesse caso porque a adoção legal não ocorreu; porém, em alguns momentos, eu emprego o termo *família por adoção* para facilitar a referência a uma família ou à outra. As aspas intencionam enfatizar que ainda não se trata de adoção. Essa dificuldade de definir e nomear a relação estabelecida pela família revela o quanto os relacionamentos ainda carecem de representação e afetam a construção dos vínculos familiares.

se responsabilizar pelo cuidado delas, não permite que a família por “adoção” as assuma integralmente.

5.3.1 *Família consanguínea e por “adoção”: duas famílias, pertencimento algum?*

A situação de adoção irregular/clandestina toma relevo na escrita deste caso. Também designada como adoção de fato, segundo Coêlho (2011), pode ser entendida como aquela em que os filhos estão inseridos factualmente na família, há posse do estado de filiação e laços afetivos que unem pais e filhos; porém, não há regularização jurídica que ateste o parentesco. A autora afirma que não se pode negar a parentalidade quando, aos olhos da sociedade, alguém assume a função e a vinculação parental — ainda que na ausência de sentença que declare a adoção. Há de constituir uma verdade social. Existem pressupostos para o reconhecimento jurídico da adoção de fato: continuidade do vínculo, publicidade (assumir socialmente a relação de filiação e a função parental) e socioafetividade (relações de afeto, responsabilidade, amor, cuidado e outros).

De fato, Renata estabeleceu com a família por “adoção” vínculo de filiação, porém o vínculo com a família consanguínea evocava ainda certa permanência. A relação de Bárbara com a família se estabelecia de maneira diferente; não havia ainda a consolidação do vínculo socioafetivo. A família por “adoção”, no momento da pesquisa, assumia quase integralmente o cuidado das crianças: despesas, funções educativas e afetivas; mas a família consanguínea detinha os direitos legais sobre as garotas e mantinha contatos esporádicos por telefone, além de buscá-las no período de férias escolares, quase sempre sem avisar e com mobilizações significativas no grupo familiar.

Ao se pensar na dinâmica do caso, muitas questões relacionadas com o processo de subjetivação de Bárbara e Renata vêm à tona. Como explorado no capítulo anterior, o processo

identificatório da criança adotada é mais complexo, pois ela tem dois grupos parentais distintos como modelo. A identidade se forma integrando igualdade, pertinência, diferença e não pertinência. Daí que é ameaçador para o filho por adoção testar sua pertinência na família ou tentar se diferenciar em relação a seus pais para construir sua identidade (Abrão, 2014). Essa construção de identidade ocorre mesmo que o processo de adoção transcorra dentro da legalidade e se tenha a garantia de preservação das relações de parentesco e de direitos da criança e da família.

Durante a entrevista, em vários momentos, foi possível identificar a fragilidade e confusão relacionadas com os vínculos familiares. Desde o primeiro contato por telefone — realizado a fim de agendar os atendimentos — houve confusão quanto à figura materna. A família por “adoção”, que buscou atendimento para Renata, informou na ficha de inscrição do serviço-escola o nome da mãe consanguínea. Com isso, quando pedi para falar com a responsável pela criança ao telefone, citei o nome da genitora, e não da mãe por “adoção”. Em contrapartida, o número de telefone informado na ficha de inscrição da criança era o de Gislene. Esta, então, informa, ao telefone, que não tem, na residência, pessoa com o nome que procurei e pergunta do que se trata. Faço minha identificação e falo do objetivo da ligação. Só então ela diz que quem eu procurava era a genitora da criança, mas que ela então se responsabilizava pela menina.

Logo no início do primeiro atendimento, outro momento revelou a angústia em relação à situação de indefinição e incerteza. No momento em que faço a apresentação do objetivo da pesquisa e pergunto se Gislene autoriza a utilização das informações dos atendimentos, ela fica bastante receosa. Desculpa-se e explica que não tem a guarda das crianças. Por isso, tem medo de que a pesquisa possa prejudicá-los de alguma maneira. Somente depois de explicar sobre o compromisso de sigilo assumido em relação às identidades dos participantes é que Gislene fornece autorização para a pesquisa.

Rocha (2009) explana que na adoção ilegal os pais podem ficar permanentemente com medo, o que gera a situação de extrema insegurança para todos os envolvidos. De acordo com Bochnia (2008), a insegurança da adoção irregular pode deixar a criança exposta a riscos de ruptura da filiação socioafetiva já configurada; por exemplo, a perda repentina da família com que tem vínculo afetivo ou a possibilidade de revitimização advinda da reinserção da criança na família consanguínea, pois ela pode retornar à situação de vulnerabilidade.

Com efeito, a ruptura repentina dos laços afetivos ocorreu na família estudada. A família por “adoção” relata que Renata foi para a casa deles aos 6 meses de idade e que, aos 2 anos, a genitora a levou para morar de novo com ela. Gislene enfatiza que “quase morreu de tristeza”; mas não pôde impedir que isso ocorresse porque não tinha documento algum e a mãe consanguínea tinha o poder de decidir sobre a permanência ou não das irmãs na família por “adoção”. Durante o período em que Renata esteve com a família de origem, Gislene a buscava com frequência para passar uns dias com ela, incluindo férias e aniversário. Manteve o vínculo com a menina. Nota-se que a dinâmica das famílias se inverte: a família por “adoção” passa a conviver com a menina de modo semelhante à família consanguínea antes.

A insegurança vivida por toda família por “adoção” parece manifestar-se através de sintomas. A família busca atendimento psicológico para Renata trazendo como queixa sintomas depressivos e intolerância à frustração, com comportamentos agressivos e choro quando frustrada — “[...] ela chora quando não quer ir dormir, fala que eu gostava dela e que agora não gosto mais” (Gislene). Após o retorno da menina para a família por ”adoção”, aos 6 anos de idade, houve um período que Renata estava tendo dificuldades para se alimentar. Comia tão pouco que chegou perder peso significativamente. Gislene caracteriza Renata como uma criança muito boa. “[...] não dá trabalho. Onde coloca ela, ela fica.” Diz que a criança não fala sobre os momentos em que está com a família consanguínea e acredita que isso possa ser por causa de ameaças da genitora. Essa

apatia e esse silêncio igualmente puderam ser percebidos em Bárbara na sessão em que ela estava presente. Ela ficou quieta e calada no atendimento. As poucas palavras pronunciadas, quando estimulada, eram em tom muito baixo, incompreensível. Gislene diz que a menina gagueja, mente muito e inventa histórias — “[...] ela fala que cuida de um bebê, que achou escorpião, esse tipo de coisa. As colegas da escola não gostam dela” (Gislene).

Percebe-se que a condição de indefinição e insegurança vivida pela família se reflete na forma como as crianças interagem com o ambiente e as pessoas. Mostram-se apáticas, destituídas de vontade, cheias de silêncios, inseguras quanto aos vínculos e vulneráveis às frustrações e à imposição de renúncia aos seus desejos.

Em uma das sessões de acolhimento, Renata fez um desenho para sua mãe. Havia um chão na base da folha, duas figuras humanas do sexo feminino sorrindo, com características e dimensões semelhantes (uma em cada canto da folha), nuvem e sol no canto superior direito do desenho. A mãe pergunta o que ela havia desenhado, e ela responde que desenhou Gislene e ela. A mãe pergunta então o que elas estavam fazendo no desenho, e Renata responde que estavam passeando. Daí Gislene fala: “a gente tá muito longe uma da outra”. O desenho, em geral, aludia aos aspectos positivos da vida e da relação com a mãe; porém, demonstrava uma distância — física ou afetiva — que parecia ser vivenciada ou temida pela criança.

Em outro momento dos atendimentos, Renata fez outros dois desenhos. Um para Gislene, outro para mim, bem semelhantes. Desenhou contornando peças do dominó. Quando Gislene perguntou o que ela havia desenhado, respondeu que é uma casa de pedra (FIGURA 1).

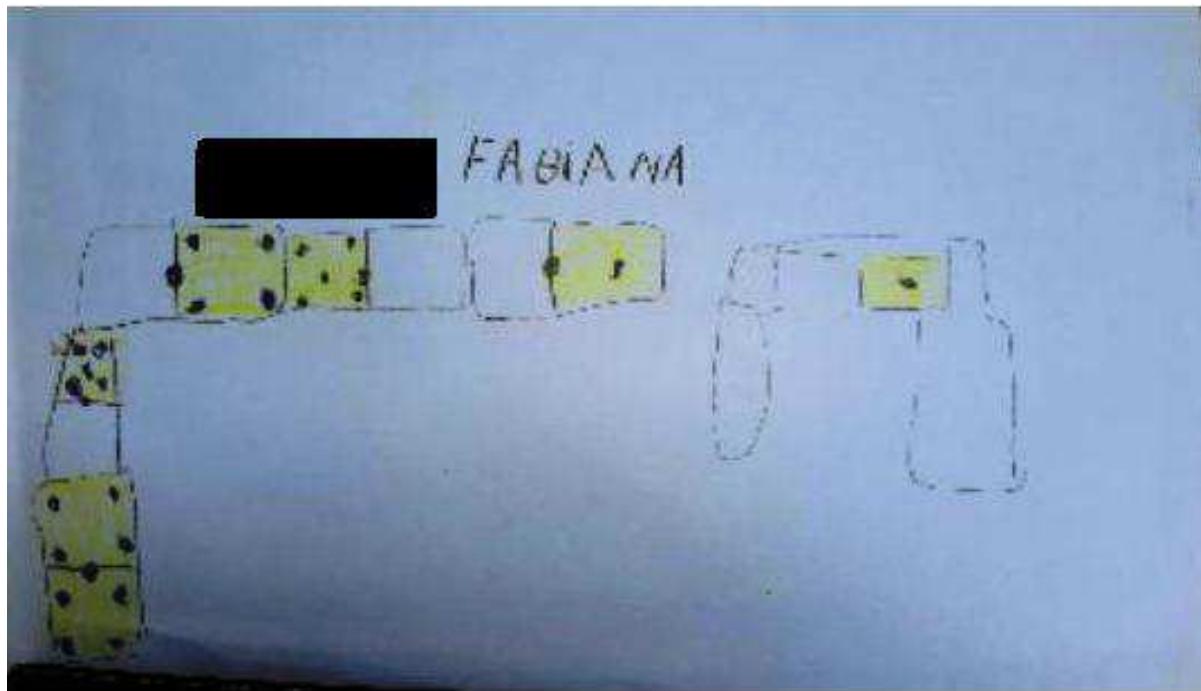


Figura 1 Desenho que Renata entregou a mim, semelhante ao que havia feito para Gislene. A criança acrescentou o nome dela — ocultado com a tarja preta — e o meu.

A casa de pedra alude a um lar com estrutura robusta que sugere necessidade de estabilidade e proteção; Porém, a casa ainda está fragmentada em partes, o que parece indicar a situação da criança de insegurança e inconstância no âmbito familiar.

A coexistência de dois núcleos familiares — um consanguíneo e um por adoção — está presente nos casos de adoção; mas em geral a criança não convive com as duas famílias concomitantemente. É comum que, quando a criança está na família por adoção, ela não ter mais convivência com a família consanguínea, a não ser em casos de adoção dentro da família extensa ou em outros casos específicos menos frequentes.

No caso analisado, a convivência com as famílias apresenta-se conturbada, discrepante nos hábitos, nas rotinas, nos cuidados, na condução da educação das irmãs, sobretudo com uma evidente relação conflitiva entre as famílias. O pai por “adoção” relata que a tia consanguínea — que mora ao lado da casa da mãe consanguínea — diz para Bárbara não voltar para casa deles.

Segundo ele, a tia “[...] fala pra Bárbara pirraçar a gente, quando a gente vai buscar elas. A tia dá show lá na porta [...]” para não levar as meninas. Ante o enfoque dessa especificidade do caso, foi possível pensar que a relação conflituosa entre as famílias pode influenciar o desenvolvimento das crianças e dificultar a integração dos dois modelos familiares no psiquismo infantil.

5.3.2 *A Renascida e a Forasteira: o lugar simbólico das irmãs nos vínculos familiares*

Uma questão bastante relevante expressa nos atendimentos foi a entrada de Bárbara — mais nova das irmãs — na família. Segundo relato de Gislene, a genitora das crianças colocou como condição sua “adoção” para permitir o retorno de Renata para a família após ter ficado sob os cuidados da genitora dos 2 anos aos 6 anos de idade, convém frisar. A família por “adoção” claramente declarou não querer acolher Bárbara; mas, para ficar com Renata, aceitou tal condição. Nos atendimentos, Gislene disse que ficou muito angustiada ao pensar na possibilidade de Renata ser adotada por outra família e, em decorrência disso, perder de vez o contato com ela. Assim, resolveram acolher as duas irmãs.

Tendo em vista o que foi apresentado nas seções teórico-conceituais da pesquisa aqui descrita, Levinzon (2009) destaca que é essencial que o filho consanguíneo ou por adoção tenha lugar na subjetividade familiar. A relação com a criança e a interpretação dessa relação serão baseadas na estrutura subjetiva existente antes mesmo da inserção dela na família. É importante, portanto, que a filiação se construa pela ordem do desejo; não da necessidade de tamponar alguma angústia. O lugar que Bárbara ocupa na família por “adoção” é o de “meio” para que Renata esteja de novo na família, mantendo-se em um lugar “entre” no grupo familiar em um vínculo ambíguo. O desejo de filiação não tem Bárbara como objeto; tem a irmã.

Casos semelhantes não foram identificados na literatura consultada para compor a pesquisa, mas há situações em que a entrada de um filho na família tenha sido mobilizada por razões relacionadas com outro irmão. É o caso do “bebê-medicamento” ou “irmão-salvador”, que, de acordo com Maroja e Lainé (2011), trata-se da gravidez projetada para que o bebê possa servir para a cura de um irmão mais velho com alguma doença grave.

Maroja e Lainé (2011) realizaram um estudo com famílias que estavam vivenciando gravidez programada na esperança de que o recém-nascido pudesse curar o filho mais velho (anemia falciforme). A pesquisa constatou que a gravidez era desinvestida de representações sobre o filho ora gestado. Nos casos estudados, para as mães com gravidez programada, a gravidez não simbolizava um momento de prazer. Não foi possível identificar representações dessas mulheres como mães. Além disso, as representações sobre o futuro bebê estavam voltadas completamente para a cura do irmão mais velho. Portanto, o bebê esperado não era um fim em si mesmo; era um meio.

Como apontam Rosa e Lacet (2012), os pais buscam resgatar o narcisismo perdido através dos filhos; mas não basta ter o filho para que se institua a parentalidade. São necessários processos concomitantes que a instituam e possibilitem à criança, além da vida biológica, ter vida político-social-libidinal; que criem para ela um lugar de existência na singularidade. Caso isso não ocorra, situações de impasses, desamparo e até violação dos direitos podem ser vivenciadas.

No caso analisado, Renata parece assumir um lugar no desejo dos pais por “adoção”. As sessões que ocorreram com a família eram focadas em suas necessidades, embora tenha ficado claro para a família que o enfoque do atendimento que estava sendo realizado era familiar. Ainda assim, Bárbara foi levada para atendimento uma única vez. Além disso, a família fez inscrição para atendimento psicológico no serviço-escola somente para Renata, apesar de as duas crianças estarem na mesma situação de vulnerabilidade.

Existia, por parte da família por “adoção”, um desejo inicial declarado de distanciamento de Bárbara; de não a conhecer, de não se envolver. Pode ser identificado quando Gislene fala que tinha proximidade só com Renata, quando as crianças estavam na convivência da genitora e que nunca quis ter nenhum contato com Bárbara antes. Justamente para não se envolver afetivamente com ela. Gislene chega a caracterizar Bárbara de forma negativa durante as sessões:

A Bárbara parece boazinha. Quando ela vier no atendimento, você vai olhar pra ela e pensar: “Nossa, que menina linda, boazinha”. Mas ela não é nada disso. Ela é o contrário. Ela é muito ruim. Ela é... como fala? Psicopata, né? Que parece boazinha, mas é o contrário.

O pai por “adoção”, apesar de não estar presente em todas as sessões e ter uma participação discreta nos relatos da família, parece se posicionar de maneira distinta em relação a essa conflitiva. Expressa proximidade de Bárbara e não avalia a menina tão negativamente quanto Gislene o faz. Manifesta discordância em relação à mãe por “adoção”, exercendo função de mediação.

Em contrapartida, segundo relato da família por “adoção”, na família consanguínea também há diferença clara de tratamento entre Renata e Bárbara. Há predileção por esta. Gislene disse que na casa da genitora não há nenhum pertence da Renata: roupa, brinquedo... Só há pertences de Bárbara. Disse também que a mãe consanguínea conversa com as meninas ao telefone de maneira muito distinta:

Às vezes, ela liga pra falar com as meninas, daí a Renata atende o telefone, e ela começa a falar: “Oi, meu amorzinho! Minha linda! Tudo bem com você? Mamãe morre de saudade,

chora todo dia de saudade de você”. Aí a Renata responde: “Mãe, é a Renata”. Aí ela fala: “Ah... tudo bem com você?”, e fala totalmente diferente com ela.

As relações estabelecidas entre as irmãs e as famílias, consanguíneas e por “adoção”, parecem reverberar até mesmo no vínculo fraternal. De acordo com Goi (2014), vários fatores podem dificultar ou facilitar o vínculo fraternal, tais como gênero, diferença de idade, intervenções parentais e temperamento infantil. A relação entre irmãos funciona como um laboratório para expressão e compartilhamento de sentimentos legítimos que a vida impõe na relação com o outro. As disputas versam sobre perdas e ganhos, apontam limitações e modos de superação, promovem alianças, ensinam a dividir, compartilhar, solidarizar-se e a postergar. Além do ensinar e aprender recíprocos, permite a descarga moderada de agressividade. Assim, o complexo fraternal exerce função estruturante. Sobre o irmão, recaem a idealização e o desdobramento narcisista; o irmão é um semelhante demasiado similar; a primeira aparição do estranho na infância.

Na filiação por adoção, a dinâmica psíquica é semelhante. Conforme discorrem Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2009), o lugar que os pais asseguram a cada filho contribuirá para que seja reconhecido como sujeito de direito. Em se tratando de irmãos, é importante que os pais possam diferenciar cada um como um ser único e insubstituível. No caso analisado, as diferenças no manejo e afeto direcionados às irmãs, tanto na família por “adoção” quanto na família consanguínea, promovem ambiente de insegurança em relação à pertença e ao amor parental.

Segundo relato da família, a rivalidade entre Renata e Bárbara é bastante acirrada. Gislene diz que, “Quando elas estão juntas, elas brigam demais, elas se batem; e, às vezes, a Renata fica nervosa e implica até da Bárbara olhar para ela e de gaguejar. Ela fala assim: ‘Olha, como essa menina fala! Não sabe nem falar direito’”. Gislene relata ainda que Bárbara “[...] faz as coisas erradas escondido, belisca a Renata disfarçado pra ninguém ver”. Ela contou um episódio, no

início, quando vieram para sua casa: “Fui lavar louça e, para não deixar elas sozinhas, chamei elas pra me ajudar. Falei: “Eu vou lavar, e vocês me ajudam a secar a louça”. Daí eu tava lavando a louça e conseguia ver as meninas, apesar de estar de costa. Daí vi a Bárbara pegando uma faca e fazendo assim [gesto como se quisesse acertá-la] na direção da Renata”.

Com efeito, Kehl (2000) destaca que, quando pais e educadores incitam rivalidade entre irmãos, conscientemente ou não, incentivando que só existe um lugar para o amor parental, a permanência da rivalidade acirrada da fraternidade pode se perpetuar até a idade adulta. Tem-se com isso que a falta de um lugar afetivo e diferenças em relação ao cuidado dentro das duas famílias tornam o ambiente familiar insuficiente, o que pode comprometer consideravelmente o desenvolvimento das crianças e os vínculos familiares em construção.

5.3.3 “Família hospedeira”: a compulsão à repetição nos vínculos familiares

Outro aspecto relevante na análise desse caso refere-se à dinâmica vincular de repetição na família que assume a função de “família hospedeira”, repetidamente em situações de adoção irregular ou de cuidado de crianças sem a assunção formal do vínculo parental. Além da história atual com Renata e Bárbara, a família já vivenciou relação bastante semelhante com dois outros irmãos com quem esteve por três anos. Eram filhos de uma pessoa conhecida da família e estavam debilitados por doenças. O menino chorava muito, segundo relato de Gislene; a menina foi abusada sexualmente pelo genitor. A garota chamava Gislene de “mãe”, mas o vínculo entre eles foi rompido radicalmente após um tempo, pois a genitora buscou as crianças para passar o fim de semana com ela e não retornou nem entrou em contato. Tempos depois, Gislene soube que a família havia se mudado da cidade; ou seja, não pôde rever as crianças.

Outras crianças foram acolhidas pela família, mas de um modo diferente; por exemplo, crianças cujos pais iam trabalhar durante o dia. Gislene e sua família tiveram, portanto, a função de cuidadores; mas sem retorno financeiro; faziam como favor — como em todos os outros casos. A expressão “família hospedeira” foi elaborada durante a construção desse caso, pois se trata de uma característica observada no relato da família — de uma família que “hospeda”: acolhe, cuida, exerce funções parentais; mas sem oficializar o vínculo familiar em uma inter-relação temporária. Isso se configurou repetição do padrão vincular na família.

No texto “Além do princípio do prazer”, Freud (1920/2006) teoriza a compulsão à repetição que seria responsável por conduzir o sujeito a um destino maligno que o leva para o sofrimento e para a dor, determinado por influências infantis primitivas. É uma recorrência perpétua da mesma coisa que leva o sujeito de maneira passiva a ter o mesmo resultado em todas as suas relações, as quais não têm influência consciente, mas o levam à repetição da mesma fatalidade. A compulsão à repetição sobrepuja o princípio de prazer, sendo apoiada pelo desejo de elaboração do que foi esquecido e reprimido, apresentando alto grau de caráter instintual.

De acordo com Paim Filho (2010), no processo de compulsão à repetição estão implicadas a pulsão de morte e a pulsão sexual. O que determina o destino em compulsão à repetição é a ineficácia da pulsão sexual para domesticar a pulsão de morte. Nesse sentido, a compulsão à repetição sofre uma dicotomia: de um lado, uma compulsão impulsionada pelo princípio do prazer, centrada na força do desejo e pontos de fixação; de outro, a compulsão impulsionada pelo além do princípio do prazer, com a repetição do que nunca foi prazeroso, centrada na força do traumático. Este se trata de repetição da vivência de dor, e o que, até então, era motivo de repulsa vira pólo de atração. O estranho (*Unheimlich*) é uma forma peculiar do retorno do recalcado, marcado pelo horror, pelo assustador, daí ser produto de algo conhecido/familiar e ao mesmo tempo desconhecido. “Essa pulsão tem a *fonte* no soma, sua *força* é pura intensidade, tem como

meta a descarga, e não a satisfação, pois, diferentemente da pulsão sexual, não tem objeto” (Paim Filho, 2010, p. 124).

Ao apontar a presença da repetição na dinâmica da família, Gislene não consegue compreendê-la e ressalta que nunca buscou estar em nenhuma dessas situações, em que as pessoas chegam até ela com as crianças pedindo para cuidar. Esse fato ela atribui à missão que Deus lhe concedeu. A dinâmica é inconsciente; e sua incompreensão é representada como algo sobrenatural, de cunho messiânico. Inconscientemente, a família se coloca nesse vínculo permeado de dificuldades, dor e rupturas. Os sujeitos não conseguem escapar dessa forma de vinculação, que parece funcionar como resposta ao desamparo, como se fosse uma modulação afetiva alternativa para aliviar a tensão pulsional.

Essa dinâmica é estendida à família. Alcança outros membros. Isso aponta o mecanismo de transmissão psíquica transgeracional, em que se transmite aquilo que não pode ser contido nem inscrito no psiquismo e que acaba depositado no psiquismo de outros membros em uma cadeia geracional.

Gislene disse, na entrevista, que suas irmãs cuidam de crianças:

[...] minha irmã também cuida de uma sobrinha desde que ela tinha 6 anos. A menina virou “filha” dela. Mas ela não cuidou direito, não deu estudo pra ela. Quando a menina começou a dar problema na escola, roubando as coisas dos colegas, minha irmã preferiu tirar ela da escola. Hoje ela já é adulta e não tem estudo.

Outro momento em que pudemos notar essa questão do movimento familiar aparece quando Gislene fala de outra criança que esteve na família e da qual sua filha cuidou, seguindo a “missão” da mãe.

É possível perceber ainda o pacto denegativo na dinâmica familiar. Para Kaës (2005) — cabe frisar —, tal pacto é um mecanismo defensivo que tem o objetivo de reprimir um conteúdo comum ao grupo, ou seja, que faz com que não seja possível pensar a dinâmica psíquica compartilhada. É uma forma de manter o vínculo; mas só é possível à medida que algo seja negado em conjunto. O funcionamento como “família hospedeira” não é acessado conscientemente pelos membros da família. Não aparecem nos relatos oposição ou questionamento sobre isso; mesmo que se reconheça o sofrimento envolvido.

Tal funcionamento familiar deixa os pais por “adoção” sob os mandos e desmandos da genitora de Renata e Bárbara, que, segundo relato da família por “adoção”, é uma pessoa que busca agir em benefício próprio. E tal atitude leva as crianças à situação de risco social e sofrimento físico e psicológico. Assim, o pacto denegativo pode ser atribuído ao caso, pois a família, defensivamente, mantém aspectos não significáveis, não transformáveis que a deixa alheia à própria história, sustentando o destino do recalcamento e da repetição.

5.3.4 Algumas questões éticas

Considerando a situação irregular da “adoção” das irmãs e o ambiente familiar conflituoso e confuso estabelecido entre as duas famílias, convém pontuar questões éticas importantes que surgiram no percurso da pesquisa, ou seja, relacionadas com o caso estudado. Início a reflexão com a questão da peculiaridade da “adoção” realizada pela família; porém, a discussão-chave levantada se relaciona com o dilema do pesquisador ante o compromisso de sigilo em oposição a situações no percurso da investigação que trazem à tona elementos de cunho ético.

Menezes (2008) se refere a adoções irregulares. Aponta que os chamados filhos de criação — aqueles entregues pela família consanguínea a terceiros sem formalidade legal — encontram-se

em situação de vulnerabilidade extrema. Afinal, não têm garantia jurídica nenhuma de sua condição de filho. O vínculo de filiação é exclusivamente socioafetivo e instável, pois vivem na iminência de ruptura, de perda da criança. Para Bordallo (2008), a adoção dessa natureza não deve ser considerada de antemão como de má-fé. Isso pode colaborar para o afastamento e o medo das pessoas de comparecer às varas da Infância e da Juventude para regularizar a situação das crianças que estão irregularmente sob seus cuidados.

A denominada adoção *Intuitu Personae* não se confunde com a denominada adoção à brasileira. Esta última se refere à situação em que alguém realiza o registro do nascimento de uma criança como seu genitor sem sê-lo de fato. A primeira modalidade se refere à conduta em que os pais biológicos escolhem os adotantes e, sem a chancela do Poder Judiciário, entregam o filho para que os adotantes exerçam a guarda de fato. No último caso, não há o registro do nascimento da criança em nome dos adotantes. A adoção só se configura *Intuitu Personae* quando há a entrega da criança sem contraprestação de qualquer natureza, pois, do contrário, pratica-se crime (Sousa, 2013).

Do ponto de vista jurídico, não há nenhum empecilho na legislação para a adoção *Intuitu Personae*; mas ela é aceita em caráter de exceção na lei (Sousa, 2013). As adoções “irregulares” estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente — artigo 50, § 13º e 14º. A excepcionalidade dessa modalidade de adoção visa garantir a proteção integral efetiva de crianças e adolescentes, além de dificultar a ocorrência de práticas que os coloquem em risco de traumas psicológicos, revitimização advinda de novo abandono, possibilidade de ser vítimas de tráfico de pessoas, aliciamento, exploração sexual ou laboral e outros (Lima & Dombrowski, 2011).

Lima e Dombrowski (2011) ressaltam que, em casos específicos, embora a adoção *Intuitu Personae* se configure irregular e de exceção, quando as famílias buscam regularizar a situação, por vezes a não observação do cadastro de adoção torna-se a melhor providência a ser tomada.

Há circunstâncias em que o ato de afastar a criança ou adolescente da família com a qual nutre laço afetivo seria meramente exaltar um falso respeito à legalidade, causaria revitimização e sentimento de perda ao afastá-los dos que têm como família. Mas isso não é tolerável dentro do sistema de proteção à infância.

Portanto, a condição da família participante deste estudo, ainda que irregular, não configura prática criminosa. Porém, a família apresenta receio extremo de tentar regularizar a situação das meninas com temor de perdê-las. Também do modo em que ela se encontra, o temor de perder as crianças é igualmente presente, pois a genitora pode levar as meninas consigo a qualquer momento e não mais retornar. A ambivalência afetiva que se impõe a essa situação assombra e paralisa a família, que assim permanece, apesar do sofrimento vivenciado. Existe uma resistência que adere a família à situação de sofrimento vivida; e qualquer tentativa de intervenção e apontamento da necessidade de mudança da condição atual gera medo e ansiedade na família.

Freud (1914/1996b) teorizou a existência de resistência no decorrer do tratamento. Com a resistência, o paciente se defende contra o progresso do tratamento, e transpor tal resistência é parte do tratamento. Em si, este gera mudança do paciente em relação à sua doença. Antes, somente se queixava, ignorava ou subestimava a importância de sua doença devido à repressão. Através do manejo da transferência no tratamento, cria-se uma região intermediária entre doença e vida real. “A partir das reações repetitivas exibidas na transferência, somos levados ao longo dos caminhos familiares até o despertar das lembranças, que aparecem sem dificuldade, por assim dizer, após a resistência ter sido superada.” (Freud, 1914/1996, p. 170). Com isso, o paciente necessita de tempo para elaborar e superar a resistência que acabou de identificar.

A resistência da família quanto ao enfrentamento da situação vivenciada me colocava em posição difícil. De fato, dei garantia de sigilo em relação a informações da família; assumi o compromisso de que a pesquisa não resultaria em prejuízo aos participantes. Mas eu não poderia

deixar de me posicionar ante a situação em que crianças estavam tendo seus direitos violados. Apesar de não ser uma prática criminosa, a circunstância em que as crianças se encontram gera grande sofrimento psíquico pela inconstância familiar e de cuidados, assim como porque as crianças são expostas a situações de risco quando estão sob os cuidados da família consanguínea.

Segundo relato da família, há suspeita de possíveis situações de abuso sexual. Gislene conta que Bárbara falou sobre um homem que ela chama de tio “[...] que passa a mão nelas, que elas dormem com ele e ele dá balas” (Gislene). A família acredita até que, quando ficarem mais velhas, as crianças serão levadas para casa da genitora, que vai explorá-las na prostituição. Mesmo com a gravidade desse fato, a família vê-se impotente e se limita “[...] a rezar para que Deus faça um milagre [...]”, a genitora desapareça e fiquem todos livres dessa situação.

Episódios de violência física e psicológica também foram descritos. Gislene fala do dia em que foi buscar as filhas das férias na casa da genitora, e Bárbara resistiu para entrar no carro. Nesse momento, a mãe consanguínea começou a bater na criança, forçando-a a entrar no veículo. Bárbara contou para os pais, em outro momento, que a genitora ameaçou “[...] cortá-las com tesoura e que a mãe já correu atrás delas com faca [...]”, além de beber e deixá-las sozinhas em casa.

Há relatos de que a genitora ameaça as crianças quando fazem algo que a desagrada. Diz que vai buscá-las na casa de Gislene e obrigá-las a “comer capim”. Gislene conta que “[...] elas sempre falam uma com a outra ‘para de fazer isso, senão a mãe vai buscar a gente e a gente vai comer capim’”. Gislene continua, “Quando a mãe fala com elas ao telefone, sempre faz muitas promessas para Bárbara: ‘Mamãe vai aí te ver, vai levar um vestido bem bonito para você, vai comprar uma motinha pra você, te dar um cachorrinho da cachorra que pariu aqui’”. Mas a mãe nunca cumpre as promessas. “Já para Renata, não promete nada, e, quando ela conversa com a mãe, fica triste e cabisbaixa”.

Aconteceu um episódio em que Bárbara chamou a genitora pelo nome ao telefone, e a mãe ficou muito nervosa com ela, dizendo que a menina devia chamá-la de “mamãezinha”, porque ela era a mãe dela. Ainda acusou Renata e Gislene de “terem feito a cabeça” de Bárbara para não chamá-la de mãe.

Segundo relato da família por “adoção”, as idas para casa da genitora geram extremo sofrimento, sobretudo para Renata. Gislene diz que a criança não tem vontade de ir; e a menina conta que vai porque, do contrário, a genitora bate nela. O vínculo inconstante e, por vezes, forçado aponta para situação de negligência e violência psicológica às quais as irmãs estão sendo expostas e que, de alguma maneira, podem afetar o desenvolvimento delas, prejudicar o estabelecimento de vínculos. A soma dos vários melindres éticos nesse contexto mobilizava ainda mais o questionamento sobre minha conduta como pesquisadora.

Outras situações relacionadas com o ambiente familiar foram citadas durante as sessões. Quando a genitora perguntou para Gislene se ela queria cuidar das suas filhas, justificou dizendo que a casa dela não era lugar para crianças por causa das “coisas que ela mexia”— em alusão a alguma ocasião que pudesse colocar as crianças em situação de risco; condição que provavelmente se mantém no período em que elas ficam com a mãe consanguínea. Quando as filhas estão sob o cuidado da família por “adoção”, a família consanguínea não arca com custos, ainda que a genitora receba pensão do pai das meninas. Gislene atribui à pensão o fato de a genitora não querer passar a guarda para a família por “adoção”, pois assim a mãe consanguínea perderia esse direito.

Embora relate esses fatos de maneira a atribuir à genitora a totalidade do sofrimento vivido, a família não consegue perceber sua própria implicação nessas condições. A atitude de não buscar mudança, mesmo com o argumento de que temem que a situação fique pior, também mantém o

sofrimento de todos os envolvidos. É uma vinculação com características perversas no qual o silêncio diante dos abusos com as meninas é em si uma violência.

Conforme explana Kogut (2004), todos nós podemos ser capturados pela cena perversa, com os extremos da dor e do prazer, do gozo mortífero em uma tentativa desesperada contra os medos mais arcaicos. Não pelo prazer de fazer mal, mas legitimados e autorizados pela aflição de seres desejantes. Para Freud (1905/1996), a perversão faz parte da dinâmica do desejo humano e se ancora nas camadas mais primordiais da psique, permitindo que as pulsões agressivas e destrutivas se reatualizem. Portanto, é cauteloso interpretar sem ser arbitrário, pois todos nós vivemos em um eterno impasse ético.

A família por “adoção”, sem intencionalidade, põe-me como espectadora de uma cena perversa. Ao escutar sobre tais fatos, eu igualmente estaria implicada e responsabilizada por aquela conjuntura e outras narradas.

Segundo Kehl (2002), a ética da psicanálise é uma ética da investigação, da dúvida que contesta as certezas imaginárias que estão a serviço das defesas narcísicas. É se colocar em disponibilidade para questionar as certezas e implicar o sujeito em seu sintoma, deslocando-o da posição de vítima. Quando a família apresenta para mim as certezas de suas impossibilidades, é necessário que eu apresente a ela, segundo a ética da psicanálise, outras formas de perceber a situação, que eu aponte possibilidades.

Com base nos recortes enfatizados, instaura-se um impasse ético na pesquisa. Para além da irregularidade da adoção, as crianças estavam sendo expostas a uma dinâmica familiar conflituosa e confusa, além de situações de risco, abuso e violência. Assim, fez-se necessário transpor os limites e objetivos da pesquisa e entrar em contato com as instituições de amparo à infância para responder a essa demanda que surgiu no percurso do trabalho. Entrei em contato com uma assistente social da Vara da Infância e Juventude a fim de receber orientações sobre as

possíveis condutas para responder às demandas apresentadas. Esta indicou a continuidade do acompanhamento psicológico e o encaminhamento da família à Vara da Infância e Juventude para atendimento a fim de que pudessem ser esclarecidas as possibilidades de legalização. Esgotadas essas alternativas, a assistente social indicou a denúncia anônima para que não houvesse interferência no vínculo terapêutico.

De acordo com as diretrizes sobre ética em pesquisa com seres humanos — Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 e Sistema CONEP-CEP, existe a prerrogativa da não utilização de informações da pesquisa em prejuízo de pessoas e/ou comunidades que dela participaram. Guerriero (2006) aponta que, quando se realiza uma pesquisa qualitativa com seres humanos, entra em discussão a necessidade de reciprocidade entre pesquisador e informante. Uma vez que este colabora fornecendo informações, existe a preocupação de que o estudo possa lhe ser benéfico, sobretudo que a relação entre ambos seja respeito mútuo profundo. Com isso, a aplicação das diretrizes éticas e resoluções não se efetiva diretamente; mas inclui a subjetividade do pesquisador, que precisa fazer a reflexão sobre aspectos éticos como atividade intrínseca à pesquisa. Muitas situações que se lhe apresentam suscitam o questionamento se ele deve manter a confidencialidade ou não quando se depara com algo tão alarmante que a ética o obriga a quebrá-la.

No caso da família estudada, foi firmado o acordo de confidencialidade quando da apresentação dos objetivos da pesquisa e do termo de consentimento. Porém, a situação de risco em que as crianças se encontravam levou-me a repensar em tal pacto, pois este me faria conivente com a situação que feria os direitos das crianças participantes deste estudo.

Indiscutivelmente, a quebra de sigilo no campo da pesquisa e da psicologia é uma temática que gera inúmeras discussões. Apesar de a confidencialidade ser uma premissa tanto na pesquisa com seres humanos quanto na atuação do psicólogo, a própria resolução do CFP 010/2005, que

se refere ao Código de Ética Profissional do Psicólogo, considera a quebra de sigilo (art. 10), baseada na busca pelo menor prejuízo, um imperativo em situações em que exista conflitos com a lei, como o caso de maus-tratos contra crianças e adolescentes, de acordo com determinações do ECA (Brasil, 1990). Longe de ser uma decisão fácil, a quebra de sigilo pode ser questionada porque não se pode prever se a denúncia ajudará o participante da pesquisa ou paciente a estar em uma condição melhor; nem se pode garantir que, após a quebra de confidencialidade, ele terá seus direitos preservados, salvo de negligência, discriminação ou outro tipo de violência.

Faria (2013) problematiza o imperativo de denúncia apontando que, dessa forma, o Estado retira da categoria profissional sua autonomia de proteger a intimidade das pessoas com as quais se estabeleceu uma relação profissional. Considera-se que tal situação subverte a função do profissional: desloca-o para a posição de denunciante de uma violência, supostamente, localizada no indivíduo ou resultante de uma patologia individual quando, em realidade, a violência pode ser efeito de uma sociedade adoecida. Mesmo que a denúncia seja medida para proteger a criança da vitimização, por si só não previne a vitimização de outras crianças.

Em relação às crianças que participaram da pesquisa aqui descrita, existia o questionamento sobre como promover alguma intervenção. Poderia esclarecer e incentivar a família a buscar a legalização da adoção e, assim, retirá-las desse campo de vulnerabilidade. Mas a família apresentava resistência a isso. Temia que as crianças pudessem ser retiradas dela e que ficassem em situação ainda pior. Outra possibilidade seria fazer a denúncia, declarada ou anônima, aos órgãos de atenção à infância, conforme instrução da assistente social da Vara da Infância e Juventude.

A situação me mobilizava, como pesquisadora e como psicóloga, a definir o que traria menos danos a todos os envolvidos. Decidi continuar o acompanhamento da família em psicoterapia a fim de que pudesse acompanhá-la em busca de fortalecimento dos vínculos e encaminhá-la para a

Vara da Infância e Juventude a fim de receber atendimento com assistente social. Das diversas ponderações feitas sobre dilema ético que se instituiu no percurso da pesquisa, esta definição foi considerada a menos danosa pelos responsáveis pela pesquisa.

A família dirigiu-se até a Vara da Infância e Juventude mobilizada pelos atendimentos psicológicos e porque a genitora decidiu buscar as irmãs. Bárbara foi levada por ela no meio do semestre letivo, rompendo bruscamente todas as rotinas da criança. A família por “adoção” conseguiu manter Renata temporariamente consigo, buscando apoio do pai consanguíneo da criança. Procuraram e encontraram o genitor de Renata e contaram da intenção da genitora de levar a criança com ela. O genitor, que nunca teve contato com a menina, interessou-se pela aproximação e união à família por “adoção” pela disputa da guarda. Entrou com pedido de guarda; porém, recebeu negativa do juiz em razão do pouco tempo de convivência com a menina.

A assistente social, então, solicitou abertura de processo de medida de proteção para regularizar a situação das irmãs. A família por “adoção” surpreendeu-se com isso, pois não esperavam enfrentar tal circunstância. O processo está em andamento e tem acompanhado a família do ponto de vista psicológico, buscando apoiá-la no enfrentamento da disputa de guarda com a genitora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas teorias e análises apresentadas, é possível considerar que os vínculos familiares constituídos por adoção são construídos na confluência de vários aspectos: desde ocorrências externas diversas até mecanismos internos que fundam o sujeito família. A pesquisa subjacente a este estudo foi desenvolvida tendo como instrumento central a análise da relação transferencial entre os sujeitos envolvidos. O (re)encontro com as matrizes de minha experiência pessoal, contrastada com as histórias traçadas pelas famílias participantes, ora obscurecia a análise — revelando aspectos defensivos em relação às questões angustiantes e primitivas envolvidas na construção da filiação por adoção; ora fecundava a leitura e permitia associações que esclareciam o campo de investigação. Desse modo, foi fundamental a função da intervenção anunciando a alteridade nas orientações/supervisões realizadas, ampliando as perspectivas.

Com a apresentação do tema adoção na lógica das construções vinculares, o objetivo de pesquisa — compreender a construção de vínculos familiares na adoção de crianças maiores (segundo a perspectiva das famílias participantes da pesquisa) — pôde ser alcançado, enquanto a análise revelou pontos importantes. Os casos analisados mostraram que mecanismos inconscientes mobilizaram âmbitos diferentes da adoção. No caso 1, discutiu-se o quanto questões relacionadas com o narcisismo atacado pela infertilidade conduziram os pais da impotência ao heroísmo, mudando os rumos do desejo que se delineava de início, sem que os próprios protagonistas pudessem compreender. No caso 2, o mecanismo inconsciente da repetição toma relevo, e o encontro das duas irmãs com a família que as acolheu ensaia o episódio de uma história repetida na família, com outros personagens; mas com a mesma carga dramática de vínculos familiares e filiações que “acontecem” sem que seja possível, para a

família, pensar em seu modo de filiação. Estabelece-se o pacto denegativo, que impede o acesso ao irrepresentável das pulsões e a implicação dos sujeitos em seu sofrimento.

As reflexões feitas acenaram para a trama complexa dos vínculos por adoção, em que as pulsões narcísicas se interseccionam em busca de resolução como resposta à angústia do desamparo, tanto dos pais quanto dos filhos. A busca do gozo, através da filiação, esbarra no estranho presente na relação e nas idealizações existentes, expressando-se em dificuldades de investimento libidinal e intempéries na adoção psíquica e simbolização da filiação. A dificuldade da adoção simbólica do filho o coloca como objeto duplamente des-investido, sem registro simbólico na família de origem, sendo o filho que sobra. Também não tem registro simbólico na família por adoção, a qual se vê impossibilitada de adotar o estranho e inseri-lo na linha geracional. Foi possível, pela análise do caso 2, sondar tal dinâmica quando se nota a diferença na adoção psíquica das duas irmãs nas duas famílias — consanguínea e por adoção — e a irradiação disso na dinâmica familiar.

No desenvolvimento deste trabalho, a importância da diáde famílias-equipes — diretamente ligadas ao processo de adoção — foi se anunciando de modo não periférico. Destacou-se a relevância de reconhecer as exigências inconscientes e subjetivas que afetam os sujeitos e o processo de adoção. Para tal, o apoio do psicólogo emerge como fundamental para que os fatores emocionais, conscientes e inconscientes, possam ser considerados e dar à família condições de sobreviver às ameaças de ruptura e pulsões agressivas, e de elaborar o estranhamento na constituição do vínculo. Outras equipes de atenção à família igualmente foram consideradas fundamentais como sustentáculos da família por adoção: equipe jurídica (juiz, psicólogos e assistentes sociais); equipe das instituições de acolhimento; profissionais da área da saúde e educação — numa palavra, toda e qualquer instituição direta ou indiretamente ligada às famílias e à temática da adoção que se constitui na rede.

Os casos suscitaram a reflexão sobre a postura ética ante os participantes de uma pesquisa e demonstraram o quanto o pesquisador, mesmo atuando demarcadamente sobre seu objetivo, por vezes precisa questioná-los e transpô-los para responder às demandas que surgem no percurso e convocam a atuar em uma situação como agente de transformação social, auxiliando os sujeitos em suas questões mais emergentes.

A singularidade do sujeito e da família tem de ser considerada nos casos de adoção. Esta supõe um encontro único entre pais e filhos que se vinculam com base em laços de afeição. Cada história é construída à sua maneira. Os dois casos analisados envolveram processos de adoção diferenciados (adoção legal e clandestina), além de dinâmicas e composições familiares específicas (casal sem filhos e família composta por filhos consanguíneos e por adoção). Porém, aspectos na construção dos vínculos apontam aproximações: a adoção de grupo de irmãos e a relação entre a fratria e destes com os grupos familiares; as reminiscências da família de origem, a necessidade de apoio e acompanhamento profissional em alguns períodos críticos, além da dinâmica inconsciente que embasa a construção dos vínculos.

Por fim, a construção de uma nova cultura da adoção de crianças maiores é desafio que se funda em aspectos variados. Apenas conhecer informações que esclarecem o tema não é suficiente para superar preconceitos. Faz-se necessário explorar aspectos inconscientes imbricados, considerar as representações relativas à adoção. Para tanto, são imprescindíveis outros estudos fundados na psicanálise como método de investigação, pois revelam que conteúdos teóricos que podem ser desvelados expõem o que do tema ainda é impensado e carente de representação. A própria escuta das famílias, propiciada pela pesquisa, favorece o contato dos participantes com suas fantasias e concepções, e as teorias e discussões construídas podem gerar no leitor um posicionamento reflexivo, o que favoreceria transformações progressivas no imaginário coletivo relativo à adoção. Ainda, a rede de atenção às famílias precisa estar

fortalecida e instrumentalizada para que possa acompanhar a adoção em suas especificidades antes, durante e após o processo.

REFERÊNCIAS

- Abrão, M.S. (2014). *Construindo vínculo entre pais e filhos adotivos*. São Paulo: Primavera Editorial.
- Alvarenga, L. L. & Bittencourt, M. I. G. F. (2013). A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. *Pensando famílias*, 17(1), 41-53. Recuperado em 15 de junho de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100005&lng=pt&tlang=pt.
- Ayres, L. S. M. (2009). *Adoção: de menor a criança, de criança a filho*. Curitiba: Juruá.
- Ballone, G.J (2008). *Esquizofrenias*. Recuperado em 11 de junho de 2016, de <http://www.psiqweb.med.br/site/?area=NO/LerNoticia&idNoticia=108>
- Bochnia, S. F. (2008). *Da adoção: categorias, paradigmas e práticas do direito de família*. Dissertação de Mestrado Interinstitucional nas Áreas de concentração em Direitos Humanos e Democracia. UFPR, Paraná.
- Bordallo, G. A. C. (2008) In: Maciel, K. R. F. L. A. (Coord). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente – Aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Brafman, A.H. (1999). Tirando partido das influências mútuas entre pais e filhos. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 33 (2), 339-361.
- Brasil (1990). *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Presidência da República - Casa Civil.
- Brasil (2009). *Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009*. Nova Lei da Adoção. Presidência da

República. Casa Civil.

Brasil (2013). Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.*

Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Diário Oficial da União.

Camargo, M. L. (2005). A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes. In *Simpósio Internacional do Adolescente*, São Paulo. Recuperado em 01 de julho de 2016, de http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200013&lng=en&nrm=abn

Campbell, J. (2007). *O Herói de Mil Faces*. São Paulo, SP: Cultrix/Pensamento.

Ceccarelli, P. R. (2012). Considerações sobre pesquisa em psicanálise. In *Psicologia: diálogos contemporâneos*. Melo & Júnior (org.) Curitiba: CRV.

Coêlho, B. F. (2011). O reconhecimento da adoção de fato após a morte do adotante. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 88, maio 2011. Recuperado de <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9267> em maio 2017.

Conselho federal de psicologia. (2005). *Resolução CFP nº 010/2005. Código de Ética Profissional do Psicólogo*, XIII Plenário. Brasília, DF: CFP.

Correa, O. (2003). Transmissão psíquica entre as gerações. *Psicologia USP*, 14(3), 35-45. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642003000300004>

Costa, N. R. A. e Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. vol.20, n.3, pp.425-434.

<https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000300010>

Dessen, M. A. & Braz, M. P. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 221-231.

Recuperado em 22 de fevereiro de 2016, de

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722000000300005&lng=en&tlang=pt. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722000000300005>

Dias, C. M. S. B.; Silva, R. V. B. & Fonseca, C. M. S. M. S. (2008). A adoção de crianças maiores na perspectiva dos pais adotivos. *Contextos Clínicos*, 1(1), 28-35. Recuperado em 27 de abril de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822008000100004&lng=pt&tlang=pt.

Dolto, F.(1985). *Seminário de psicanálise de crianças*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1998). Reflexões sobre a adoção. In Dolto, F. *Os caminhos da educação*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1978)

_____.(2006). *Destinos de crianças: adoção, famílias de acolhimento, trabalho social*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

Ebrahim, S. G. (2001). Adoção tardia: uma visão comparativa. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 18(2), 29-40. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2001000200003>
<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2001000200003>

Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica e pesquisa. In S. Albertini & L. Elia (Orgs.). *Clínica e pesquisa em Psicanálise* (pp.19-35). Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.

Faria, J. H. (2013). *Os desafios dos/as profissionais da Psicologia diante do imperativo da quebra de sigilo nos casos de violência sexual intrafamiliar vivenciada por crianças*.

- Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. Recuperado em 17 de maio de 2017 de <<http://hdl.handle.net/11449/97575>>.
- Farias, E. P. D. (2005). Violência contra bebês. *Revista brasileira de psicanálise*, 39(3), 59-65.
- Recuperado em 01 de setembro de 2016, de www.febrapsi.org.br/publicacoes/artigos/xx_cbp_eliane.doc <https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56bcc5567da24f4faa269479/1455211873350/guiafmh.pdf>
- Fernandes, W.J. (2014). O processo comunicativo vincular e a psicanálise dos vínculos. In Fernandes, W. J. & Fernandes, B. S. (orgs.) *Grupos e configurações vinculares*. Porto Alegre: AMGH.
- Freud, S.(1976). A dissolução do complexo de Édipo. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp. 214-224). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1924)
- _____. (1990). O Estranho. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (vol. 17). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1919).
- _____. (1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Obras psicológicas completas: Edição Standard Brasileira*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905).
- _____. (1996a). Sobre o narcisismo: uma introdução. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 9-37). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1914)
- _____. (1996b). Recordar, Repetir e elaborar. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado

- em 1914)
- _____. (1996). Psicologia de grupo e análise do ego. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 79-154). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1921)
- _____. (1996). A questão da análise leiga – conversações com uma pessoa imparcial. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 20). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1926[1925])
- _____. (2006). Além do princípio do prazer. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago editora, vol. 2, p. 11-75. (Trabalho original publicado em 1920).
- Garcia-Rosa, L.A. (1986). *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.
- Ghesti-Galvão, I. (2008). *Intervenções psicossociais e jurídicas no percurso da adoção: A mediação entre o afeto e a lei*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília.
- Ghirardi, M.L.A.M. (2014). A relação fraterna na adoção: algumas reflexões. *Pediatria Moderna*, Mar 14, V 50, N 3. Recuperado em 31 de agosto de 2016, de http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=5742
- _____. (2016a). O que há de 'estranho' na devolução de crianças adotadas. In Ghirardi, M. L. A. M.; Ferreira, M. P. (organizadoras). *Laços e rupturas: leituras psicanalíticas sobre adoção e acolhimento institucional* (pp. 113-120). São Paulo: Escuta.
- _____. (2016b). Origens pessoais e revelação na adoção de crianças e adolescentes. In Ghirardi, M. L. A. M.; Ferreira, M. P. (organizadoras). *Laços e rupturas: leituras psicanalíticas sobre*

- adoção e acolhimento institucional* (pp. 29-136). São Paulo: Escuta.
- Goi S.B.S. (2014). O complexo fraternal: reflexões acerca do ciúme e da inveja entre irmãos. *Rev. bras. Psicoter.*, 16(2):49-61.
- Gomes, I.C. & Levy, L. (2016). A psicanálise vincular e a preparação de crianças para a adoção: uma proposta terapêutica e interdisciplinar. *Contextos clínicos*, 9 (1): 109-117, janeiro-junho 2016.
- Grimm, J.(2005).*Contos dos irmãos Grimm*. Tradução de Lia Wyler. Rio de Janeiro: Rocco.
- Guerriero, I. C. Z. (2006). *Aspectos éticos das pesquisas qualitativas em saúde*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Departamento de Saúde Pública.
- Hueb, M.F.D.(2016). Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. *Revista da SPAGESP* – Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo, 17 (1), 28-38.
- Hueb, M. F. D., Farinelli, M. R., Azôr, A. M. G. C. C. V., Cordeiro, E. G., & Tuma, A. (2014). A experiência do Grupo Interinstitucional Pró-Adoção na cidade de Uberaba (MG): Compartilhando saberes e práticas. In F. Scorsolini-Comin, L. V. Souza, & S. M. Barroso (Orgs.), *Práticas em psicologia: saúde, família e comunidade* (pp. 275-304). Uberaba, MG: Editora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
- Instituto Fazendo história (2007). *Fazendo minha história: guia de ação para abrigos e colaboradores*. São Paulo: Associação Fazendo História.
- Kaës, R.(2005). *Espaços Psíquicos Compartilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

_____.(2010). *Um singular plural: A psicanálise à prova do grupo*. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas.

Kehl, M. R. (2000). Introdução. Existe a função fraterna? In: Kehl, M. R. *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____. (2002). *Sobre ética e Psicanálise*. São Paulo: Companhia das letras.

Keleman, S.(1996). *Amor e vínculos: uma visão somático-emocional*. São Paulo: Summus.

Kohut, E. C. (2004). *Perversão em cenas*. Os filmes "Perdas e danos" e "Lua de fel" discutidos cena a cena – uma visão psicanalítica. São Paulo: Escuta.

Levinzon, G. K. (2009). *Adoção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lima, F. S. & Dombrowski, C. (2011). A adoção irregular no Brasil: uma análise a partir da Doutrina da Proteção Integral e do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 94, nov 2011. Recuperado em março de 2017, de http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10591.

Maggi, N. R.(2009). A criança em situações de adoção e a clínica psicanalítica: o registro identificatório e os recursos no processo de simbolização. *Estudos de psicanálise*, Aracaju, n. 32, nov. Recuperado em 14 de junho 2015, de <http://http://www.cbp.org.br/processosimbolizacao.pdf>

Magtaz, A. C. & Berlinck, M. T. (2012). O caso clínico como fundamento da pesquisa em Psicopatologia Fundamental. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 71-81, março 2012. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142012000100006>

Maldonado, G., & Cardoso, M. R. (2009). O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. *Psicologia Clínica*, 21 (1), 45-57.
<https://doi.org/10.1590/S0103-56652009000100004>

Mannoni, M. (1971). *O psiquiatra, seu "louco" e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Marin, I. S. K. (1999). Sujeito, desamparo e violência. *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 76-88.
<https://doi.org/10.1590/1415-47141999003005>

Maroja, F. E. & Lainé, A. (2011). Esperando o Messias: reflexão sobre os bebês nascidos para curar um irmão. *Mental*, 9(17), 571-587. Recuperado em 29 de novembro de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272011000200005&lng=pt&tlang=pt.

Mendes, C.L.P.C. (2007). *Vínculos e rupturas na adoção: do abrigo para a família adotiva*. Dissertação (mestrado) – Instituto de psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Menezes, R. S. (2008). *"Adoção Irregular": A inobservância do cadastro de pretendentes à adoção em razão da formação de vínculos afetivos do adotando com o adotante em Santa Catarina*. Monografia de graduação em Direito. UFSC, Santa Catarina.

Oliveira, R. R. (2014). *Os critérios e estratégias utilizados por assistentes técnicos judiciários psicólogos na avaliação de pretendentes à adoção*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 08 de maio de 2016, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-01102014-160510/>

Oliveira, S. V.(2010). *Devolução de crianças, uma configuração: entre a fantasia da adoção e a vinculação fraturada*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Universidade Federal de Uberlândia.

Oliveira, N.R. & Tafuri, M.I.(2012). O método psicanalítico de pesquisa e a clínica: reflexões no contexto da Universidade. *Revista latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, 15(4), 838-850. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142012000400007>

Otuka, L. K.; Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. dos. (2009). A configuração dos vínculos na adoção: uma atualização no contexto Latino-Americano. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, 19(3), 475-486. Recuperado em 02 de julho de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822009000300013&lng=pt&tlang=pt. <https://doi.org/10.7322/jhgd.19935>

Paim Filho, I. A. (2010). Compulsão à repetição: pulsão de morte "trans-in-vestida" de libido. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 44(3), 117-126. Recuperado em 28 de setembro de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2010000300012&lng=pt&tlang=pt.

Peiter, C. (2016). Onde está a criança abandonada? Reflexões sobre o altruísmo na adoção. In Ghirardi, M. L. A. M.; Ferreira, M. P. (organizadoras). *Laços e rupturas: leituras psicanalíticas sobre adoção e acolhimento institucional* (pp. 147-158). São Paulo: Escuta.

Pichon-Rivière, E.(1991). *O processo grupal*. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes.

Queiroz, E. F.(2004). O "estranho" filho adotivo: uma leitura clínica do Unheimlich na adoção. In *Revista Latino- Americana de Psicopatologia Fundamental*. Ano VII, n. 4: 100-111, dez.

- Reis, M.E.B.T. (2014). Adoção do ponto de vista da criança. *Rev. bras. psicoter.* 16(3):86-98.
- Rocha, B.F.P.(2009). *Fratria adotiva: percepções e vivências de irmãos mais velhos nas fratrias constituídas por adoção*. Dissertação de mestrado Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria de Pesquisa e pós-graduação. Curso de Mestrado em Psicologia Clínica.
- Rosa, C. D. (2009). O papel do pai no processo de amadurecimento em Winnicott. *Natureza humana*, 11(2), 55-96. Recuperado em 18 de janeiro de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302009000200003&Ing=pt&ting=PT
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2) 329-348. Recuperado em 21 de junho de 2016, de <http://www.unifor.br/notitia/file/184.pdf>
- Rosa, M. D. & Lacet, C. (2012). A criança na contemporaneidade: entre saber e gozo. *Estilos da Clinica*, 17(2), 359-372. Recuperado em 26 de dezembro de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282012000200012&lng=pt&tlng=pt. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v17i2p359-372>
- Safra, G. (2013) Investigação em psicanálise fora do consultório: princípios metodológicos. In Scorsolini-Comin, F. & Serralha, C. A. (org.) *Psicanálise e universidade: um encontro na pesquisa*. Curitiba, PR: Editora CRV.
- Santos, G. de S. (2012). O que se passa no interior das famílias em que ocorre a violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. In Abusos na infância. *Revista da*

- associação Psicanalítica de Curitiba.* Curitiba (24): 61-78.
- Schettini, S. S. M.; Amazonas, M. C. L. de A. & Dias, C. M. de S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicol. estud.*, Maringá , v. 11, n. 2, p. 285-293, Agosto.
- Recuperado em 12 de julho de 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000200007&lng=en&nrm=iso <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000200007>
- Schettini, S.S.M. (2007). *Filhos por adoção: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com ou sem filhos biológicos.* Dissertação (mestrado). Universidade Católica de Pernambuco. Recuperado em 23 de maio de 2017, em http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2007-05-14T073118Z-82/Publico/Suzana%20Schettini.pdf
- Schettini Filho, L. (2009). *Pedagogia da adoção: Criando e Educando Filhos Adotivos.* Petrópolis, RJ: Editora vozes.
- Sequeira, V.C. & Stella, C. (2014). Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. *Psicologia: teoria e prática*, 16 (1), 69-78. Recuperado em 30 de janeiro de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000100006&lng=pt&ting=pt <https://doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v16n1p69-78>
- Silva, A. L.(2005). *Paixão e droga como vínculos patológicos: um estudo psicanalítico sobre a relação de dependência entre sujeito e objeto.* Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Universidade Católica de Pernambuco, Pernambuco.

Silva, A. M., & Kemmelmeier, V. S. (2010). Vivências de famílias que adotaram pré-adolescentes e o mito da adoção tardia. *Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes*, 18(2), 97-112.

<https://doi.org/10.5212/PublicatioHum.v.18i2.0001>

Silva, A. P. (2007). *Encontros e desencontros na adoção: Considerações a partir de um caso clínico*. Dissertação (mestrado) – Instituto de psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Silva, J. A. (2009). *Adoção de crianças maiores: percepções e vivências dos adotados*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte.

Silva, L. A.; de Mesquita, D. P. & Carvalho, B. G. E. (2010). Investigando o processo de adoção no Brasil e o perfil dos adotantes. *Revista de Ciências Humanas*, 44(1), 191-204.

<https://doi.org/10.5007/2178-4582.2010v44n1p191>

Silva, M. R. C. & Souza neto, Z. G. (2012). *Perspectiva psicanalítica do vínculo afetivo: o cuidador na relação com a criança em situação de acolhimento*. Artigo científico apresentado ao Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho - ILES/ULBRA, como requisito para a obtenção do título de Formação Específica em Psicologia. Recuperado em 05 de agosto de 2015, de https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.ulbra.br/porto.velho/wp-content/uploads/2012/07/ARTIGO-CIENT%25C3%258DFICO-PERSPECTIVA-PSICANAL%25C3%258DTICA-DO-V%25C3%258DNCULO-AFETIVO.pdf&ved=0CBwQFjAAahUKEwjv0t_0wJLHAhUDgZAKHa8fARE&usg=A

- FQjCNG0sGuos7kuDQG3pEnbXfZap6xqBQ&sig2=sKzQKHa6cRKde1NP-1QE7w
- Sousa, C. A.; Seguim, C. B.; Levisky, F. B.; Rudge, L. L. T. & Ungaretti, S. S. G. (2016). O direito de construir a própria história: contribuições psicanalíticas na clínica e no abrigo. In Ghirard, M. L. A. M. & Ferreira, M. P. (Org.). *Laços e Rupturas: Leituras psicanalíticas sobre adoção e acolhimento institucional*. São Paulo: Editora Escuta.
- Sousa, E. S. (2013). *A adoção intuitu personae em detrimento da ordem cadastral: uma análise a partir do paradigma da socioafetividade*. Florianópolis. Recuperado em 21 de março de 2017, de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104356>
- Svartman, B. (2003). Transubjetividade - sociedade atual: a importância das redes de apoio. *Rev. SPAGESP* [Internet]. 2003 Dez [citado 2016 Ago 20] ; 4(4): 29-36. Recuperado em 01 de setembro de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702003000100005&lng=pt
- Teixeira, M.C.M. (2014). *Onde estava antes de ter nascido? Um estudo sobre a vinculação pré-natal*. Tese de doutorado. Universidade de Évora. Recuperado em 12 de agosto de 2016 em <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/12323>
- Val, A. C. & Lima, M. A. C. (2014). A construção do caso clínico como forma de pesquisa em psicanálise. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 17(1), 99-115. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982014000100007>
- Vargas, M.M. (2013). *Adoção tardia: da família sonhada à família possível*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vidigal, M.M.B.A. & Tafuri, M.I. (2010). Parentalização: uma questão psicológica. *Lat.*

- Am. Journal of Fund. Psychopath. Online*, v. 7, n. 2, p. 65-74, novembro.
- Weber, L.N.D. (2010). *Pais e filhos por adoção no Brasil*. Curitiba: Juruá.
- _____. (2011). *Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção*. 3. ed. Curitiba (PR): Juruá.
- _____. (2015). *Há diferenças na educação entre filhos biológicos e por adoção? Eduque com carinho* (conferência online). 1º Congresso Nacional Online da ADOÇÃO (CONADOTE). Recuperado em 26 de janeiro de 2015, de <http://www.onlinemeetingnow.com/seminar/?id=op24qb9o5t>]
- Weber, L. N. D., Selig, G. A., Bernardi, M. G., & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações: transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v.16, n. 35, dez. 2006 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2006000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2006000300011&lng=pt&nrm=iso) <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000300011>
- Winnicott, D.W. (1990). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self. In: *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 128-139.
- _____. (1979) A integração do ego no desenvolvimento da criança. In Winnicott, D.W. *O ambiente e os Processos de maturação*. Porto Alegre: Artes médicas. (Originalmente publicado em 1962)
- _____. (2005). O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê(1958). In Winnicott, D.W. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1958)

- Xerfan, C. C. (2009). *A Identificação na Filiação por Adoção: um estudo na clínica psicanalítica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Pará. Recuperado em 15 de maio de 2016, de <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/5029>
- Zavaroni, D. M. L.; Viana, T. C., & Celes, L. A. M. (2007). A constituição do infantil na obra de Freud. *Estudos de Psicologia* (Natal), 12(1), 65-70. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2007000100008>
- Zanetti, S. A. S. & Gomes, I. C. (2012). Efeitos da herança psíquica na opção pela não construção do vínculo amoroso. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 3(1), 57-74. Recuperado em 20 de janeiro de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223664072012000100005&lng=es&tlang=pt. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2012v3n1p57>
- Zimerman, D. (2008). *Vocabulário contemporâneo de psicanálise*. Porto Alegre: Artmed.
- Zornig, S. M. A. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo psicanalítico*, 42(2), 453-470. Recuperado em 19 de fevereiro de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&tlang=es

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) senhor(a), você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“A construção do vínculo em famílias adotivas: análise de um caso clínico”**, sob a responsabilidade das pesquisadoras **Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias e Anamaria Silva Neves**.

Nesta pesquisa pretendemos investigar **os vínculos entre membros de uma família constituída por adoção analisando entrevistas realizadas com seus membros. As entrevistas ocorrerão no CEPPA – Centro de Estudo e Pesquisa em Psicologia Aplicada, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM.**

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora **Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias, no mesmo local onde ocorrerá a entrevista, antes de iniciar a mesma.** Na participação desta pesquisa, você **se submeterá a entrevistas com a pesquisadora acima citada.** Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim as identidades de todos serão preservadas. Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar da pesquisa. Os riscos da participação nesta pesquisa consistem em **ter sua identidade revelada, porém as pesquisadoras comprometem-se em manter sigilosas as identidades dos participantes.** Os benefícios serão **a promoção de um espaço de escuta a família participante e elaboração de análises que auxiliarão nos estudos do campo da Psicologia.** Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o(a) senhor(a). Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato com: **Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias e Anamaria Silva Neves, pelo telefone (34)3218-2235, ou no Instituto de Psicologia – IPUFU: Av. Pará, nº 1720, bloco 2C, sala 34, Campus Umuarama - Uberlândia – MG, CEP 38400-902.** Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394131.

Uberlândia, de de 2016.

Assinatura das pesquisadoras:

Anamaria Silva Neves

Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias

Eu, _____, consinto participar no projeto citado acima após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

Prezado(a) senhor(a), o(a) menor, pelo qual o(a) senhor(a) é responsável, está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada **“A construção do vínculo em famílias adotivas: análise de um caso clínico”**, sob a responsabilidade das pesquisadoras **Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias e Anamaria Silva Neves**.

Nesta pesquisa pretendemos investigar os vínculos entre membros de uma família adotiva analisando sessões de atendimento psicológico, com toda a família, a serem realizadas em uma sala do CEPAPA – Centro de Estudo e Pesquisa em Psicologia Aplicada, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador **Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias**, no mesmo local onde ocorrerão os atendimentos, antes de iniciar o acompanhamento da família.

Na participação do(a) menor, ele(a) se submeterá a sessões de atendimento psicológico com a pesquisadora acima citada. Em nenhum momento o(a) menor será identificado(a). Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

O(A) menor não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos, da participação do(a) menor na pesquisa, consistem em ter sua identidade revelada, porém as pesquisadoras comprometem-se em manter sigilosas as identidades dos participantes. Os benefícios serão a possibilidade de que a família participante receba acompanhamento psicológico durante o período que assim quiser ou necessitar. Esta pesquisa também auxiliará nos estudos do campo da Psicologia.

O(A) menor é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o(a) senhor(a), responsável legal pelo(a) menor.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, o(a) senhor(a), responsável legal pelo(a) menor, poderá entrar em contato com: **Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias e Anamaria Silva Neves, pelo telefone (34)3218-2235, ou no Instituto de Psicologia – IPUFU: Av. Pará, nº 1720, bloco 2C, sala 34, Campus Umuarama - Uberlândia – MG, CEP 38400-902**. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia – MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394131

Uberlândia, de de 2016.

Assinatura das pesquisadoras:

Anamaria Silva Neves

Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias

Eu, responsável legal pelo(a) menor _____, consinto na sua participação no projeto citado acima, caso ele(a) deseje, após ter sido devidamente esclarecido.

Responsável pelo(a) menor participante da pesquisa

APÊNDICE C

TERMO DE ASSENTIMENTO PARA O MENOR

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“A construção do vínculo em famílias adotivas: análise de um caso clínico”**, sob a responsabilidade das pesquisadoras **Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias e Anamaria Silva Neves**. Nesta pesquisa pretendemos investigar os vínculos entre membros de uma família adotiva analisando sessões de atendimento psicológico, com toda a família, a serem realizadas em uma sala do CEPPA – Centro de Estudo e Pesquisa em Psicologia Aplicada, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora **Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias, no mesmo local onde ocorrerão os atendimentos, antes de iniciar o acompanhamento da família**. Na participação desta pesquisa, você **se submeterá a sessões de atendimento psicológico com a pesquisadora acima citada**. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim as identidades de todos serão preservadas. Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar da pesquisa. Os riscos da participação nesta pesquisa consistem em ter sua **identidade revelada, porém as pesquisadoras comprometem-se em manter sigilosas as identidades dos participantes**. Os benefícios serão **a possibilidade de que a família participante receba acompanhamento psicológico durante o período que assim quiser ou necessitar. Esta pesquisa também auxiliará nos estudos do campo da Psicologia**. Mesmo seu(ua) responsável legal tendo consentido na sua participação na pesquisa, você não é obrigado a participar da mesma se não desejar. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Uma via original deste Termo de Esclarecimento ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: **Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias e Anamaria Silva Neves, pelo telefone (34)3218-2235, ou no Instituto de Psicologia – IPUFU: Av. Pará, nº 1720, bloco 2C, sala 34, Campus Umuarama - Uberlândia – MG, CEP 38400-902**. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394131.

Uberlândia, de de 2016.

Assinatura das pesquisadoras:

Anamaria Silva Neves

Fabiana Carolina de Souza Carvalho Dias

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa